



UFRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
NÚCLEO INTERDISCIPLINAR PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL – NIDES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA PARA O
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

TATIANE BENITES DA SILVA

**A POLÍTICA MUNICIPAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM MARICÁ: AVANÇOS E
DESAFIOS**

RIO DE JANEIRO

2022

TATIANE BENITES DA SILVA

**A POLÍTICA MUNICIPAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM MARICÁ: AVANÇOS E
DESAFIOS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação Tecnologia para o Desenvolvimento Social, PPGTDS, do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social, NIDES, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Tecnologia para o Desenvolvimento Social.

Orientadores: Luciana Correa Lago, Flávio Chedid
Henriques

RIO DE JANEIRO

2022

TATIANE BENITES DA SILVA

**A POLÍTICA MUNICIPAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM MARICÁ: AVANÇOS E
DESAFIOS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação Tecnologia para o Desenvolvimento Social, PPGTDS, do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social, NIDES, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Tecnologia para o Desenvolvimento Social.

Aprovada por:

(Luciana Correa do Lago, DSc, NIDES/UFRJ)

(Flávio Chedid Henriques, DSc, NIDES/UFRJ)

(Felipe Addor, DSc, NIDES/UFRJ)

(Marcelo Gomes Ribeiro, DSc, IPPUR, UFRJ)

(Fernanda Santos Araújo, DSc, NIDES/UFRJ)

RIO DE JANEIRO

2022

CIP - Catalogação na Publicação

S586p Silva, Tatiane Benites da
A POLÍTICA MUNICIPAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM
MARICÁ: AVANÇOS E DESAFIOS / Tatiane Benites da
Silva. -- Rio de Janeiro, 2022.
103 f.

Orientador: Luciana Correa do Lago.
Coorientador: Flávio Chedid Henriques.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Núcleo Interdisciplinar para o
Desenvolvimento Social, Programa de Pós-Graduação em
Tecnologia para o Desenvolvimento Social, 2022.

1. Economia Solidária. 2. Políticas Públicas. 3.
Moeda Social. 4. Banco Comunitário. 5. Renda Básica
Cidadania. I. Lago, Luciana Correa do, orient. II.
Henriques, Flávio Chedid, coorient. III. Título.

Dedico este trabalho aos meus orientadores por serem incansáveis comigo; a todos aqueles que lutam por um mundo mais igualitário; que não ignoram alguém em situação de opressão; que contribuem para a prática de outras formas de economia, mais justas e solidárias e ao meu filho que me faz querer ser uma pessoa melhor a cada dia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por seu meu alicerce, por estar presente em tudo na minha vida e por me permitir concluir mais uma formação, formação esta que foi um divisor de águas na minha vida. Quando falo de Deus, incluo toda a galera Celeste, incluindo principalmente Maria, minha mãe, minha Intercessora, minha Rainha.

Agradeço ao colega (Sandro) que conheci nos Correios do CT e que me falou do NIDES e me deu o contato do Felipe Addor. Nunca mais o vi, mais sou eternamente grata. Acho que foi as mãozinhas de Deus ali. Conversei com o Felipe, adquiri a trilogia do SOLTEC mas naquele momento ainda não era a minha hora. Ficou guardado no meu coração até que tempos depois o meu amigo Hécio Gonçalves, atualmente engenheiro aposentado da COPPE/UFRJ me disse, conheci um pessoal que tem tudo a ver com você e me deu um jornalzinho. Foi um looping na minha cabeça. Cheguei em casa, entrei no site do NIDES e faltavam dois dias para encerrarem as inscrições para o mestrado. Resgatei contato com o Felipe que me disse, tenta sim e assim o fiz, preparei meu projeto em dois dias, passei no processo seletivo e cá estou, 4 anos depois defendendo o meu mestrado graças a sementinha que cada um de vocês plantaram em mim.

Falar do mestrado do NIDES é algo muito especial para mim, pois eu me desconstruí ao chegar neste programa e olha que eu já tinha minha orientação política a esquerda, sempre enchi meus olhos pelos estudos nas áreas sociais, sempre tive um sonho de trabalhar com isso, mas foi através do que vivi dentro do NIDES, não só através do que os professores falavam, mas principalmente observando as suas atitudes, assim como filhos observam seus pais, que eu renasci, uma nova Tatiane. Ainda tenho muito o que aprender e o que melhorar enquanto ser humano, mas eu tenho muito a agradecer pela formação que esses professores me proporcionaram. A forma com que militam deveria ser replicada, a simplicidade, humildade, didática. Nossa, meu sonho é ser um pouquinho do que vocês são. Aprendi muito e quero aprender muito mais com vocês, essa defesa não é um Adeus.

Agradeço a Paulo Freire (In memoriam), sua literatura foi a que mais contribuiu para que eu tivesse aprovação na seleção do mestrado.

Agradeço aos meus colegas de turma pela parceria, em especial às NIDETES pelo apoio constante. Vocês fizeram a caminhada ser mais leve.

Agradeço aos colegas de outras turmas, cujo respeito, admiração e amizade também são grandes, em especial aos amigos Marcio, Luciana e Henrique.

Agradeço a todo corpo social do NIDES, em especial as meninas da Secretaria Acadêmica.

Agradeço a todos os funcionários e ex funcionários da prefeitura de Maricá que contribuíram para o meu trabalho, vocês são excepcionais. Mas preciso fazer um agradecimento especial ao Nathan, Barbara, Adriana Cardoso, Rosemary, Nathalia, Manuela, e tantas outras pessoas que me ajudaram.

Agradeço a todas as pessoas que me concederam entrevistas, vocês foram fundamentais para o meu trabalho, muito obrigada mesmo! Alunos, beneficiários dos programas, comerciantes, feirantes, entre outros. Não vou citar o nome de cada um para preservar as identidades, mas citam-se representados pela Thayná, pessoa querida que contribui bastante com este trabalho.

Agradeço ao Diego Zeidan e ao Joaquim Mello que me concederam enriquecedoras entrevistas, assim como as diretoras das escolas.

Agradeço a minha família, em especial o meu marido e meus amigos que sempre me apoiaram. Sem o incentivo de vocês eu não teria conseguido, ainda mais nessa reta final, onde me tornei mãe e minha vida mudou completamente.

Agradeço ao meu filho, o seu amor me move e me impulsiona a querer ser melhor a cada dia.

Agradeço aos meus chefes, os Profs. Marcio e Maria Almeida por me liberarem para estudar, por me incentivarem, motivarem e torcerem sempre por mim.

E por fim, mas não menos importante, muito pelo contrário, fecho meus agradecimentos, com chave de ouro, agradecendo aos meus orientadores. Vocês foram fundamentais em todo o meu processo, eu só consegui chegar até aqui, porque tive o apoio, o carinho e principalmente a empatia de vocês a todo tempo. Vocês nunca perderam a paciência comigo, nunca me deixaram desacreditar, vocês são surreais, eu amo vocês!

“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres.”

Rosa Luxemburgo

RESUMO

SILVA, Tatiane Benites da. **A Política Municipal de Economia Solidária em Maricá: avanços e desafios.** Dissertação (Mestrado Profissional em Tecnologia para o Desenvolvimento Social) – Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2022.

A Economia solidária no Brasil começou a se difundir na década de 90, mas foi a partir de 2003 que teve seu ápice em termos de políticas públicas nacionais, ganhando inclusive secretaria própria. Em Maricá, município pertencente à região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, as políticas de economia solidária surgem a partir de 2013 com a criação do Programa Municipal de Economia Popular Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Sustentável. Desde então, o município vem se destacando, através de suas políticas, “como” a criação do banco comunitário; realização de pagamento de benefícios sociais em moeda própria, a Mumbuca; implantação de transporte público municipal gratuito, os vermelhinhos; na área de agroecologia (As Hortas Comunitárias) e na área de educação com o Programa Mumbuca Futuro, que busca levar formação aos alunos do ensino fundamental II em Economia Solidária. Neste trabalho, apresentamos uma análise descritiva dessas políticas, buscando apresentar suas potencialidades e contradições, a partir das observações em campo e das entrevistas realizadas com gestores e servidores públicos e com a população alvo da política. Observamos que o grande diferencial dessa política, frente a outras implantadas no país, foi a estratégia de desenvolvimento local, alocando boa parte do fundo público municipal em programas voltados para a qualidade de vida da população, através da criação de um banco comunitário na escala municipal, atrelado a uma ampla política de transferência de renda e a uma moeda social local.

Palavras-Chave: Economia Solidária; Políticas Públicas; Moeda Social; Banco Comunitário; Renda Básica Cidadania.

ABSTRACT

SILVA, Tatiane Benites da. **A Política Municipal de Economia Solidária em Maricá: avanços e desafios.** Dissertação (Mestrado Profissional em Tecnologia para o Desenvolvimento Social) – Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2022.

Solidarity Economy in Brazil began to spread in the 1990s, but it was from 2003 onwards that it reached its peak in terms of national public policies, even gaining its own secretariat. In Maricá, a municipality belonging to the metropolitan region of the state of Rio de Janeiro, solidarity economy policies emerged in 2013 with the creation of the Municipal Program for Popular Solidarity Economy, Combating Poverty and Sustainable Development. Since then, the municipality has stood out, through its policies, such as the creation of the community bank; payment of social benefits in its own currency, Mumbuca; through the implementation of free municipal public transport, the vermelhinhos; as well as through policies in the area of agroecology (As Hortas Comunitárias) and in the area of education with the Mumbuca Futuro Program, which seeks to provide training to students of elementary school II in Solidarity Economy. In this work, we present a descriptive analysis of these policies, seeking to present their potentialities and contradictions, based on field observations and interviews with managers and public servants and with the target population of the policy. We observed that the great differential of this policy, compared to others implemented in the country, was the local development strategy, allocating a good part of the municipal public fund in programs aimed at the population's quality of life, through the creation of a community bank at the municipal scale, linked to a broad income transfer policy and a local social currency.

Key words: Solidarity Economy; Public policy; Social Currency; Community Bank; Citizenship Basic Income.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa da região metropolitana do Rio de Janeiro	22
Figura 2	Composição percentual da população segundo tempo de residência ininterrupta Maricá (2010)	24
Figura 3	Percentual de moradores urbanos com acesso a água ligada à rede e esgoto sanitário adequado – município – 1991/2000/2010.....	27
Figura 4	Obras de infraestrutura	28
Figura 5	Imagem do ônibus gratuito circulando pela cidade	29
Figura 6	Traçado das linhas de ônibus gratuitos do município de Maricá em 2019.....	31
Figura 7	Traçado das linhas de ônibus gratuitos do município de Maricá em 2022	32
Figura 8	Traçado das linhas de ônibus gratuitos do município de Maricá em 2022 sobreposto ao uso e cobertura do solo de Maricá de 2014 ..	33
Figura 9	Conjunto habitacional carlos alberto soares de Freitas	35
Figura 10	Conjunto habitacional residencial Carlos Marighella	35
Figura 11	Resultado IDEB 2019 de Maricá, municípios limítrofes e a capital	41
Figura 12	Coletivo de mulheres amigas do manu.....	70
Figura 13	Beneficiamento dos produtos colhidos na horta para venda	71
Figura 14	Produtos colhidos na horta para venda e consumo próprio	71
Figura 15	Thayná e seu esposo Roberto permissionário de um lote do Manu Manuela praticando a agricultura familiar urbana	73
Figura 16	Colheita na unidade agroecológica do Manu Manuela	74
Figura 17	Praça agroecológica em Araçatiba.....	77
Figura 18	Visão panorâmica da praça agroecológica de Araçatiba	77
Figura 19	Feira da agricultura familiar	78
Figura 20	Alunos de escola municipal participam do plantio de hortaliças em Guaratiba	79
Figura 21	Colheita de verduras na praça de Guaratiba	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Destino do esgoto sanitário em Maricá.....	26
Quadro 2	Quadro de horários dos ônibus em 2019.....	30
Quadro 3	Horário da linha ponta negra (via manoel ribeiro).....	30
Quadro 4	Composição do orçamento público municipal de Maricá	38
Quadro 5	Principais números do Banco Mumbuca	50
Quadro 6	Folder de divulgação do microcrédito	51
Quadro 7	Taxas de administração de cartões.....	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	População e taxa de variação média anual - regiões geográficas selecionadas, 2000 e 2010.....	23
Tabela 2	Empregos formais por setor de economia e participação percentual no estoque (2017) em Maricá.....	39
Tabela 3	Estoque de empregos formais segundo setor e subsetor de atividade econômica.....	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAIC	Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente
ECOSOL	Economia Solidária
EPT	Empresa Pública de Transportes
IBEU	Índice de Bem-Estar Urbano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de desenvolvimento da educação básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano
JOM	Jornal Oficial de Maricá
MCVM	Programa Minha Casca Minha Vida
MPRJ	Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
PMSB Maricá	Plano Municipal de Saneamento Básico de Maricá
RBC	Renda Básica Cidadania
SANEMAR	Companhia de Saneamento de Maricá
SENAES	Secretária Nacional de Economia Solidária
SES	Secretaria de Economia Solidária
STJ	Supremo Tribunal de Justiça

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	15
1	O CONTEXTO DE MARICÁ E SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS	22
1.1	Apresentação de Maricá e perfil socioeconômico	21
1.2	Saneamento básico	25
1.3	Transporte público	28
1.4	Habitação	33
1.5	A economia de Maricá e o índice de desenvolvimento humano.....	37
2	A POLÍTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	43
2.1	O banco comunitário e os programas de transferência de renda.....	45
3	OS PROGRAMAS EM CONJUNTO COM OUTRAS SECRETARIAS	61
3.1	O programa Mumbuca futuro.....	62
3.2	As políticas de agroecologia e segurança alimentar: A unidade agroecológica manu manuela, as hortas comunitárias e as praças agroecológicas	67
3.3	Programa municipal circuito maricá de comércio justo e solidário – CMCJS.....	80
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91
	APÊNDICE A - Motivações de pesquisa da autora	97
	APÊNDICE B- Como foram as minhas entrevistas e como tive acesso aos entrevistados	100

INTRODUÇÃO

O município de Maricá, situado na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, vem experimentando nos últimos nove anos uma mudança de orientação das suas políticas públicas. Gerido pelo Partido dos Trabalhadores e recordista nacional na arrecadação de royalties do petróleo, Maricá vem apresentando iniciativas de políticas inovadoras em Economia Solidária, voltadas para a melhoria das condições de vida dos setores populares.

Desde 2013 o município conta com um Programa Municipal de Economia Popular Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Sustentável que possui um forte caráter financeiro, com um programa de distribuição de renda vultoso, um banco que se tornou o maior da rede brasileira de bancos comunitários e um programa de crédito solidário a juros zero para melhorias habitacionais e investimentos em pequenos negócios. Além das finanças solidárias, o Programa engloba outras dimensões da vida, como educação, cultura, habitação, agricultura e transporte, por meio de ações conjuntas com outras secretarias municipais.

Maricá adotou estratégias diversas de desenvolvimento local, viabilizadas pela elevada renda auferida, desde 2013, com os royalties do petróleo. Assumindo por um lado, as estratégias clássicas de incentivo a determinados setores empresariais, encontradas também em outros municípios vinculados às atividades petrolíferas. Como exemplos, a dinamização do turismo local, liberando a construção de um grande resort, a construção de um aeroporto e de um terminal portuário e o projeto de um parque industrial.

Por outro lado, a criação de uma política de economia solidária municipal ampliou a perspectiva dominante de “desenvolvimento local”, alocando boa parte do fundo público em programas voltados para a qualidade de vida da população¹. Com a criação do banco e da moeda própria, o que seria apenas um projeto de transferência de renda, se torna um projeto de desenvolvimento local, que propõe manter a riqueza gerada no município, no próprio território.

¹Como perspectiva dominante de “desenvolvimento local”, entendemos a “visão focalizada de desenvolvimento como poder local de atração de investimentos” (MELLO, 2014, 4). Concordando com Mello, definimos “desenvolvimento local” como “mobilização democrática e produtiva dos territórios como uma via de transformação social, e que pressupõe o desenvolvimento como um processo que envolve a interação de múltiplos fatores atuantes nas sociedades humanas (econômicos, políticos, educativo-culturais, ambientais) e não como algo que deriva do incremento de um único ou principal desses fatores” (MELLO, 2014, 4-5).

Diante desse quadro da política municipal, este trabalho buscará fazer uma descrição analítica do Programa Municipal de Economia Popular Solidária, tendo em vista a abrangência do Programa e a articulação entre diferentes áreas da gestão municipal.

A prefeitura de Maricá não foi a primeira a investir em um Programa de Economia Solidária no Brasil, mas o modelo de suas políticas foi sim pioneiro. A criação do Banco Mumbuca, denominação do Banco Popular Comunitário de Maricá, instituído através de uma lei municipal, foi um ato inovador, ao vincular o Banco a um extensivo programa de transferência de renda. Por isso, o Banco Mumbuca é o de maior expressividade financeira entre os bancos comunitários da rede brasileira, ultrapassando o Banco Palmas, que deu origem à rede.

Atualmente o modelo de política de economia solidária de Maricá vem servindo de exemplo para replicação em outros municípios, como foi o caso de Limoeiro do Anadia no Estado de Alagoas². Para entendermos a relevância dessas experiências inovadoras e da Rede Brasileira de Bancos Comunitários como difusora das finanças solidárias no país, é necessário situá-las no campo político e econômico mais amplo da economia solidária no Brasil.

O uso do termo Economia Solidária foi visto pela primeira vez no Brasil na década de 90, a partir de uma fusão de diversas ideias e experiências de associativismo de diferentes entidades, instituições e pessoas. Trata-se de um projeto de transformação social, uma causa, que reflete a luta contínua dos trabalhadores contra o capitalismo, buscando estabelecer novas práticas econômicas baseadas em relações sociais, cujos valores de solidariedade e cooperação imperam. Para além da geração de trabalho e renda, trata-se de um projeto político com proposta de novos princípios de sociedade.

Paul Singer foi quem cunhou esse termo no país em 1996. Nesta ocasião, o contexto econômico brasileiro era o mesmo em que vivemos hoje, com uma grave crise econômica, altos índices de desemprego, empresas empenhadas em diminuir os custos dos encargos trabalhistas, setor público produtivo sendo privatizado e uma

²O município implantou em 2019 um programa de renda mínima, intitulado “Renda Melhor”, pago em moeda social digital vinculada ao banco comunitário local, e em 2020 um Programa de Renda Básica Emergencial, pago da mesma forma. O interessante deste caso, é que o município de Limoeiro, diferente de Maricá, não conta com recursos advindos do Petróleo. Ele utiliza os recursos do fundo municipal de assistência social. Outro ponto marcante é que, assim como Maricá, ele conseguiu aprovar através de projeto de lei, o banco comunitário, a moeda social e o programa de renda mínima.

grande parte de desempregados sendo transformados em trabalhadores autônomos ou microempresários.

Nesse contexto, ele alertava para as dificuldades que esses profissionais enfrentam para obterem sucesso sozinhos, com pouca experiência profissional e de operação de negócios, além de pouco reconhecimento da clientela potencial, o que os deixam em desvantagem frente ao mercado capitalista competitivo.

Diante disto, ele ratificou a importância de um mercado protegido da competitividade externa, por meio da criação de uma moeda própria e de cooperativas de produção e consumo, cujos cooperados teriam o compromisso de consumir na própria cooperativa (SINGER, 1996).

O compromisso básico dos cooperados será o de dar preferência aos produtos da própria cooperativa, no gasto da receita obtida na venda de seus produtos a outros cooperados. Para garantir este compromisso, as transações entre cooperados deveriam ser feitas com uma moeda própria, diferente da moeda geral do país, digamos um sol (de solidariedade) em vez do real. O uso desta moeda, que só terá validade para pagar produtos do novo setor, dará a proteção de mercado que as pequenas empresas precisam para poder se viabilizar. Quanto maior e mais diversificado for o novo setor, tanto maior será o mercado à disposição de cada empresa especializada que o compõe. Será importante que haja várias empresas competindo pelos consumidores em cada ramo de produção dentro do setor, para que cada uma delas seja estimulada a melhorar a qualidade e baixar os custos. Só que a nova pequena empresa, criada por ex-desempregados, estará competindo com outras de mesma origem, sendo protegida da concorrência da grande empresa capitalista, do produto importado e mesmo de pequenas empresas estabelecidas há tempo, porque as mercadorias destes concorrentes externos não poderão ser comprados com sóis, mas apenas com reais. (SINGER,1996)

Nestes mesmos escritos, Singer (1996) ressalta a importância do apoio e patrocínio do poder público municipal, dos sindicatos de trabalhadores, das entidades empresariais progressistas e dos movimentos populares às cooperativas de economia solidária. E diz que o apoio do poder público seria de fundamental importância para a criação de um banco do povo para garantir crédito a pequenas empresas e aos trabalhadores que não têm propriedades para oferecer em garantia, mas que no lugar destas garantias, poderiam se organizar em grupos solidários que poupariam em conjunto e se responsabilizariam pelo pagamento dos juros e dos créditos concedidos aos seus membros.

Singer (1996) também defende a necessidade de formação profissional e aperfeiçoamento técnico continuado e oferecimento de serviços comunitários, como por exemplo, câmaras que facilitem o entrosamento de empresas complementares

das cadeias produtivas, centros de pesquisas e projetos de incubadora de empresas. Ressalta, ainda, que o objetivo deve ser sempre a criação de novas formas de organização da produção com lógica inclusiva, sempre capacitada e interessada a acolher novos cooperados, sem limites de número, oferecendo a eles uma oportunidade real de trabalhar com autonomia e obter um rendimento suficiente para ter um padrão de vida digno.

Por esse papel importante no conhecimento e incentivo às práticas de Economia Solidária, Paul Singer foi o indicado a assumir a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no Ministério do Trabalho e Emprego criada em 2003, no governo Lula, após o pleito de organizações da Sociedade Civil e de alguns governantes envolvidos com a temática.

Henriques (2015) sintetiza bem o processo de construção do projeto político da economia solidária, apresentando três questões-chaves que passaram a ser abarcadas nos debates conceituais sobre o fortalecimento do movimento de economia solidária, além da proposta inicialmente apresentada por Singer, de alternativa ao desemprego. São elas:

- 1) A autogestão como a característica central desta outra economia, representada por inovações na organização do trabalho;
- 2) a economia solidária como um novo modo de produção que atua nos interstícios da economia capitalista;
- 3) a economia solidária como uma experimentação prática de novas relações sociais de produção. (Henriques, 2015. Pág. 28)

Segundo a cartilha Boas Práticas em Economia Solidária no Brasil³, a economia solidária:

[...] é um projeto concreto construído para o BEM VIVER, no qual os mercados são justos, a economia é democrática, as potencialidades das pessoas são valorizadas e, sobretudo, a liberdade prevalece. É basear a atividade econômica de produção, serviços, comercialização, finanças e consumo na democracia e na cooperação. É consumir produtos locais e saudáveis que não afetem o meio ambiente, não sejam transgênicos nem beneficiem grandes empresas. É trabalhar coletivamente de forma autogestionária, com todos os integrantes do empreendimento sendo trabalhadores e donos. É um movimento social que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento que não seja baseada nas grandes empresas, e sim construída pela população tomando por base valores como

³Cartilha Desenvolvida pelo Centro de Estudos e Assessoria (CEA), através do convênio 795124/2013 - CEA/MTE/Senaes, com apoio do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Projeto: Fortalecendo a política pública de economia solidária: mobilização e participação social na construção do Plano Nacional de Economia Solidária. Elaboração de texto: Claudia Lima.

solidariedade, democracia, cooperação, preservação ambiental e direitos humanos. (LIMA, CLAUDIA. 2016, p. 09).

Assim, a economia solidária não pode ser entendida apenas como um conceito, mas também como um modo de vida, uma alternativa que para alguns pode ser a única possível, mas para outros pode ser uma escolha política de se contrapor ao capitalismo. Assim, podemos entender o porquê do desmonte da SENAES, a partir do golpe midiático-parlamentar em 2016. Primeiramente, a Secretaria foi rebaixada à Subsecretaria pelo governo Temer e, em seguida, como um dos primeiros atos do governo Bolsonaro, em 2019, ela foi extinta e transformada em um departamento do Ministério da Cidadania.

Quando criada, a SENAES pertencia ao Ministério do Trabalho (também extinto pelo governo federal em 2019) e tinha como objetivo viabilizar e coordenar atividades de apoio à economia solidária em todo o território nacional, buscando promover geração de renda, inclusão social e promoção do desenvolvimento justo e solidário. Durante praticamente toda a sua existência, a secretaria foi liderada por Paul Singer, que ocupou o cargo por 13 anos.

Nesse cenário de desmantelamento de boa parte do que foi construído a nível nacional, podemos perceber a importância da política pública de economia solidária no município de Maricá, com destaque para a articulação dos programas de transferência de renda e finanças solidárias com a política educacional, a de infraestrutura urbana, a de transportes e de agricultura, entre outras. Por isso, a análise aqui apresentada está baseada não apenas nas ações da Secretaria de Economia Solidária, mas num conjunto mais amplo de ações públicas voltadas para o desenvolvimento local e para o bem-estar da população, especialmente dos setores populares.

Em um município cuja população é majoritariamente urbana, como é o caso de Maricá, o bem-estar social depende de um conjunto de condições materiais de vida, a ser provido pela cidade e utilizado de forma coletiva, entendendo que as condições de reprodução social se constituem e se realizam coletivamente, mesmo em práticas individuais (RIBEIRO e RIBEIRO, 2013). Essa dimensão do bem-estar urbano está presente na noção de “reprodução ampliada de vida”, utilizada pelo economista Jose Luis Coraggio (2000), para dar conta das múltiplas necessidades humanas (re)construídas socialmente. Para o autor, o projeto de outra economia, social e solidária, exige não apenas o acesso a maiores ganhos monetários, mas mudanças

na qualidade do consumo, nos padrões de relação social, nas condições de habitabilidade e/ou no contexto que nutre a vida das unidades domésticas (CORAGGIO, 2000). Nesse sentido, entendemos as políticas de transferência de renda, de microcrédito, de transporte gratuito, de infraestrutura urbana entre outras, implantadas em Maricá, como uma política de bem-estar urbano.

Metodologia

Neste trabalho, apresentamos uma análise descritiva dessas políticas, buscando apresentar suas potencialidades e contradições, a partir das observações em campo e das entrevistas realizadas com gestores e servidores públicos e com a população alvo da política.

Utilizamos como material principal dados primários, obtidos através de entrevistas semiestruturadas realizadas com atores chaves na implantação dessa política. A primeira entrevista foi realizada em maio de 2018 com o Secretário de Economia Solidária, Diego Zeidan, que nos deu um panorama sobre as políticas realizadas no âmbito da Secretaria de Economia Solidária, e Nathan Melo, funcionário da secretaria. A segunda entrevista foi realizada em dezembro de 2018 com Joaquim Melo⁴, Coordenador Geral do Instituto Periferia e com Natalia Sciammarella, presidente do Banco Mumbuca. A terceira, em abril 2019, com comerciantes localizados no Centro de Maricá, que aceitam a moeda Social Mumbuca. A quarta, em Setembro de 2019, com funcionários do banco Mumbuca, com clientes do Microcrédito e com um tutor do Mumbuca Futuro. A quinta, em Dezembro de 2019, com alunos e direção da escola Municipalizada de Inoã e da CAIC Elomir Silva. A sexta foi com a Thayna Vila Real, presidente da Associação Amigas do Manú (Coletivo de Mulheres residentes do loteamento Manu Manuela), em Março de 2019. Ademais, foram realizados contatos constantes com funcionários do Banco, da Secretaria de Economia Solidária, além da participação de encontros e seminários que tem ocorrido no município, em diferentes temas da política pública.

⁴ Joaquim Melo é um dos líderes comunitários no Conjunto Palmeiras em Fortaleza, onde nasceu o Banco Palmas, primeiro banco comunitário de finanças solidárias criado no Brasil há 21 anos atrás. Desde então, foi sendo construída uma rede de Bancos Comunitários, que compreendem atualmente 113 bancos distribuídos em diversos estados do País. Ele é o Coordenador Geral do Instituto Periferia, (segmento do Instituto Palmas, para tratar das moedas digitais) e contratado pela prefeitura de Maricá para executar a criação do Banco Mumbuca e apoiá-lo até o momento em que possa ser totalmente independente.

Utilizamos também dados secundários, através de pesquisas no site da prefeitura, do banco, jornais locais e em institutos de pesquisa como o IBGE. O trabalho realizado caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, cujo objetivo está em desenvolver uma investigação empírica fundamentada, que contribuirá na percepção da relevância do objeto estudado. Segundo Flick (2009), para planejar e conduzir uma pesquisa qualitativa, leva-se em consideração as relações sociais plurais existentes nas diferentes esferas de vida, o que exige certa sensibilidade na realização do estudo empírico em relação ao tema e questões abordadas.

A estrutura da dissertação está dividida da seguinte forma: Capítulo 1 – O Município de Maricá: perfil socioeconômico e qualidade de vida urbana. Neste capítulo, apresentamos o município através de dados sobre população, infraestrutura urbana, economia, educação e descrevemos algumas políticas públicas de grande notoriedade ligadas ao bem estar urbano, mas que não são de economia solidária, como a política de transporte público gratuito; a distribuição de passaportes universitários, que trata da concessão de bolsas de estudos para cursos de graduação e pós graduação e a política habitacional, que não apresenta grandes feitos, mas possui uma peculiaridade em relação à gestão dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida.

No Capítulo 2 – A Política de Economia Solidária - é apresentada a lei que instituiu o programa de Economia de Solidária de Maricá e na sequência é feita uma exposição da política, descrevendo o programa de transferência de renda, a criação da moeda social, a criação do banco comunitário e os programas de crédito solidário instituídos pelo banco. Além disto, é demonstrada a opinião dos beneficiários dos programas, obtidas através de entrevistas realizadas durante as visitas de campo.

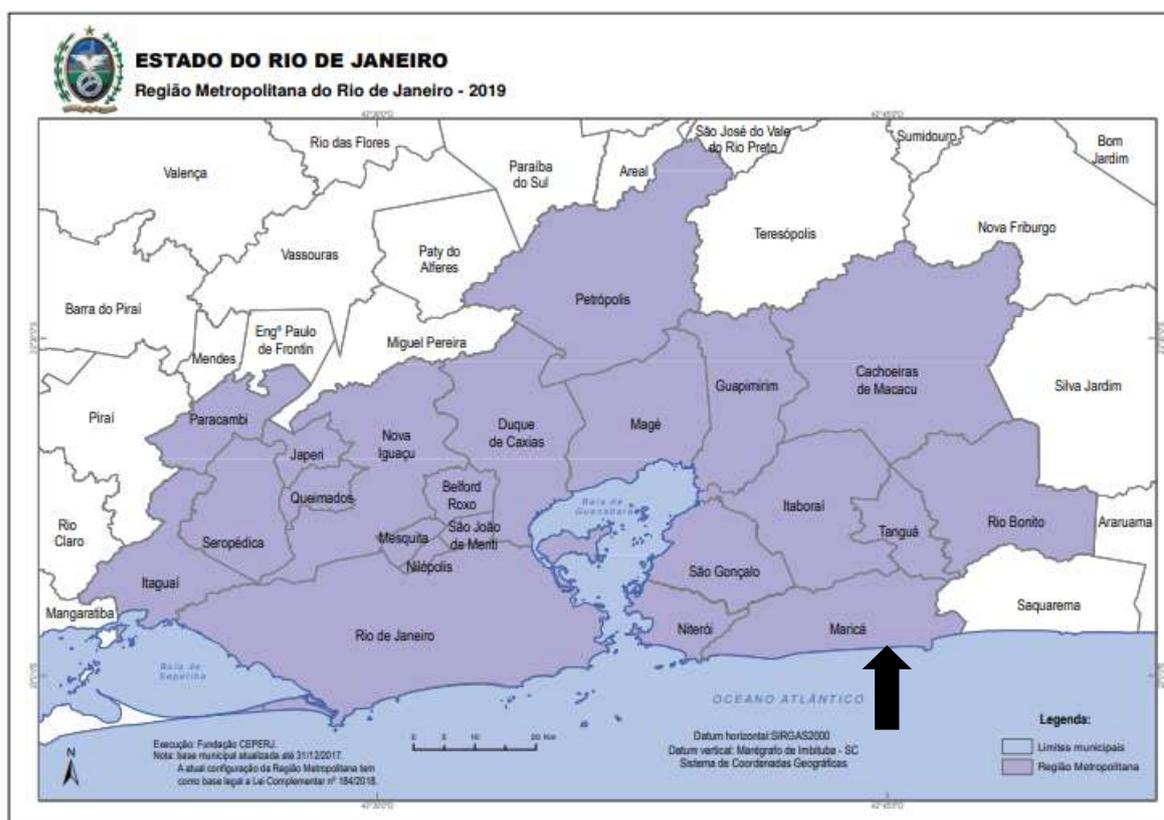
No capítulo 3 – Os Programas em Conjunto com Outras Secretarias - são apresentadas as políticas de economia solidária realizadas através de parcerias com outras secretarias, como é o caso do Programa Mumbuca Futuro em parceria com a secretaria de Educação, da Política de Agroecologia e Segurança Alimentar em parceria com a Secretaria de Agricultura e o Programa Municipal Circuito Maricá de Comercio Justo e Solidário, em parceria com diversas secretarias, como a de cultura, turismo, agricultura, saúde e outras. Nesse capítulo também é trazida a opinião dos beneficiários das políticas e também a visão de alguns gestores públicos sobre a mesma.

1 O CONTEXTO DE MARICÁ E SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS

1.1 Apresentação de Maricá e perfil socioeconômico

O município de Maricá está situado na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, a 60 km da capital. Trata-se de um município relativamente pouco populoso e pouco povoado, se comparado aos seus municípios vizinhos, como Niterói que está chegando a 500 mil habitantes, e São Gonçalo que ultrapassa 1 milhão de habitantes. No último censo em 2010, foi registrada uma população de 127 mil habitantes e densidade demográfica de 351 habitantes por km². O município fica no 22º lugar no ranking de densidade demográfica do Estado.

Figura 1— Mapa da região metropolitana do Rio de Janeiro



Fonte: Caderno de Estudos Regionais e Metropolitanos. Fundação CEPERJ (2019).

No entanto, Maricá vem experimentando um intenso crescimento populacional nas últimas décadas. Pelas estimativas do IBGE Cidades, o município teria alcançado o número de 167.668 habitantes em 2021.

Entre os anos 2000 e 2010⁵, a população de Maricá cresceu a uma taxa média anual de 5,21%, passando de 100 mil para 127 mil habitantes, enquanto no Brasil o crescimento foi de 1,17%, no mesmo período. Essa taxa está muito acima da média do país, do estado e dos outros municípios fluminenses, exceto Rio das Ostras, que está crescendo a uma taxa média anual de 11,2%.

Tabela 1 — População e taxa de variação média anual - regiões geográficas selecionadas, 2000 e 2010

Município	Ano		Taxa média de variação anual (%)
	2000	2010	
Brasil	169.872.856	190.755.799	1,2
Rio de Janeiro (estado)	14.392.106	15.989.929	1,1
1º Rio das Ostras (RJ)	36.419	105.676	11,2
2º Maricá (RJ)	76.737	127.461	5,2
3º Casimiro de Abreu (RJ)	22.152	35.347	4,8
4º Macaé (RJ)	132.461	206.728	4,6
5º Carapebus (RJ)	8.666	13.359	4,4
6º Iguaba Grande (RJ)	15.089	22.851	4,2
7º Armação dos Búzios (RJ)	18.204	27.560	4,2
8º Quissamã (RJ)	13.674	20.242	4,0
9º Cabo Frio (RJ)	126.828	186.227	3,9
10º Mangaratiba (RJ)	24.901	36.456	3,9
11º Angra dos Reis (RJ)	119.247	169.511	3,6
12º Saquarema (RJ)	52.461	74.234	3,5
13º São Pedro da Aldeia (RJ)	63.227	87.875	3,3
14º Porto Real (RJ)	12.095	16.592	3,2
15º Guapimirim (RJ)	37.952	51.483	3,1
16º Araruama (RJ)	82.803	112.008	3,1
17º Itaguaí (RJ)	82.003	109.091	2,9
18º Aperibé (RJ)	8.018	10.213	2,4
19º Paraty (RJ)	29.544	37.533	2,4
20º Varre-Sai (RJ)	7.854	9.475	1,9
Demais municípios	13.421.771	14.530.007	0,8

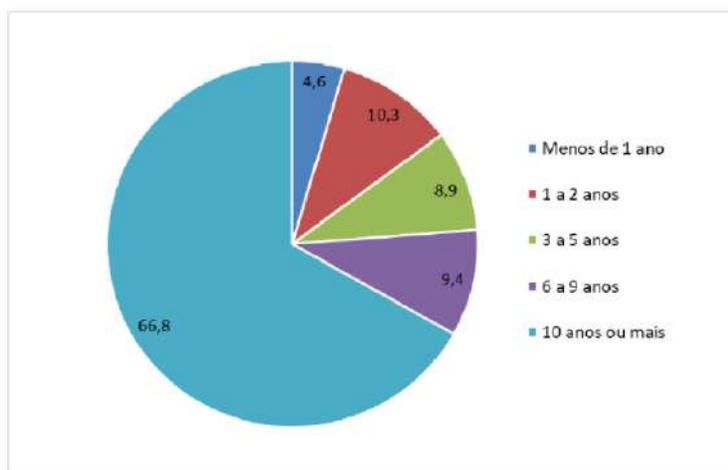
Fonte: Censo Demográfico, IBGE. Elaboração: Observatório do Trabalho de Maricá, DIEESE e Prefeitura de Maricá

Maricá deixou de ser um município que tinha uma vocação maior para veraneio e passou a atrair pessoas que desejavam fixar residência. Nas entrevistas realizadas com gestores, comerciantes e moradores, identificamos pessoas que migraram de diversos locais do Estado do Rio de Janeiro e de outros Estados. O último censo apontou que aproximadamente um terço da população de Maricá (33,2%) era composto por migrantes que estabeleceram residência no município depois do ano

⁵ Dados obtidos no Atlas do Desenvolvimento Humano, disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/marica_rj

2000, tornando-se o município com o quarto maior percentual de população com menos de dez anos de residência ininterrupta no estado do Rio de Janeiro, ficando atrás somente de Rio das Ostras (57,3%), Casimiro de Abreu (34,4%) e Iguaba Grande (33,2%). Observa-se que essa taxa era de 6,9% no município do Rio de Janeiro, capital do Estado, que detinha 39,5% da população fluminense nesta data.

Figura 2— Composição percentual da população segundo tempo de residência ininterrupta Maricá (2010)



Fonte: Censo Demográfico, IBGE. Elaboração: Observatório do Trabalho de Maricá, DIEESE e Prefeitura de Maricá.

Essa taxa expressiva de crescimento nos chamou muito a atenção, nos levando a indagar sobre quais seriam os motivos que estariam levando tantas pessoas a fixar residência em Maricá, visto que esse movimento é anterior ao início das políticas públicas de Economia Solidária. Nas entrevistas realizadas com alguns moradores migrantes, escutamos muitos motivos relacionados à qualidade de vida no município, que abrangiam citações desde o quesito segurança ao quesito acesso à casa própria e educação pública para os filhos.

Observamos que o município, mesmo possuindo um índice de acesso a serviços coletivos como água encanada, esgoto e pavimentação tão baixos, era bastante mencionado no aspecto qualidade de vida, sendo uma surpresa que esses itens sejam pouco considerados em relação a esse aspecto. Desta forma, ficamos pensando no quesito segurança, que é um grande problema para quem vive hoje nos grandes centros urbanos. Verificamos que a sensação de segurança citada por alguns entrevistados se confirma ao analisarmos o estudo do IPEA denominado “Atlas da

Violência 2019” que analisa dados de 2017 sobre homicídios, em que Maricá apresenta índices mais baixos que os da Baixada Fluminense, por exemplo, origem de alguns dos nossos entrevistados.

Com relação à estrutura etária da população, o município apresentou queda no número de população jovem (até 29 anos) de 51,2% do total da população nos anos 2000 para 43,6% em 2010. Essa média municipal acompanha a tendência nacional de diminuição de 57,8% para 51%. Já a faixa etária superior aos 60 anos, apresentou um aumento no município, de 10,1% para 13,1%.

Os estudos elaborados pelo DIEESE apontam que essa tendência de inversão da pirâmide etária, assim como está ocorrendo no país, só que em Maricá de uma forma mais acentuada, pode ser atribuída aos fatores de redução do ritmo de crescimento populacional e de aumento da longevidade da população. Nós acreditamos que essa tendência em Maricá deva estar ligada também aos movimentos migratórios.

Estes mesmos estudos do DIEESE indicaram que o município vem passando por um processo de urbanização acelerado nos últimos 20 anos, atingindo uma taxa de 98,6%, praticamente a mesma taxa de urbanização da RMRJ de 98,9%, segundo dados do censo de 2010.

1.2 Saneamento básico

Apesar de o município ter sido considerado totalmente urbano, na ocasião do último censo, ele não possuía de forma homogênea os aparatos que caracterizam um ambiente urbano, sendo eles: serviços de água e esgoto tratados, pavimentação, transporte coletivo, rede de bancos, entre outros.

Em 2010, apenas 18,9% dos domicílios maricaenses contavam com o serviço de abastecimento de água encanada, a grande maioria dos domicílios do município utilizava água proveniente de poço ou nascente na propriedade de residência ou fora, totalizando 78,4%. Outros 2,1% contavam com carro-pipa ou água da chuva e 0,4% utilizavam outra forma de abastecimento. Esses valores são muito baixos em relação à média nacional de 82,9%, estadual de 84,6% e da RMRJ de 86,1%.

Já em relação à rede de coleta de esgoto, apenas 12,4% dos domicílios possuíam acesso ao serviço, a maioria da população (51,9%) utilizando fossas

sépticas. Além disso, 28,2% dos domicílios maricaenses utilizavam fossas rudimentares, 5,1% utilizavam valas e 1,7% destinavam o esgoto a um rio, lago ou mar.

Nesta mesma data, 55,5% dos domicílios brasileiros apresentavam cobertura de rede de coleta geral de esgoto ou pluvial; contrapondo com 76,6% dos domicílios fluminenses e 80,9% dos domicílios da RMRJ.

Quadro 1 — Destino do esgoto sanitário em Maricá

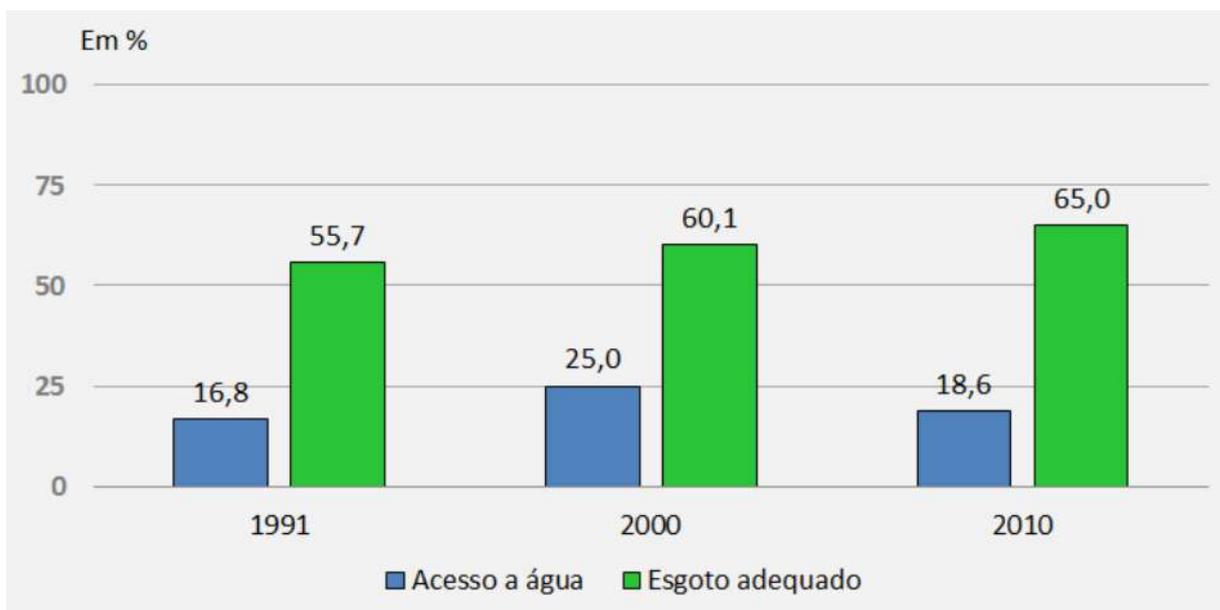
Destino do esgoto sanitário		
Descrição	Domicílios	%
Rede Geral de Esgoto ou Pluvial	5.300	12,38
Fossa Séptica	22.209	51,88
Fossa Rudimentar	12.077	28,21
Vala	2.163	5,05
Rio, lago ou mar	708	1,65
Não tinham banheiro nem sanitário	58	0,14
outro	295	0,69
Total:	42.810	100

Fonte: Censo IBGE (2010)

É importante ressaltar que o IBGE considera adequado o saneamento de domicílios com ligação à rede geral de esgoto, rede pluvial ou fossa séptica. Cabendo observar que o censo não registra se o esgoto coletado é tratado, nem se o tratamento, quando ocorre, é de tipo primário, secundário ou terciário (TCE, 2016).

No gráfico abaixo podemos verificar a taxa de esgoto adequado em Maricá com base nas definições do IBGE.

Figura 3— Percentual de moradores urbanos com acesso a água ligada à rede e esgoto sanitário adequado – município – 1991/2000/2010



Fonte: Portal ODM, Relatórios Dinâmicos apud TCE (2016).

É preciso salientar que para municípios de baixa densidade, o uso de poços para captação de água é considerado aceitável, dependendo da qualidade da água extraída.

Embora exista desde 2015 um Plano Municipal de Saneamento Básico, somente em 2019 as políticas públicas para viabilizar esse serviço começaram a surgir efetivamente. Em janeiro de 2019, foi formalizada a criação da Companhia de Saneamento de Maricá (SANEMAR) de economia mista, com o intuito de solucionar o problema do tratamento de esgoto e da captação e distribuição de água para todo o município.

Cabe, aqui, questionar o porquê da não priorização da questão do saneamento pelos governos petistas em Maricá, visto que levaram sete anos para fazer um Plano, mais quatro para criar a Companhia e somente depois disso começar a implementar as obras de saneamento. Diferente da questão do abastecimento de água que dependia de terceiros, para solucionar o problema do esgoto, poderiam ter sido implantadas soluções descentralizadas.

Para o atendimento da questão da água, a prefeitura já havia firmado uma parceria com a CEDAE em outubro de 2018, comprometendo-se a investir 260 milhões no sistema de abastecimento de água Tanguá/Maricá.

Além desses problemas de acesso a serviços coletivos, como a água e rede de coleta e tratamento de esgoto, Maricá tem um grande problema de infraestrutura viária que está sendo reduzida através de um pacote de obras de pavimentação, macrodrenagem, construção de praças e ciclovias, como pode ser observado nas fotos abaixo:

Figura 4— Obras de infraestrutura



Fonte: Site da Prefeitura de Maricá. Rede de Drenagem nos Bairros de Bambuí e Flamengo

1.3 Transporte público

No final do ano de 2014, o município de Maricá se tornou o primeiro⁶ município brasileiro com mais de 100 mil habitantes a oferecer ônibus gratuito, através da criação da Empresa Pública de Transportes (EPT) que administra o transporte público do município.

Com a implantação dos ônibus tarifa zero, foi realizada uma quebra de monopólio das duas empresas atuantes: Amparo⁷ (controlava há mais de 40 anos o transporte municipal e intermunicipal) e Costa Leste. Em março de 2021, as linhas gratuitas substituíram integralmente as linhas privadas existentes⁸. Com isso, além da

⁶ Monte Carmelo, em Minas Gerais, foi o primeiro município a oferecer transporte gratuito em 1994. Sua população atual está em cerca de 48 mil habitantes. Além dele, outros municípios também oferecem transporte gratuito, como por exemplo Agudos e Araras no estado de São Paulo e Porto Real no Estado do Rio de Janeiro.

⁷ A rodoviária, que até então tinha o nome do fundador da Amparo (Jacinto Caetano), passou a se chamar Rodoviária do Povo de Maricá.

⁸ No início da implantação do ônibus tarifa zero, a prefeitura encontrou muitos obstáculos, tendo inclusive a suspensão temporária do fornecimento do serviço, determinada pela justiça, por causa dos ônibus gratuitos realizarem percursos semelhantes ao executado pelas empresas licitadas. A solução inicial para garantir a implantação da política foi atuar em outras rotas, até que conseguiram suspender os serviços da empresa Costa Leste, por não estarem cumprido as regras contratuais, como por exemplo, o estado de conservação dos ônibus.

população obter transporte gratuito, ela passou a ter cobertura em alguns pontos que nunca tiveram transporte público.

Figura 5— Imagem do ônibus gratuito circulando pela cidade



Fonte: Adriano Marçal. Retirado do Site da Prefeitura

No início dessa pesquisa, a EPT possuía 13 linhas de ônibus (conforme quadro 9), carregando quase 19 mil passageiros por dia, cerca de 12% da população, segundo o site da prefeitura. Atualmente, são 37 linhas (algumas destas com destinos iguais, mudando apenas a via principal do deslocamento) atuando no município, cobrindo os quatro distritos. Em novembro de 2021, a EPT alcançou a marca de 100 mil⁹ deslocamentos em um único dia.

Comparando os quadros 2 e 3 e as figuras 6, 7 e 8 a seguir, será possível verificar o quanto a cobertura dos ônibus gratuitos vem evoluindo nos últimos anos, tanto na ampliação de trajetos quanto de horários.

Utilizando a linha Ponta Negra (Via Manoel Ribeiro) como exemplo, observou-se que, em 2019, possuía 18 horários e, atualmente (Janeiro de 2022), conta com 41 horários.

A figura 8 apresenta um mapa elaborado em 2019 com os traçados de cobertura das linhas na presente data. É importante salientar que as linhas se

⁹O termo “deslocamento” utilizado faz referência ao quantitativo registrado nas roletas dos ônibus, que não necessariamente reflete o número de **pessoas** transportadas, já que um mesmo cidadão pode utilizar o transporte várias vezes durante o dia, o que inclusive é uma tendência observada no modelo de transporte Tarifa Zero.

sobrepõem em diversos trajetos e, por isso, optou-se por não discriminar linha por linha, mas manter apenas o traçado que demonstra a cobertura espacial das mesmas.

Quadro 2 — Quadro de horários dos ônibus em 2019

 HORÁRIOS DAS LINHAS DE ÔNIBUS 2ª a 6ª FEIRA <small>*ESTE QUADRO DE HORÁRIOS POSSUI ALTERAÇÕES EM FUNÇÃO DE PROBLEMAS NA VIA OU DEMAIS CONTRIBUÍDA*</small>			
CIRCULAR BARRA 05:30 15:10 06:40 16:20 07:50 18:00 09:00 19:10 10:10 20:20 11:40 21:30 12:50 22:40 14:00	LAGARTO 04:50 15:00 06:00 16:10 07:10 17:30 08:30 19:00 09:40 20:10 11:20 21:20 12:30 22:30 13:40	UBATIBA 04:50 15:30 06:00 16:40 07:30 18:10 08:40 19:20 10:00 20:30 11:20 21:40 12:50 22:50 14:20	SILVADO 05:30 16:10 06:50 17:30 08:10 18:40 09:30 20:00 10:50 21:20 12:10 22:40 13:30 14:50
CAJU - GAMBOA 05:00 14:30 06:30 16:00 08:00 18:10 09:30 19:50 11:30 21:30 13:00 23:00	ESPREAJADO 04:50 14:40 06:10 16:30 07:20 18:20 09:20 19:40 11:30 21:40 13:10 23:10	MOMV - SAÍDA / INOÁ E ITAPIAÇU 05:00 14:20 06:30 15:50 08:00 17:20 09:30 19:50 11:20 20:30 12:50 22:00	JACONÉ - RODOVIÁRIA 04:00 13:00 07:00 15:10 09:00 17:20 11:00 18:00* 11:30* *ÔNIBUS EXPRESSO
CAXITO - RETIRO 04:30 14:40 06:00 16:30 07:30 18:10 09:00 19:40 11:20 21:10 13:00 22:40	BAMBUÍ - VIA MANOEL RIBEIRO 04:40 14:30 06:10 16:00 07:40 18:30 09:20 20:00 11:30 21:30 13:00 23:00	PONTA NEGRA NOTURNO 00:00 MR 01:30 MR 04:00 MR	JACONÉ - CIRCULAR SAÍDA / PRAÇA DE PONTA NEGRA 04:20 14:50 06:00* 16:10* 07:00 18:40 08:40 20:00 10:00 21:30 12:00* 23:00 13:30 *ATE ESCOLA DO BANANAL
PONTA NEGRA VIA CORDEIRINHO 04:20 10:50 17:20 05:20 11:50 18:20 06:30 13:00 19:30 07:30 14:00 20:30 08:40 15:10 21:40 09:40 16:10 22:40		PONTA NEGRA VIA MANOEL RIBEIRO 04:50 11:20 17:50 05:50 12:20 18:50 07:00 13:30 20:00 08:00 14:30 21:00 09:10 15:40 22:10 10:10 16:40 23:10	

Fonte: EPT. Enviado para a autora pelo WhatsApp da empresa.

Quadro 3 — Horário da linha ponta negra (via manoel ribeiro)

E01 - PONTA NEGRA via Manoel Ribeiro: Horários de Saída																
00:15	04:15	04:45	05:15	05:45	06:15	06:45	07:15	07:45	08:15	08:45	09:15	09:45	10:15	10:45	11:15	11:45
12:15	12:45	13:15	13:45	14:15	14:45	15:15	15:45	16:15	16:45	17:15	17:45	18:15	18:45	19:15	19:45	20:15
20:45	21:15	21:45	22:15	22:45	23:15	23:45										

Fonte: Elaborado pela autora tendo como fonte o site EPT. Acessado em 08/01/2022.

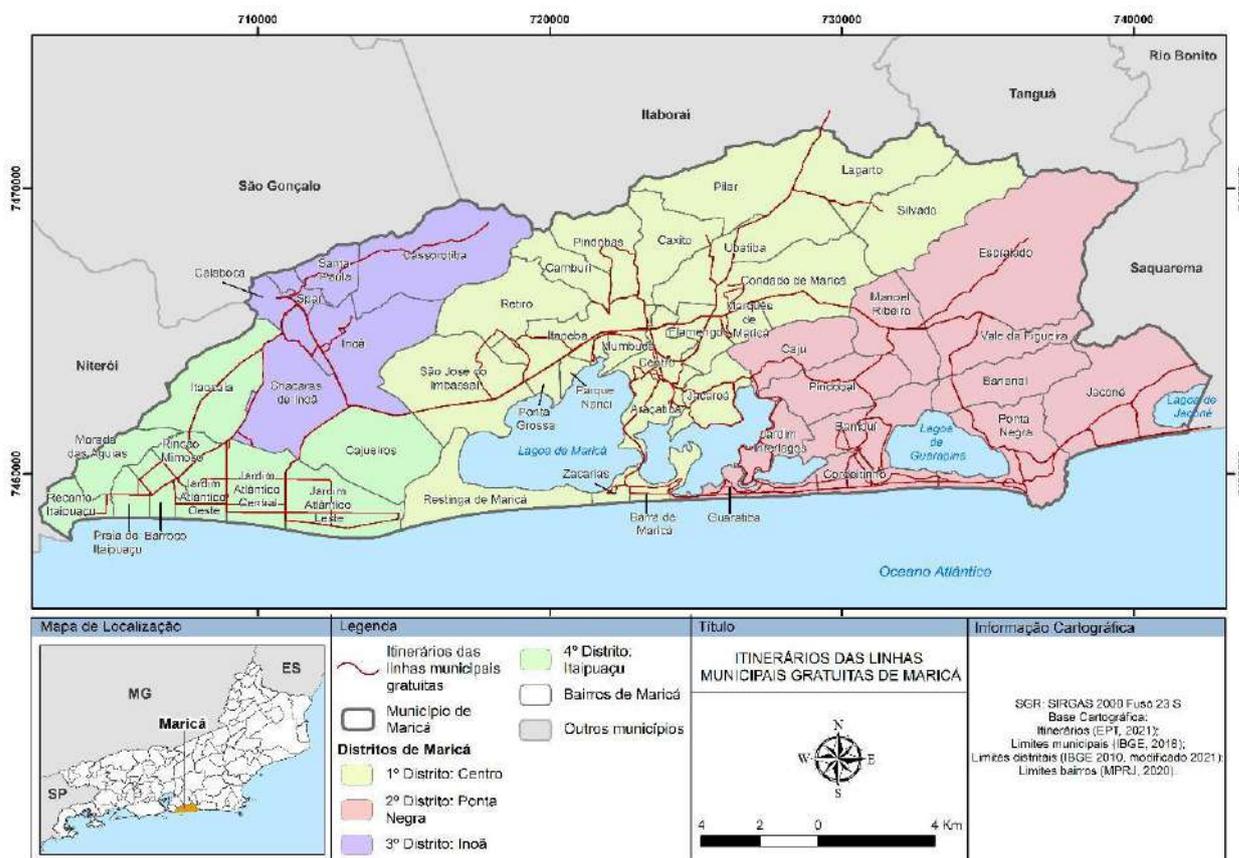
Os mapas abaixo demonstram que a atuação dos ônibus gratuitos não se dá apenas nos bairros centrais, mas são distribuídos pelos quatro distritos municipais e adentram os bairros mais populares, como por exemplo, o Bambuí, alcançando áreas que antes não eram cobertas pelas linhas comerciais. Isso é um marco muito importante na história da política pública municipal, pois se trata de uma democratização dupla, visto que a mobilidade urbana está sendo garantida tanto através da existência das linhas que atendem a uma área grande do município, principalmente a periferia, fazendo com que as pessoas cheguem mais rápido aos seus destinos e não precisem de alternativas dispendiosas (taxi, uber, veículos próprios ou frota irregular) ou cansativas (a pé ou de bicicleta), quanto através da gratuidade que garante o direito de ir vir das pessoas.

Figura 6— Traçado das linhas de ônibus gratuitos do município de Maricá em 2019



Fonte: EPT

Figura 7— Traçado das linhas de ônibus gratuitos do município de Maricá em 2022



Fonte: Elaborado por Jessica Oliveira. Dados obtidos através do site da EPT.

Isso tem um impacto direto no bem-estar e na qualidade de vida das pessoas, que ganham mais tempo para outras tarefas que não o deslocamento, têm melhores oportunidades de emprego, visto que possuem melhores condições de deslocamento, além de não terem o custo para o empregador e nem para o empregado com o transporte. Esse recurso financeiro, que antes seria investido em transporte, pode propiciar outras oportunidades, em que para as classes menos abastadas geralmente refletem em um maior investimento em alimentação, saúde e vestuário.

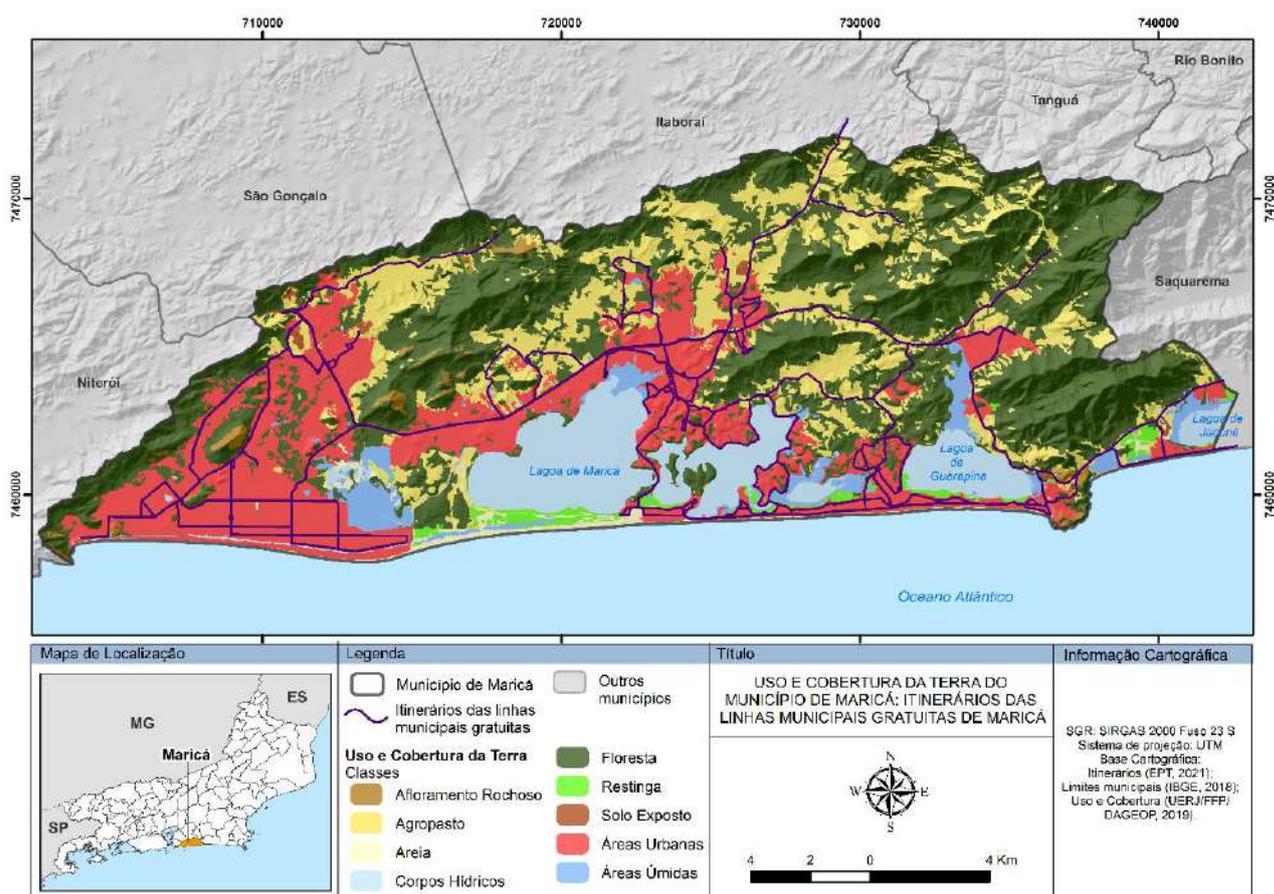
Maricá, através deste ato, está na contramão da maioria dos governos, associados às empresas de ônibus com interesses escusos, onde os bairros periféricos geralmente recebem os piores serviços de transporte público, aumentando, assim, a segregação social.

Investir em transporte público de qualidade também é investir em desenvolvimento sustentável, pois isso reflete geralmente em um menor uso de transportes individuais, o que gera menor impacto ao meio ambiente em relação à

poluição e menor demanda de combustíveis, que gera uma menor pressão no meio ambiente por matéria prima (renovável ou não).

Outro ponto interessante de observar na figura 8, através da análise de uso e cobertura do solo do município de Maricá, é que grande parte das áreas do município que não são atendidas pelos ônibus, não são áreas urbanas, são áreas de florestas e agropastos, pouco povoadas.

Figura 8— Traçado das linhas de ônibus gratuitos do município de Maricá em 2022 sobreposto ao uso e cobertura do solo de Maricá de 2014



Fonte: Elaborado por Jessica Oliveira .Dados obtidos através do site da EPT e do mapa de Uso e Cobertura da Terra no Litoral Leste Fluminense - 2014 gentilmente cedido pelo DAGEOP/FFF/UERJ.

1.4 Habitação

O mapeamento da realidade habitacional do município está muito defasado, tendo sido realizado de forma mais ampla em 2010 através do último censo. Na ocasião, diagnosticaram 3.000 pessoas morando em situações precárias divididas em 15 aglomerados no município. Essa questão deveria ter sido suprida com a entrega

de 2.932 unidades habitacionais, através do programa Minha Casa, Minha Vida entre os anos de 2013 e 2015, contudo, o “Diagnóstico técnico para elaboração do Plano Diretor de Maricá”, finalizado em Outubro de 2020, levanta a possibilidade dessa carência não ter sido resolvida, visto que a população local relata que grande parte desses empreendimentos é ocupada por moradores advindos de municípios vizinhos a Maricá.

O documento, também pondera que os problemas habitacionais de Maricá estão mais relacionados à qualidade das habitações (déficit qualitativo) do que à falta de moradia (déficit quantitativo), e que o perfil da oferta e demanda de moradia em Maricá não estariam alinhadas, precisando de uma ação governamental para regular o mercado imobiliário privado de Maricá.

Efetivamente, nos últimos anos, pouco se avançou em relação à promoção habitacional, com exceção das ofertas através do MCMV que reproduziram a política segregadora implantada por todo país (Conjuntos habitacionais de baixa qualidade construtiva e distante dos centros de serviços e comércio). No entanto, o que diferencia Maricá da maioria dos outros municípios da metrópole do RJ, e mesmo do país, é o fato da Prefeitura ter assumido a gestão dos dois conjuntos construídos, garantindo os serviços básicos de saúde e educação próximos, programas para os idosos e segurança pública.

Inclusive o documento menciona as críticas que esse padrão construtivo recebe, tanto por parte da população, quanto por parte dos profissionais especializados. Outro ponto destacado pelo mesmo corresponde ao mapeamento realizado pela defesa civil que diagnosticou 123 pontos de riscos geológicos no município, onde vivem 1543 pessoas divididas em 398 habitações e mais 32 pontos de risco, sujeito a inundações.

Na imagem abaixo, observamos uma área de lazer construída pela prefeitura no conjunto habitacional MCMV Carlos Alberto Soares de Freitas no distrito de Inoã.

Figura 9— Conjunto habitacional Carlos Alberto Soares de Freitas



Fonte: Site da prefeitura de Maricá - Foto: Fabrício Faqueco

Observe abaixo o segundo conjunto habitacional do município, também gerido pela prefeitura.

Figura 10— Conjunto habitacional residencial Carlos Marighella



Fonte: Site da Prefeitura de Maricá - Foto: Fernando Silva

O diagnóstico técnico para a revisão do plano diretor municipal também expõe que 50% dos lotes constituídos em loteamentos no Município apresentam-se como lotes não edificados ou subutilizados, os chamados vazios urbanos, não cumprindo sua função social, empurrando para cima os preços gerais dos imóveis e servindo ao mercado privado de média e alta renda para segunda residência de não moradores permanentes em Maricá.

Embora a própria prefeitura sinalize que o caminho a seguir para resolver essa questão habitacional estaria nesses vazios urbanos, não se observa nenhum plano

para a promoção de novas unidades habitacionais¹⁰, somente programas voltados para benfeitorias e regularização do que já existe e, mais recentemente, uma chamada publicada em Janeiro de 2022, que prevê a formação de um banco de imóveis residenciais ociosos disponíveis para serem comprados pela prefeitura para o reassentamento de pessoas em vulnerabilidade social.

Podemos citar o Programa Endereço Certo, voltado para a regularização fundiária urbana e que na ocasião do 1º Seminário de Habitação de Interesse Social de Maricá, em Julho de 2019, havia concedido cerca de 300 títulos de propriedade.

Segundo a então Secretária de Habitação Rita Rocha, o programa é destinado a pessoas com problemas de propriedade, que compraram terrenos de posse há muitos anos e não conseguiram legalizar os seus imóveis:

Tratamos das questões fundiárias, regularizamos os lotes baseados na legislação. Não vamos, por exemplo, tratar de regularizações que estão à beira das lagoas, dentro de faixas marginais ou em alguma área proibida. Todas estas questões são avaliadas tecnicamente pela nossa equipe. (ROCHA, 2018, s/p)

Outro avanço realizado nesta área foi a criação do Crédito Casa melhor que consiste em pequenos empréstimos a juros zero para a reforma de moradias. Este programa será abordado no próximo capítulo, por se tratar de uma Política de Economia Solidária.

Um ponto interessante a destacar é que o “Diagnóstico técnico para elaboração do Plano Diretor de Maricá” menciona muitas das fragilidades e desafios sobre a questão da promoção de Habitação de Interesse Social em Maricá, apontando saídas importantes, como a regulação do mercado, a necessidade de um plano viário geral e hierarquizado propiciando um melhor aproveitamento do solo e garantindo a mobilidade.

Ele também ressalta o processo de gentrificação¹¹ que algumas áreas estão sofrendo, devido aos investimentos realizados pelo poder público em alguns bairros,

¹⁰ O diagnóstico técnico para a revisão do plano diretor municipal cita que a prefeitura pretende construir habitações voltadas a suprir o déficit habitacional quantitativo no município e que estaria construindo um condomínio destinado a população de risco. Como não encontramos evidências de que a construção do condomínio tenha saído do papel não o estamos considerando neste trabalho.

¹¹ A gentrificação corresponde ao processo de modificação do espaço urbano, em que áreas periféricas são remodeladas e transformadas em espaços nobres ou comerciais. Contudo, o custo de vida (aluguel, mercado, farmácia etc) nesses locais acabam se elevando tanto, que acaba não cabendo mais no bolso do morador nato do local que se vê obrigado a sair e abrir espaço para moradores de padrão aquisitivo mais alto. (COURB, 2016)

além da pressão exercida através da população advinda dos municípios vizinhos, tanto uma população de baixa renda (que contribui para o aumento do déficit ou inadequação habitacional), quanto uma população de média-alta renda (que procura o município também como segunda residência).

Outra questão abordada refere-se ao precário acesso ao saneamento básico e sobre a necessidade de projetos construtivos específicos para comunidades caiçaras e indígenas.

Desta forma, conclui-se que a prefeitura sabe o que precisa ser feito, só precisaria dar mais prioridade aos seus projetos. Itens básicos para reprodução da vida humana, como saneamento básico e habitação não podem demorar tanto, principalmente se tratando de um município que possui condições financeiras para isso.

1.5 A economia de Maricá e o índice de desenvolvimento humano

O município de Maricá se destaca, atualmente, pela alta arrecadação de *royalties* do petróleo¹², já que possui confrontação com cinco campos de produção (Lula, Tartaruga Verde, Búzios, Uruguá e Tambaú); quatro destes na bacia de Santos e um na bacia de Campos. Com o campo de Lula, recordista nacional de produção, Maricá possui 48,94% de confrontação, o que justifica o município receber 50% dos pagamentos referentes a esse campo (NAZARETH et al., 2018).

Junto com Paraty e Campos dos Goytacazes, Maricá forma um grupo especial de municípios que recebem parcelas significativas das rendas públicas do petróleo, apenas por estarem próximos às áreas de produção marítima, embora possuam frágeis relações com a atividade petrolífera. Os três municípios não detêm empregos em quaisquer dos subsetores da indústria de petróleo e gás, fazendo jus ao recebimento das rendas petrolíferas por serem municípios confrontantes a campos de alta produtividade (NAZARETH et al., 2018).

Estudos do Tribunal de Contas do Estado- TCE, relativos ao ano de 2015, revelaram um grau de dependência financeira de Maricá em relação a transferências

¹²Apenas 17% dos 5.570 municípios do país recebem royalties e participações especiais, sendo que os principais beneficiários estão localizados no Estado do Rio (NAZARETH et al., 2018).

e *royalties*, da ordem de 77%. Na ocasião, os *royalties* compreenderam 46% de toda receita municipal.

Na tabela abaixo, adaptada a partir dos dados divulgados pelo documento “Maricá em Números”, produzido e distribuído pelo Instituto Darcy Ribeiro, pode-se observar que no ano de 2018, o valor arrecadado em *royalties* foi superior a toda despesa liquidada neste mesmo ano.

Quadro 4 — Composição do orçamento público municipal de Maricá

ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL DE MARICÁ		
Receita Tributária Propria		Varição
2016	87,5 mi	37,40%
2018	120,2 mi	
Transferência de Royalties		Varição
2016	305,3 mi	379,60%
2018	1.464 mi	
Receita de Fundos Municipais		Varição
2016	29,2 mi	97,60%
2018	58,5 mi	
Despesas Totais Liquidadas		Varição
2016	635,5 mi	103,30%
2018	1.292 mi	

Fonte: Adaptado de Instituto Darcy Ribeiro (2019).

Conseqüentemente, o PIB municipal subiu. Enquanto a participação do estado no PIB nacional caiu de 11,80% (2003) para 10,99% (2015), a participação de Maricá cresceu de 0,03% para 0,16% no mesmo período. Em 2015, o PIB municipal ficou na 11^o posição no ranking do Estado do Rio de Janeiro.

Com relação ao mercado de trabalho formal, contrastando com o cenário do país onde ocorreu um decréscimo nos últimos anos, com uma perda de cerca de 2 milhões de postos de trabalho entre 2015 e 2016 e também contrastando com o estado e a região metropolitana que tiveram uma queda ainda mais acentuada, o mercado de trabalho formal em Maricá apresentou crescimento contínuo. O estoque de empregos formais no município saltou de 9.635 vínculos, em 2007, para 15.011, em 2016 e 19.765 em 2017. Observe abaixo a distribuição dos empregos por setor econômico:

Tabela 2 — Empregos formais por setor de economia e participação percentual no estoque (2017) em Maricá

Setor	Maricá	
	vínculos	part. %
Extrativa mineral	62	0,3
Indústria da transformação	1.119	5,7
SIUP	14	0,1
Construção civil	668	3,4
Comércio	5.041	25,5
Serviços	5.996	30,3
Administração Pública	6.785	34,3
Agropecuária, extr. vegetal, caça e pesca	80	0,4
Total	19.765	100,0

Fonte: (FIRJAN, 2019)

Estudos do DIEESE demonstram que os setores de comércio e serviços eram os que mais ofereciam empregos nos anos 2000 e são os que mais ofereciam nos estudos de 2017. Veremos no Capítulo 2, como o Banco e a moeda Mumbuca vão incidir justamente no comércio varejista local, criando demanda para bens de primeira necessidade. Mas ao analisarmos as taxas de crescimento, verificamos que os setores de construção civil e extração mineral, embora não sejam os que mais ofertam empregos em números, foram os que mais cresceram nos últimos anos em porcentagem. Observem o quadro abaixo:

Tabela 3 — Estoque de empregos formais segundo setor e subsetor de atividade econômica

Estoque de empregos formais¹ segundo setor e subsetor de atividade econômica, participação percentual no total municipal e variação média anual²
Maricá, 2006, 2011 e 2016

Setor e subsetor de atividade econômica	2006		2011		2016		Variação média anual
	nº absoluto	part. %	nº absoluto	part. %	nº absoluto	part. %	
Extrativa mineral	17	0,2	71	0,5	81	0,5	16,9
Indústria de transformação	924	10,3	1.255	9,2	1.136	7,6	2,1
Prod. Mineral Não Metálico	229	2,6	320	2,3	304	2,0	2,9
Indústria Metalúrgica	81	0,9	55	0,4	49	0,3	-4,9
Indústria Mecânica	22	0,2	39	0,3	22	0,1	0,0
Elétrico e Comunicação	0	0,0	5	0,0	13	0,1	10,0
Material de Transporte	4	0,0	4	0,0	35	0,2	24,2
Madeira e Mobiliário	13	0,1	41	0,3	36	0,2	10,7
Papel e Gráfica	19	0,2	60	0,4	54	0,4	11,0
Borracha, Fumo, Couros	15	0,2	19	0,1	9	0,1	-5,0
Indústria Química	86	1,0	191	1,4	88	0,6	0,2
Indústria Têxtil	2	0,0	40	0,3	20	0,1	25,9
Indústria Calçados	0	0,0	12	0,1	1	0,0	-22,0
Alimentos e Bebidas	453	5,0	469	3,4	505	3,4	0,7
Serviços industriais de utilidade pública	0	0,0	11	0,1	7	0,0	-4,4
Construção Civil	125	1,4	281	2,0	614	4,1	17,3
Comércio	2.856	31,8	4.030	29,4	4.877	32,5	5,5
Comércio Varejista	2.711	30,2	3.926	28,6	4.717	31,4	5,7
Comércio Atacadista	145	1,6	104	0,8	160	1,1	1,0
Serviços	2.489	27,7	3.469	25,3	5.327	35,5	7,9
Instituição Financeira	73	0,8	144	1,0	163	1,1	8,4
Adm Técnica Profissional	626	7,0	931	6,8	1.066	7,1	5,5
Transporte e Comunicações	707	7,9	674	4,9	1.969	13,1	10,8
Alojamento e Comunicação	394	4,4	656	4,8	911	6,1	8,7
Médicos, Odontológicos e Veterinários	128	1,4	176	1,3	237	1,6	6,4
Ensino	561	6,2	888	6,5	981	6,5	5,7
Administração Pública	2.441	27,2	4.507	32,9	2.890	19,3	1,7
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	128	1,4	91	0,7	79	0,5	-4,7
Total	8.980	100,0	13.715	100,0	15.011	100,0	5,3

Fonte: RAIS, MTb.

Elaboração: Observatório do Trabalho de Maricá, DIEESE e Prefeitura de Maricá.

Nota (1): a variação média anual do setor de Serviços industriais de utilidade pública e dos subsetores Elétrico e Comunicação e Indústria de Calçados dizem respeito ao período de 2011 a 2016, pois não apresentavam vínculos de empregos ativos em 2006.

Fonte: (DIEESE, 2016,p. 33).

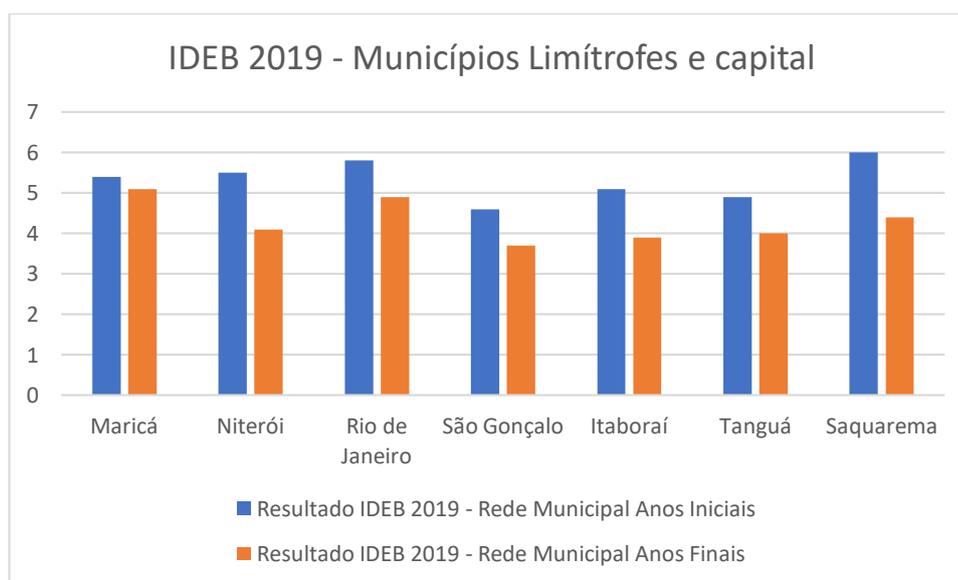
Apesar desse crescimento na oferta de empregos formais, boa parte da população de Maricá ainda trabalha fora do município, precisando fazer movimentos pendulares diários para o centro metropolitano. Não encontramos os dados exatos, mas se considerarmos que a população economicamente ativa ocupada de Maricá, em 2010, era 56.687 e que o estoque de empregos formais era de cerca de 11.700 vagas, podemos concluir que boa parte dessas pessoas trabalhava informalmente ou em outros municípios.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM Maricá apresentou em 2010 o 6ª maior do estado do Rio de Janeiro, (0,765) apresentando maior elevação do Índice na área de educação (mais 0,379), seguida por longevidade e por renda.

Neste mesmo censo, o município também apresentou uma taxa de 1,47% de sua população em extrema pobreza; 4,88% em situação de pobreza (renda per capita inferior a R\$140,00) e 33,8% da população com rendimento per capita de até meio salário mínimo. Infelizmente, não é possível verificar se ocorreu efetivamente a redução dessas taxas após a implantação dos programas de transferência de renda¹³, pois o Censo que deveria ocorrer em 2020 foi suspenso.

Em relação à educação, Maricá apresentou, em 2019, um bom resultado no que se refere ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb¹⁴), se comparado ao dos municípios vizinhos e ao da capital, valendo destacar a nota relativa aos anos finais do ensino fundamental (5,1), a maior dentre os municípios citados, como pode ser visto no gráfico abaixo.

Figura 11— Resultado IDEB 2019 de Maricá, municípios limítrofes e a capital



Fonte: Elaborado pela autora com base nas notas do IDEB municipal divulgado no site do INEP.

¹³ O Programa Renda Básica de Cidadania será apresentado no capítulo 2.

¹⁴ O índice é um dos principais indicadores da qualidade do aprendizado dos alunos da Educação Básica do Brasil, visando também estabelecer metas para as instituições de ensino, municípios e estados, incentivando a melhoria do aprendizado. Foi criado em 2007 como uma iniciativa para aprimorar a qualidade da Educação Básica no Brasil. Ele é Calculado através das notas de Matemática e Português do Saeb e Prova Brasil.

Em relação à conclusão de todo o ciclo básico, em 2010, 34% da população maricaense possuía ensino médio completo ou superior incompleto e 11% da População possuía nível superior completo. Considerando que 20,3 % da população estava dentro da faixa de 0-14 anos e 28% estava dentro da faixa de 0-19 anos, isso significa que quase metade da população em idade para ter o ensino médio completo detinha. O ideal seria que 100% da população tivesse a oportunidade de concluir ao menos o ensino médio, no entanto se compararmos aos números nacionais que em 2019 segundo o IBGE era de apenas 27,4% verificamos que os números de 2010 de Maricá não são ruins.

Essa tendência de crescimento do nível educacional da população maricaense começou a receber estímulos mais recentemente, com a implantação de programas municipais na área educacional, tais como o Programa Mumbuca Futuro, que apresentaremos no capítulo 2 por estar articulado à política de economia solidária e ao Programa Passaporte Universitário¹⁵ de incentivo à formação universitária dos jovens.

¹⁵**O Programa Passaporte Universitário** é um programa municipal de concessão de bolsa de estudos integrais para graduação e pós-graduação na rede privada de ensino. Foi lançado em 2019 com dois tipos de bolsas. A bolsa social, destinada aos candidatos que possuem renda comprovada de até seis salários-mínimos e as bolsas de excelência aos candidatos que fizeram o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e obtiveram nota superior a 450 pontos, sem zerar a redação. Já foram distribuídas mais de cinco mil bolsas.

2 A POLÍTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Política de Economia Solidária, em Maricá, foi iniciada em 2013 pelo então prefeito Washington Quaqué, pensando em uma política de distribuição de renda a partir do desenvolvimento local e do fomento de uma nova economia, mais inclusiva e igualitária. Foi montada na época uma subsecretaria de Economia Solidária, ligada à Secretaria de Direitos Humanos.

A primeira lei municipal aprovada foi a de nº 2.448/2013, que posteriormente foi revogada pela lei nº 2.652/2015, que normatiza o Programa Municipal de Economia Popular Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Sustentável no município de Maricá – RJ. Esta lei busca o alcance dos seus objetivos por meio das ações abaixo:

- I – estabelecer procedimentos para implantação, controle, acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política Pública de Fomento à Economia Popular e Solidária;
- II – estabelecer parcerias com entidades públicas ou privadas para a operacionalização do Banco Comunitário Popular de Maricá;
- III – empreender os meios necessários para a utilização da Moeda Social Mumbuca, a ser operacionalizada pelo Banco Comunitário Popular de Maricá, como instrumento de efetivação das políticas estatuídas no programa;
- IV – criar Centros Públicos de Economia Popular e Solidária, Incubadoras Públicas de Empreendimentos Solidários, Centros de Comercialização Justa e Solidária e Mercados Públicos de Empreendimentos Econômicos Solidários, feiras, festivais, lojas solidárias e outros instrumentos de comércio justo, na forma a ser regulamentada em Decreto do Poder Executivo Municipal;
- V – instituir Comitês Gestores, respectivamente, do Banco Comunitário Popular de Maricá, do Centro Público de Economia Popular e Solidária, da Incubadora Pública de Empreendimentos Solidários e dos Centros de Comercialização Justa e Solidária.[...] (MARICÁ, lei nº 2.652, de 15 de dezembro de 2015).

É importante demonstrar, que a formulação dessa política está totalmente alinhada com as linhas de atuação da SENAES, como um reflexo de tudo que vinha sendo proposto pela mesma. Podemos destacar as seguintes ações da SENAES entre 2004 e 2007:

- Apoio a incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (PRONINC) [...];
- implantação de Centros públicos de Economia Solidária, espaços multifuncionais para suporte e desenvolvimento de serviços de apoio aos empreendimentos econômicos solidários na área de formação, comercialização, assistência técnica etc;

- projeto de promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária (PPDLES), depois chamado de “Brasil Local”, que dissemina a ES e acompanha empreendimentos econômicos solidários por meio da atuação de agentes de desenvolvimento local;
- implantação do Programa Nacional de feiras de Economia Solidária, apoiando eventos de organização da comercialização em feiras estaduais, nacionais e internacionais;
- apoio aos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, em parceria com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal (CEF) e fomento aos Fundos Rotativos Solidários, em parceria com o BNB e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome”. (SENAES, 2012 Pág. 17)

Um ponto marcante na lei de Ecosol de Maricá é a proposição de intersectorialidade para implantação da mesma, ou seja, por mais que seja uma lei configurada principalmente no âmbito da Secretaria de Economia Solidária, ela possui uma proposta de integração das políticas, a partir do momento em que congrega, em seus objetivos, atribuições que perpassam por várias secretarias. Observe alguns trechos, em que isso fica registrado na lei:

Art. 11. A Política Pública Municipal de Economia Popular e Solidária é regida pelos seguintes princípios:

I – articulação e integração com enfoque no caráter intersectorial e multidisciplinar, o que permite atuar de forma integralizada com o público a ser atendido;

[...]

III – descentralização e territorialização das ações;

Art. 17. São objetivos específicos da Política Pública Municipal de Combate à Pobreza:

[...]

II – articular de forma coerente e eficiente as ações e políticas específicas das Secretarias e órgãos do Município, de forma a potencializar o seu impacto e qualificar os resultados. (MARICÁ, lei nº 2.652, de 15 de dezembro de 2015).

Outro trecho marcante na lei que registra esse caráter intersectorial da mesma é o da criação do Conselho Municipal de Economia Popular e Solidária, combate à pobreza e desenvolvimento sustentável de Maricá – CEPOPS, no qual, dentre as suas atribuições, estão formular diretrizes e propor ações que contribuam para a efetiva integração cultural, econômica, social e política dos segmentos envolvidos. Este conselho é constituído por oito representantes, sendo quatro da sociedade civil e quatro representantes do poder público, sendo eles os secretários de Economia Solidária; Trabalho, Emprego e Renda; Assistência Social e da Agricultura, Pecuária e Pesca.

A partir dessa lei, uma série de programas sociais vêm sendo concebidos e/ou aprimorados, com destaque para a criação da moeda social Mumbuca, para os

programas de transferência de renda e para os programas de crédito solidário levados à cabo pelo banco comunitário. Vejamos, a seguir, o alcance desses programas.

2.1 O banco comunitário e os programas de transferência de renda

Diferente de todos os bancos comunitários criados no Brasil, o Banco Comunitário Popular de Maricá, reconhecido pela população como banco Mumbuca¹⁶, é o único até o momento que foi criado por força de uma lei municipal. Ele é parte integrante de uma Política Pública de Economia Solidária criada no ano de 2013.

O banco foi criado com o objetivo principal de implantar a moeda social na cidade, pensada como uma estratégia para que o dinheiro oriundo do programa de transferência de renda da prefeitura circulasse somente na cidade, dinamizando assim o comércio local.

Para Joaquim Mello (entrevista concedida em Setembro de 2018), ele possui uma hibridez interessante, pois ao mesmo tempo em que o banco foi criado não a partir de uma mobilização popular, mas por efeito de lei, a própria lei garantiu que esse banco fosse associado à rede brasileira de bancos comunitários, portanto, seguindo todas as regras da mesma, que tem como essência a autogestão. Sendo assim, a prefeitura criou o banco, o subsidia, mas não se tornou dona dele, garantindo sua autonomia institucional, desde a sua concepção.

O Banco Mumbuca é uma associação, que possui finalidade educacional, cultural, de finanças solidárias e trabalho e renda¹⁷. Nos seus primeiros anos de existência, sua única atividade era o pagamento das bolsas sociais da prefeitura, mas nos últimos anos ele já começou a ter novas atividades, como a modalidade de contas correntes (contas regulares onde é permitido fazer o resgate em real para um banco comercial) separadas das contas benefícios (restritas, cujo uso só pode ser em Mumbuca), os programas de crédito solidário Casa Melhor e Mumbucred, e as atividades ligadas à educação financeira e estímulo ao uso da moeda.

Desta forma, foi colocado como uma das ações deste programa o estabelecimento de parcerias com entidades públicas ou privadas para a

¹⁶ O Banco ficou conhecido por esse apelido, pois quando criado, suas atividades se restringiam ao pagamento das bolsas do então Programa Social Bolsa Mumbuca. Em Maricá, o nome Mumbuca faz referência a um rio que corta a cidade e também a um bairro. (Brum, Cesar.2016 Pág.127)

¹⁷ Art.2º Estatuto Social da Associação Banco Comunitário Popular de Maricá – Banco Mumbuca

operacionalização do banco comunitário. Essa lei prevê todo apoio da prefeitura para a implantação e operacionalização das unidades bancárias, por meio de convênios com organizações da sociedade civil certificadas pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários, garantindo-lhes aporte financeiro e estrutural para seu funcionamento.

Em dezembro de 2013, o Instituto Palmas respondeu à chamada pública¹⁸ da prefeitura e estabeleceu um convênio com a mesma para a implantação do banco e gestão compartilhada do então Programa Social Bolsa Mumbuca, que posteriormente (em 2015) sofreu uma reformulação e veio a se chamar Programa Renda Mínima (integrante da Política Pública Municipal de Combate à Pobreza). Desde então, até agosto de 2019, ele consistia no pagamento de três modalidades de bolsa no valor de 110 mumbucas. **Programa Renda Mínima Mumbuca**, concedido a famílias com renda familiar de até 3 salários mínimos. **Programa Renda Mínima Jovem Solidário**, concedido a jovens entre 14 e 29 anos que pertencem a famílias com renda de até 3 salários mínimos; **Programa Renda Mínima Gestante**, concedido a mulheres grávidas até a criança completar um ano de idade.

Além desses três programas de transferência de renda, o município também contava com o **Programa Mumbuca Indígena**, concedido a indígenas residentes no município há pelo menos 3 anos. O valor é maior que os demais, 300 mumbucas, “para contribuir na correção da dívida histórica que o Brasil possui com eles”.¹⁹

Desde agosto de 2019, o **Programa Renda Básica de Cidadania (RBC)**²⁰, implantado através da lei municipal nº 2641/2015 e regulamentada pelo decreto de nº 124 de 15 de dezembro de 2015, que trata-se de uma garantia paga individualmente, absorveu o Programa Renda Mínima (citado acima), tendo seu valor elevado de 20 mumbucas para 130 mumbucas. Desta forma, as famílias cadastradas passaram a ter um aporte financeiro maior, já que por exemplo, um grupo familiar composto por um casal e três filhos com idades abaixo de 14 anos, que antes recebiam o programa renda mínima de 110 mumbucas mais o RBC de 20 mumbucas cada, totalizando 220 mumbucas passaram a receber ao invés de disso 650 mumbucas.

¹⁸A lei de Economia Solidária estabeleceu a criação do banco através da licitação de uma organização especializada, para criar o banco e ser a gestora por um tempo, até que esse banco tivesse habilidades para se manter sozinho. Desta forma, foi conveniado o instituto Palmas e agora o Periferia, para fazer o reforço institucional para o banco.

¹⁹ Palavras de Diego Zeidan, Secretário de Economia Solidária. Entrevista concedida em Maio de 2018.

²⁰ Este Programa foi inspirado na lei federal de número 10.835/2004 proposta pelo Senador Eduardo Suplicy, que busca garantir uma renda universal para todo cidadão (brasileiro ou estrangeiro residente no país há mais de cinco anos), capaz de garantir as despesas mínimas com alimentação, educação e saúde. Infelizmente esta lei ainda não foi implantada.

Isso significa mais comida no prato, maior cuidado com higiene pessoal, maiores condições de investimento em vestuário e em cultura e lazer, ou seja, maior qualidade de vida proporcionada a população atendida nesta primeira fase de implantação do Programa.

Em conversa com o secretário de Economia Solidária, Diego Zeidan, em maio de 2018, época em que os dois programas co-existiam, ele havia relatado que o objetivo da secretaria era de unificar os três programas de renda mínima em um programa de renda básica, fazendo com que ele fosse pago por pessoa e não por família. Assim, o programa deixaria de ser visto como um benefício pago pela prefeitura e passaria a ser garantido como um direito universal, atendendo a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU)²¹.

O programa Renda Básica Cidadania está sendo implantado em etapas, atendendo primeiramente às camadas mais necessitadas da população. Atualmente é voltado para pessoas que recebem até três salários mínimos.

É importante ressaltar que este programa é inspirado em um conceito de renda básica universal que já vem sendo praticado em alguns locais no mundo, como por exemplo, o estado do Alasca nos Estados Unidos. Pioneiro na implantação desde 1982, ele divide entre sua população, parte da arrecadação sobre a exploração do petróleo e através dessa medida, saltou da posição de estado mais desigual dentre os 50 estados norte-americanos, para a posição de mais igualitário, junto com Utah (SUPLICY apud NEIVA, LEONARDO, 2020).

Programas como o RBC são defendidos por estudiosos de diversos países, como por exemplo, o professor das universidades de Louvain e Harvard, Philippe Van Parijs, que defende o programa como instrumento para promover a justiça social, radicada na dignidade, igualdade e liberdade real a todos. (PIOVESAN E SUPLICY, 2016).

No Brasil, a grande referência para adesão de uma renda básica universal é o Economista Eduardo Suplicy, que conforme citado acima, enquanto Senador da

²¹Artigo XXII “Todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social, à realização pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade” e XXV “Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis [...]”.

República, aprovou em 2004 a lei de Renda Básica de Cidadania que ainda não foi implementada.

Segundo Suplicy:

A Renda Básica de Cidadania (RBC) é uma renda suficiente para que uma pessoa possa prover as suas necessidades vitais, como as de alimentação, saúde, educação e outras, que será paga pelo governo a toda e qualquer pessoa residente no país, inclusive às estrangeiras residentes há cinco anos ou mais no Brasil, não importa sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo socioeconômica. Será um direito à cidadania igual para todas. Refere-se ao direito de todas as pessoas participarem, pelo menos um pouco, da riqueza comum de nossa nação. A ninguém será negado.

Até mesmo para as mais ricas? Sim. Obviamente os que têm mais irão contribuir para que elas próprias e todas as demais venham a receber. Que vantagens há?

Primeiro, é muito mais fácil de compreender que todas as pessoas tem o direito de receber igual quantia. Segundo, assim eliminaremos toda e qualquer burocracia envolvida em se ter que saber quanto cada um ganha no mercado formal, por exemplo, na carteira de trabalho, ou informal, em qualquer atividade que se exerça e pela qual se receba um pagamento, como a de tomar conta do automóvel na rua. Terceiro, eliminamos o fenômeno da dependência que acontece quando há um sistema que diga: quem não recebe até certo patamar tem o direito de receber tal complemento. E a pessoa está por decidir se vai ou não realizar aquela atividade. Mas se a fizer, receber aquele tanto e aí o governo lhe retira parte do que recebeu naquele programa, então a pessoa pode vir a desistir de fazer aquela atividade e entra na armadilha da pobreza ou do desemprego. Mas se todos começarmos da RBC em diante, sempre haverá o estímulo ao progresso. (SUPLICY,2022).

Joaquim Melo nos relatou que até 2017 a única função do banco era pagar os benefícios sociais do governo e, até por isso, acabou sendo apelidado pela população de Banco Mumbuca, mesmo nome do benefício e da moeda social. (Informação verbal) ²²

Após esta data, o banco passou a operar de forma digital, ganhando um estatuto próprio, e sendo operado pelo Instituto Periferia que é um segmento do Instituto Palmas e responsável pela plataforma E-dinheiro²³, começando a se instituir ali o processo de busca da autonomia financeira do mesmo, através da atração de novos clientes, além dos beneficiários dos programas sociais e do incentivo para que o comércio local aderisse também a forma de pagamento na moeda municipal.

Maricá criou uma lei, que é a lei da Economia Solidária que institui o Banco Mumbuca. A prefeitura cria o Banco Mumbuca, por efeito de lei. E isso que é o bacana, pois ela diz que cabe a prefeitura criar um banco, e as políticas de distribuição de renda, que é o caso das bolsas, ou seja, o benefício social deve ser pago por esse banco. Isso é o grande ponto da hibridação, pois ao mesmo tempo que ela cria isso, a própria lei diz que esse banco será

²² Entrevista concedida por Mello, Joaquim. Entrevista II.[/ 2018]., RJ. 2018.arquivo mp3 (01:44 min).

²³ A Plataforma e-dinheiro é a plataforma utilizada por todos os bancos comunitários digitais do Brasil e o Instituto Periferia é o custodiante de todo dinheiro que circula dentro desta plataforma.

associado a rede brasileira de bancos comunitários, portanto, se é associado, seguirá as regras da rede brasileira de bancos comunitários, que tem como essência a autogestão do banco comunitário. (MELO, J. 2018, Entrevista concedida em Setembro de 2018)

O último balanço realizado pelo Instituto E-dinheiro mostra os dados da movimentação financeira na plataforma E-dinheiro oriunda dos pagamentos dos Programas Sociais da prefeitura, entre os anos de 2018-2021, no valor de R\$680 milhões. Em parte desde período, a prefeitura além de pagar os programas sociais fixos, como o Renda Básica Cidadania – RBC²⁴, Mumbuca Futuro e Aluguel Social, também pagou os programas temporários destinados ao apoio ao enfrentamento da COVID-19, o Programa de Amparo ao Trabalhador – PAT²⁵, Programa de Amparo ao Emprego – PAE²⁶.

Contudo, esses 680 milhões investidos pela prefeitura, proporcionaram uma movimentação financeira da ordem de 2 bilhões em moeda Mumbuca. Esse valor foi contabilizado da mesma forma que se calcula o Produto Interno Bruto do País – PIB, referindo-se à circulação geral do dinheiro em todas as suas operações (depósitos, saques, créditos, pagamento de boletos, transferências etc). Além desse valor, é possível que os resgates em reais realizados tenham continuado a circular em Maricá, fomentando ainda mais a economia da cidade.

É muito interessante observar o crescimento do banco nos últimos dois anos, por mais que esse crescimento tão expressivo se dê pelo maior aporte de pagamento de benefícios sociais pela prefeitura, por conta da pandemia. Mas o crescimento também pode ser explicado pelo aumento da credibilidade do banco e pelo incentivo ao uso da moeda social. Segundo o Instituto E-dinheiro (2021), nos últimos 4 anos o banco totalizou cerca de 2 milhões depósitos de pessoas físicas, sendo um valor bastante relevante para um banco popular.

Até setembro de 2019, o banco possuía uma liquidez de cerca de 1 milhão de reais (oriunda dos 2% de taxa paga pelos estabelecimentos que aceitam a moeda), e em Setembro de 2021 esse valor chegou a 10 milhões de reais. Observe no quadro

²⁴ O RBC foi aumentado no contexto da pandemia de 130 para 300 mumbucas e após Abril de 2022 passará para 170 mumbucas.

²⁵ Destinado aos profissionais liberais, autônomos, Microempreendedores Individuais (MEI) e informais, que tiveram seus comércios e negócios afetados pela pandemia. Quando implantado o valor correspondia a um salário mínimo, e atualmente no contexto da variante ômicron foi prorrogado até Abril de 2022 com o valor menor de R\$600,00. Os beneficiários desse programa possuem conta regular e podem fazer resgate em real.

²⁶ Destinado aos pequenos empresários, através do qual o município pagou um salário mínimo a cada empregado de empresas da cidade (com até 49 funcionários, o que abrange 90% do total).

abaixo o salto entre 2019 e 2020 em relação ao número de comércios cadastrados, número de contas digitais abertas, empréstimos através do Mumbucred e o consumo no comércio.

Quadro 5 — Principais números do Banco Mumbuca

Principais Números - Banco Mumbuca					
Ano	Nº Comércios Credenciados	Nº de Contas Digitais Abertas	Taxa 2%	Mumbucred	Consumo Comércio
2018	1.491	22.532	R\$ 247.367,61	37.336,37	12.368.380,77
2019	2.853	37.550	R\$ 723.452,92	99.770,99	36.172.646,47
2020	8.972	62.459	R\$ 5.088.066,93	479.977,59	254.403.346,66
2021	12.390	65.374	R\$ 4.038.163,52	822.748,68	201.908.176,39
Total:	12.390	65.374	R\$ 10.097.050,98	1.439.833,63	504.852.550,29

Fonte: Elaborado pela autora com base no Balanço 2018 a 2021: TERMOS DE COLABORAÇÃO 02/2017 e 04/2019 - Firmado entre a Prefeitura de Maricá-RJ e o Instituto E-dinheiro Brasil.

O banco possui um projeto de autossustentação que depende da adesão popular à moeda social. A arrecadação independente da prefeitura vem aumentando ao longo desses quatro anos de gestão conjunta com o Instituto Periferia e fazendo com que ele deixe de depender exclusivamente dos investimentos públicos. Atualmente, os salários dos funcionários do banco são pagos através do convênio entre a prefeitura e o Instituto Periferia, mas o objetivo do banco, relatado pelo próprio Joaquim, é obter sustentabilidade total, para não ficar à mercê dos interesses políticos que podem mudar com a alternância no governo do município.

Através dessa liquidez mensal do banco, que se tornou a maior²⁷ dentre os bancos populares do Brasil (esse é um ponto muito importante de salientar, pois isso só é possível graças aos pagamentos da prefeitura realizados pelo banco), o banco Mumbuca está conseguindo criar sua própria carteira de programas de financiamentos a juros zero para a população, totalmente independente de recursos da prefeitura.

Na ocasião da entrevista com Joaquim, o banco estava criando duas linhas de créditos populares, dentro do Mumbucred (carteira de créditos do banco): uma que concedia empréstimos de até R\$ 2.000,00 para empreendedores e cooperativas; e outra denominada Casa Melhor, que concedia empréstimos de até R\$ 600,00 para pequenas reformas de moradias. Em todos os dois casos, o crédito só era concedido em grupos de pelo menos três pessoas, praticando assim o aval solidário, onde os

²⁷ É importante frisar isso, pois a receita do banco Mumbuca ultrapassou a do Banco Palmas, pioneiro no Brasil, criado em 1998, segundo Joaquim).

participantes do grupo são avalistas uns dos outros. No dia do pagamento da parcela, se um membro do grupo não tiver recurso para pagar, os demais componentes do grupo devem se solidarizar e pagar por ele. Cada grupo elege um líder que fica na responsabilidade jurídica de realizar o pagamento por todos do grupo.

Desde 2019, o banco conta com três modalidades de crédito, divididas em nove linhas de crédito com valores que podem chegar há R\$10.000,00. Isso demonstra um grande avanço tanto nas políticas de acesso ao crédito do banco, como também demonstra que ele está conseguindo conquistar uma estabilidade financeira.

Quadro 6 — Linhas de crédito do Banco Mumbuca

LINHAS DE CRÉDITO – MUMBUcred					
MODALIDADE	LINHAS DE CRÉDITO	VALOR MÁXIMO POR PESSOA	O QUE PODE SER FINANCIADO	CONDIÇÕES	CRITÉRIOS
MUMBUcred CRÉDITO PRODUTIVO SOLIDÁRIO	Produtivo Solidário Simples	R\$ 2.000,00	Capital de Giro de Máquinas e Equipamentos	04 a 10 parcelas sem juros	Maior de 18 anos; Ter ou desejar iniciar um pequeno negócio; Estar organizado num grupo solidário de 03 a 10 pessoas; Aval solidário; Participar das Cirandas.
	Produtivo Solidário Avançado	R\$2001,00 a 5.000,00	Capital de Giro de Máquinas e Equipamentos	4 a 10 parcelas sem juros	Maior de 18 anos; Ter um pequeno negócio a mais de 6 meses; Já ter participado da modalidade simples; Estar organizado num grupo solidário de 03 a 10 pessoas; Aval solidário; Participar das Cirandas.

	Produtivo Solidário Sociedade	R\$7.000,00 para o grupo	Capital de Giro de Máquinas e Equipamentos	4 a 10 parcelas juros de 1% a. m.	<p>Maior de 18 anos; Ter um pequeno negócio; Estar organizado num grupo societário de 02 a 05 sócios; Participar das cirandas; Nessa modalidade os sócios tomam o crédito para a mesma empresa. O empréstimo é concedido individualmente no CPF de cada um dos participantes do grupo.</p>
	Produtivo Solidário MEI	Até R\$3.000,00	Capital de Giro de Máquinas e Equipamentos	4 a 10 parcelas juros de 1% a. m.	<p>Estar no MEI, mínimo de 06 meses ativo; Não ter restrição cadastral (SPC); Apresentar fiador sem restrição.</p>
MUMBUC RED CRÉDITO PRODUTI VO	Produtivo Solidário Rede Credenciada	Até R\$ 10.000,00	Capital de Giro de Máquinas e Equipamentos	4 a 10 parcelas juros de 1% a. m.	<p>Estar credenciado na rede Mumbuca E-dinheiro mínimo de 06 meses ativos (Com vendas/serviços); Desconto em débito automático; Sem restrição no SPC; O valor emprestado não pode ultrapassar 50% da média faturada na plataforma nos últimos 04 meses.</p>
	Produtivo Solidário Agrícola	<p>1º Crédito R\$1.000,00 2º Crédito R\$1.500,00 3º Crédito R\$2.000,00</p>	Insumos e Maquinários	4 a 10 parcelas sem juros. Carência de até 03 meses.	<p>Maior de 18 anos; Ter ou desejar iniciar um pequeno negócio agrícola; Estar organizado num grupo solidário de 03 a 10 pessoas; Aval solidário; Participar das Cirandas.</p>

CASA MELHOR CRÉDITO PARA REFORMA DE MORADIA	Casa Melhor Residência	1º Crédito R\$600,00 2º Crédito R\$1.000,00 3º Crédito R\$1500,00	Materiais de Construção	4 a 10 parcelas sem juros	Morar em casa própria, alugada ou cedida; Fazer um orçamento nas lojas credenciadas; Estar organizado em um grupo solidário de 03 a 10 pessoas; Aval solidário; Participar das cirandas.
	Casa Melhor Família	R\$3.000,00 (para o grupo)	Materiais de Construção	4 a 10 parcelas sem juros	Morar em casa própria, alugada ou cedida; Fazer um orçamento nas lojas credenciadas; Aval solidário; Participar das cirandas; Nessa modalidade, um grupo de pessoas (parente ou vizinhos), se reúne para reformar uma única casa. O empréstimo é concedido individualmente no CPF de cada um dos participantes.
	Casa Melhor Mobília	1º Crédito R\$600,00 2º Crédito R\$800,00 3º Crédito R\$1000,00	Móveis e Eletrodomésticos	4 a 10 parcelas sem juros	Morar em casa própria, alugada ou cedida; Fazer um orçamento nas lojas credenciadas; Estar organizado em um grupo solidário de 03 a 10 pessoas; Aval solidário; Participar das cirandas.

Fonte: Elaborado pela autora com base no folder de divulgação distribuído pelo Banco Mumbuca.

Com os dados relatados até aqui, já podemos tecer uma discussão a respeito da política de transferência de renda em Maricá que, ao ser vinculada a uma moeda social para que esse capital não saísse do município, deixa de ser “apenas” uma política social para acabar com a miséria, para se tornar uma estratégia de desenvolvimento econômico local.

Para compreender a política acima descrita, como uma estratégia de desenvolvimento local, recorreremos ao artigo de Mello e Silveira (2007) que nos apresenta o conceito de desenvolvimento local como uma mudança de lógica de

construção de vínculos sociais (políticos e produtivos) e não essencialmente como uma questão de escala, na ótica do localismo, como um desenvolvimento isolado.

A concepção principal de desenvolvimento local está baseada no entendimento de que as dinâmicas geradoras de desigualdade e exclusão não podem ser desconstruídas por agentes exógenos às populações locais e com relações verticais. As estratégias deste modelo de desenvolvimento buscam fortalecer o protagonismo das bases da sociedade na gestão pública e inverter os padrões de desenvolvimento, para promover a superação das desigualdades sociais (SILVEIRA, 2006).

No entanto, ao mesmo tempo em que Maricá busca o desenvolvimento local através da moeda social e o fortalecimento do banco comunitário, busca, também, alternativas através do capital privado, com a aprovação de dois projetos polêmicos ambientalmente, o Porto de Jaconé e o resort Maraey na Restinga de Zacarias, que integra a Área de Proteção Ambiental (APA) de Maricá (RJ).

A estratégia de desenvolvimento tem esses dois eixos: grandes projetos de grandes corporações para aumento de arrecadação e atração de empresas e empregos por um lado, e incentivo ao comércio local via moeda social, por outro.

Tem principalmente dois grandes investimentos estrangeiros que estão em Maricá, que também vai ajudar a emancipar a cidade dos royalties, gerar impostos e serviços, que é o porto de Jaconé, que tem o diferencial de ter um calado, uma profundidade que é única no mundo, são poucos os lugares que possuem uma profundidade, um mar tão profundo quanto o mar de Maricá, que permite que navios grandes, que não conseguem atracar em qualquer porto venha para marica, e o resort na restinga, que é um projeto que vai incentivar o eco turismo na cidade. (ZEIDAN, 2018)

Desta forma, verificamos dois vieses de desenvolvimento, visto que um dos pilares da economia solidária é o desenvolvimento sustentável. O projeto deste resort é marcado por um verdadeiro imbróglio. A mobilização de ambientalistas e da comunidade pesqueira tradicional de Zacarias contra a instalação do empreendimento ocorre desde os primeiros rumores sobre o projeto. Eles sustentam que o complexo coloca em risco espécies endêmicas, aves migratórias, dunas raras, sítios históricos e arqueológicos, além do sustento de cerca de 200 famílias que vivem da pesca.

Uma ação civil pública corre desde 2009. Em 2015, o Instituto Estadual do Ambiente (Inea), vinculado ao governo fluminense, aprovou o licenciamento prévio, embora o Ministério Público do Rio de Janeiro - MPRJ avaliasse que o empreendimento não era compatível com o ecossistema local. Desde então,

instaurou-se uma guerra judicial em torno do projeto. Decisões contraditórias já anularam e validaram o licenciamento em diferentes ocasiões. Em novembro de 2021 os licenciamentos na restinga foram novamente suspensos por decisão do STJ (AGÊNCIA BRASIL, 2021).

O projeto do Terminal Portuário de Granéis Líquido e Estaleiro Ponta Negra, conhecido como Terminal Ponta Negra (TPN), assim como o Porto de Jaconé, também conta com várias ações do Ministério Público para o impedimento do início das obras de instalação, devido a região ser composta por Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade dos Costões Rochosos (Ponta Negra), das Restingas de Maricá, possuir Unidades de Conservação locais como a APASSERMAR e a REVISSERMAR, áreas de preservação permanente, áreas úmidas, habitat de espécies em extinção e endêmicas e, ainda, sobre o polígono protetivo dos “Beachrocks de Jaconé²⁸” (ERREJOTA NOTÍCIAS, 2021)

No entanto, o projeto encontra-se liberado e é comemorado pela gestão Municipal e Estadual. Está previsto um investimento da ordem de 13 bilhões para a construção do mesmo, através de capital privado pela empresa DTA Engenharia, cujo projeto pretende construir quatro grandes estruturas, formando um parque industrial: um terminal voltado a granéis líquidos; outro para gás natural; um terceiro para contêineres; e um estaleiro para reparos. Além disso, a área dará passagem ao gasoduto Rota 3, que conecta o polo de Pré-Sal da Bacia de Santos ao Gaslub (área onde seria implantado o COMPERJ no município vizinho, Itaboraí).

A justificativa dada pelo poder público, que comemora a implantação desses dois mega empreendimentos, está na geração de emprego e renda, e especificamente em relação ao Porto, tem-se a expectativa de trazer um grande crescimento econômico para o estado, transformando Maricá em um dos principais polos industriais do país. Contudo, empreendimentos como o do porto, não garantem necessariamente empregos para a população local e sim, atraem mão de obra mais qualificada de fora do município e ainda, trabalhadores de baixa qualificação atraídos pela possibilidade de emprego, como foi o caso do município de Macaé.

²⁸ Termo Inglês para denominar rochas de praia. Essas em especial, fazem parte da rota de Charles Darwin pelo mundo. Darwin teria passado pelo Brasil na década de 1830 e feito uma descrição dessas rochas que são formadas por sedimentos depositados em uma praia antiga e que se transformaram em uma pedra pela precipitação de carbonato de cálcio entre os grãos. Elas ficam submersas e eventualmente afloram durante ressacas do mar e maré baixa. As conchas de moluscos das *beachrocks* de Jaconé foram datadas em torno de 8 mil anos e o cimento em 6 mil anos, sendo portanto, uma das mais antigas do Estado do Rio de Janeiro. (BBC Brasil, 2019).

2.1 Ponderações Sobre os Impactos dos Programas do Banco Mumbuca

Essa dupla estratégia (Ecosol e capital privado) adotada por Maricá para seu desenvolvimento local ainda não gerou grandes impactos na oferta de trabalho para os setores populares. O Programa de Transferência de Renda cumpre um papel central para a garantia das condições mínimas de sobrevivência das famílias, frente ao quadro de desemprego e trabalho precário. A fala da Sra V.²⁹, inscrita no Programa, sintetiza os desafios ainda presentes: *“Eu utilizo o meu auxílio para ajudar minha filha que está desempregada e já tentou várias vezes se inscrever para receber a bolsa e não consegue. Faço compras na farmácia, compro fraldas.”* Perguntada, ainda, sobre o que está faltando na cidade, ela disse: *“indústrias para dar emprego, não tem muito campo, só mercado, comércio...como a cidade cresceu em população, tem muita gente desempregada”*.

As Sras E. e M., entrevistadas no banco Mumbuca enquanto davam entrada no crédito solidário, relataram também utilizar o recurso do RBC para alimentação e farmácia. Ambas são agentes de saúde em Maricá e possuem direito ao benefício.

Retornando a análise sobre o banco, ele caminha alinhado com o que Silveira (2006) nos explica através das práticas de crédito solidário, que propiciam o desenvolvimento tanto de profissionais autônomos quanto em associações. A presidente do banco Mumbuca relatou que costumam fazer constantes rodas de conversas, denominadas “Café com Prosa”, para entender as necessidades dos usuários do banco, explicar os produtos do banco, sendo uma forma de envolver a comunidade na gestão coletiva do mesmo.

Essas rodas de conversa podem ser entendidas como espaços de formação sobre finanças solidárias e, assim, espaços de politização da população. Para Joaquim, *“as políticas são maravilhosas e o grande desafio de Maricá é criar uma base popular, é criar movimentos sociais; é comum as prefeituras que têm muita política pública, ela é tão forte nas políticas públicas que a base social se desmobiliza, então agora tem que ser o povo”*.

Sabemos que esse processo de politização a partir de políticas de estímulo a formas associativas de trabalho, exige um tempo longo. No caso de Maricá, a combinação das políticas de transferência de renda, crédito solidário e a moeda social

²⁹ A Sra V., entrevistada em 2019, é aposentada e manicure.

ainda não alcançou a mobilização popular esperada por Joaquim. Alguns exemplos da efetivação dessa combinação mostram os enormes desafios para se atingir uma economia popular solidária.

Um primeiro exemplo pode ser dado através da fala da Sra E³⁰, que já pegou o crédito produtivo duas vezes para obra de melhorias do imóvel: troca de piso, conserto do teto e textura na parede. Seu grupo de empréstimos é formado por três pessoas, ela, seu filho que vende produtos para salão (shampoo, condicionador, hidratação etc.) e uma amiga manicure que é sua vizinha e amiga há muitos anos. *“Tinha outra querendo entrar, mas não deixei. Eu sou a líder, se os outros não pagarem, eu tenho que pagar”*. A Sra E. nos relatou casos de “calotes” dado por funcionários o que a teria deixado com medo de formar grupo de aval solidário com outras pessoas. A realidade vivida pela Sra E. explicita, ainda, a fragilidade da Ecosol em Maricá em termos de cooperação e solidariedade.

Neste mesmo dia, tivemos a oportunidade de entrevistar três integrantes de um outro grupo composto por cinco integrantes que estavam solicitando o crédito produtivo solidário. O grupo Marujo é formado majoritariamente por agentes de saúde que para aumentar a renda dividem seu tempo em outras atividades distintas. O grupo possui solidariedade apenas para pegar o empréstimo, visto que a destinação do recurso a ser pego por cada um é totalmente distinta. A Sra E. é vendedora e desejava o crédito para comprar material à vista direto do fornecedor e assim obter um melhor preço de revenda; A Sra M desejava comprar material de manicure e fazer curso e o Sr. M, que possuía uma lanchonete na varanda de casa, desejava o crédito para comprar um freezer.

Tivemos outro exemplo de associação para o crédito solidário, por pessoas que já possuem relações estreitas. Um grupo formado por quatro pessoas da mesma família e uma vizinha estavam também no Banco Comunitário em busca do crédito solidário Casa Melhor, cada um possuindo interesse em reformar uma parte de suas casas.

Por todo o exposto, o banco Mumbuca precisa ser muito bem compreendido, pois possui especificidades que não são encontradas em nenhum outro banco do país. Quando começamos a estudar o banco e a adesão à moeda social pelos comerciantes em 2018, com um número bem menor de estabelecimentos recebendo

³⁰ A Sra E., entrevistada em 2019 é cabelereira e dona de salão no centro de Maricá.

a moeda, já nos perguntávamos sobre o que fazia naquela época os 1484 estabelecimentos aderirem ao cartão Mumbuca.

Na ocasião, procuramos encontrar respostas analisando as taxas de administração cobradas pelas grandes administradoras dos cartões, onde verificava-se que o cartão Mumbuca estava dentro do que era cobrado pelo mercado na função débito, apresentando somente a vantagem de não precisar de máquina, de ser cobrado pelo aplicativo E-dinheiro através de qualquer *smartphone*.

Quadro 7 — Taxas de administração de cartões

MÁQUINA/SISTEMA	DÉBITO	CRÉDITO ROTATIVO	VALOR DA MÁQUINA
MUMBUCA	2%	X	X
CIELO	1,99% após um	4,99%	A partir de R\$ 238,80
MINIZINHA (PAG SEGURO UOL)	1,99%	3,19%	A partir de R\$ 58,80
STONE	1,99%	3,49%	A partir de R\$ 39,96

Fonte: <https://www.cielo.com.br/>; <https://pagseguro.uol.com.br> ; <https://www.stone.com.br/> Acessado em 26/04/2019.

Mas então, o que estaria fazendo com que esses comerciantes aderissem ao cartão? Um ponto importante de se relatar é que pelo banco ser autônomo e popular, ele pode permitir que comerciantes não legalizados recebam a moeda social. Mas até aí, sabemos que pessoas físicas também podem aderir aos sistemas de recebimentos por cartões citados acima. Mas o que talvez possa ser um diferencial relacionado a isso é que profissionais autônomos ou comerciantes humildes de pouco estudo, possam não ter tanta habilidade e/ou confiança de contratar esses serviços por telefone ou internet, mas já pessoalmente, no banco, sim.

Atualmente, podemos dizer sem ressalvas, que os 12.390 estabelecimentos cadastrados até Setembro de 2021 com certeza possuem o objetivo principal de conquistarem uma parte desses 680 milhões de benefícios pagos pela prefeitura nos últimos quatro anos.

No início dos nossos estudos, em 2018, falava-se da existência de comércios que davam descontos a quem pagasse em Mumbucas, mas não conseguimos comprovar esta informação. Inclusive no site do banco, o espaço reservado para expor a listagem de comércios que praticam descontos para pagamentos em Mumbuca se encontra vazio. Já houve uma discussão dentro da prefeitura sobre como fornecer

incentivos fiscais aos estabelecimentos que aderirem a moeda, mas foi algo que ficou mais no campo das ideias, por se tratar de um tema mais complexo, que mexe diretamente com o orçamento do município.

Hoje, esse trabalho de incentivo ao uso e aceitação da moeda está sendo feito pelo próprio banco, no intuito de estimular o uso pelas pessoas que não recebem os benefícios sociais. No final do ano de 2021 foram distribuídos 20 mil reais em prêmios através da Campanha “Mumbuca da Sorte”.³¹ No entanto, o incentivo ao uso da moeda Mumbuca se dá centralmente por meio da política de transferência de renda, que utiliza essa moeda.

A Renda Básica Cidadania em Mumbuca garante uma demanda local significativa para o comércio de produtos e serviços de primeiras necessidades e com o advento da pandemia mundial, onde o número de benefícios pagos pelo governo em moeda Mumbuca subiu para quatro, o volume de dinheiro circulando foi ainda maior, conforme mencionado anteriormente.

Dos 680 milhões pagos em benefícios nos últimos anos, 505 milhões foram convertidos em compras nos comércios de Maricá, cerca de 75% do valor total. Isso explica a grande taxa de crescimento de adesão da moeda pelo comércio local: muito dinheiro circulando na cidade dentro da plataforma E-dinheiro através da moeda social. Alguns depoimentos de comerciantes locais comprovam isso. (Instituto E-dinheiro Maricá. Balanço 2018 a 2021).

O atendente de uma casa de produtos para lanche declarou que aceitam o cartão Mumbuca pelo número de pessoas que recebem esse benefício e procuram o comércio, dizendo ainda que as vendas melhoraram bastante desde que passaram a aceitar o cartão e que estavam muito satisfeitos.

Os balconistas das drogarias A e B nos relataram que a farmácia aderiu ao cartão para poder ter acesso a esse público que recebe a bolsa.

O gerente da loja de doces C relatou que aceitam o cartão, pois é vantajoso, tem bastante público e citou que existem supermercados aceitando agora também, pelo mesmo motivo. Ele ainda falou emocionado dos clientes do Cartão Mumbuca: *“As pessoas ficam esperando indóceis pelo dia do depósito, vindo às vezes até antes*

³¹ A campanha “Mumbuca da Sorte” é uma ação promocional realizada pelo Banco Mumbuca, com objetivo de estimular a compra com a Moeda Mumbuca nos estabelecimentos participantes e premiar os consumidores com produtos e vales-compras.

do valor ser disponibilizado, escolhem os itens mais baratos e necessários, como biscoitos e guaraná's".

Diante desta pequena exploração em campo percebemos o quão vantajoso é para o comerciante aceitar a Moeda Social Mumbuca.

3 OS PROGRAMAS EM CONJUNTO COM OUTRAS SECRETARIAS

Como já visto, a política de economia solidária maricaense não se dá apenas através das ações realizadas pela secretaria de Ecosol municipal. Ela ocorre também por meio de programas em parcerias com outras secretarias como a de educação, de agricultura e de cultura, que descreveremos a seguir.

A Prefeitura de Maricá possui 26 secretarias, 4 autarquias, 4 órgãos de assessoramento e controle e 2 empresas mistas, destas, sete secretarias (Participação Popular, Direitos Humanos e Mulher; Educação; Transportes; Habitação; Cultura; Agricultura; Desenvolvimento Econômico, Comércio, Petróleo e Portos) possuem algum tipo de alinhamento para implantação de políticas conjuntas com a Secretaria de Economia Solidária, vale destacar a Secretaria de Participação Popular, Direitos Humanos e Mulher (secretaria onde se originou a de Economia Solidária), que possui um envolvimento maior com a SES, desenvolvendo uma série de ações de trabalho conjunto.

Foi formulado um programa conjunto de governo, para realizar comitês de bairros, onde “agentes sociais” estão visitando os bairros e fazendo uma triagem (levantamento das condições de vida) da população. A Secretaria de Economia Solidária está pensando mais na questão econômica, de talvez achar “talentos”³² e organizá-los em feiras, cooperativas e a Secretaria de Participação Popular, Direitos Humanos e Mulher, na política de cultura de direitos³³.

Ademais, a Secretaria de Participação Popular, Direitos Humanos e Mulher é uma grande incentivadora da moeda social e uma das primeiras a realizar o pagamento de seus funcionários em Mumbucas.

Independente de maior ou menor alinhamento, uma série de políticas estão sendo implantadas através de uma intersetorialidade, no qual a secretaria de Economia Solidária vem formulando projetos cuja implantação depende da interação com outras secretarias.

³² Termo utilizado por um gestor da Secretaria de Economia Solidária.

³³ O Programa cultura de direitos é uma parceria entre a Secretaria de Participação Popular, Direitos Humanos e Mulher da Prefeitura de Maricá-RJ e a Casa da Cultura da Baixada Fluminense, com o objetivo de realizar atividades de cunho social, técnico e administrativo para fins de promoção, inserção, integração e socialização no Município de Maricá. Ele possibilita desenvolver um programa de capacitação técnica com ações sociais e culturais, através de oficinas de Audiovisual Vídeo-arte, Música, Capoeira e Mídias Sociais, integrando as ações da secretaria com a comunidade. Permite ainda o trabalho de acompanhamento social, da garantia dos direitos básicos e da ampliação da relação direta entre poder público e população através dos agentes sociais do CDB.

É o caso da parceria com a Secretaria de Educação para implantação do Mumbuca Futuro; com a Secretaria de Habitação para pagamento do aluguel social via Banco Comunitário; com a Secretaria de Cultura para incentivo de atividades culturais (shows, oficina de desenho, modelagem, dança e narração de histórias) nas feiras de Economia Solidária; com a Agricultura e Pesca para a implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar, tendo como uma de suas estratégias, a inauguração em Agosto de 2021 do primeiro restaurante popular municipal, localizado em Inoã; com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Portos (que está realizando um Programa de Qualificação Profissional). Inclusive, a Lei da Economia Solidária foi concebida, em conjunto com outras secretarias, por meio de grupos de trabalho.

3.1 O programa Mumbuca futuro

O Programa Mumbuca Futuro foi criado em 2018 através de uma parceria entre a Secretaria de Economia Solidária e a de Educação com o objetivo de oportunizar a inserção dos jovens no mundo do trabalho, através do estímulo aos estudos e ao empreendedorismo com ênfase no cooperativismo e/ou associativismo dentro dos princípios da economia solidária e Agroecologia, contribuindo para a consolidação da Ecosol em Maricá.

Este projeto prevê o pagamento de uma bolsa de 50 Mumbucas por mês e uma bolsa anual de R\$ 1.200 (um mil e duzentos reais), condicionado a 75% de frequência nas aulas do programa e nas aulas regulares. O primeiro valor funciona como uma mesada e pode ser gasto pelo estudante livremente, já o segundo é depositado em uma conta no banco Mumbuca e só poderá ser resgatado pelo estudante no final do ensino médio, para que possa ser destinado ao investimento na continuidade dos estudos ou na abertura de um negócio. A bolsa anual é paga em reais, para permitir que o aluno possa adquirir produtos e serviços fora da cidade.

Em 2018, quando o projeto foi iniciado na fase piloto, atendeu turmas de aceleração e do 6º ano de 13 escolas. Em 2019, ainda em fase de implantação, o projeto atendeu somente as turmas do 9º ano de toda rede municipal, trabalhando os temas de consumo consciente, finanças solidárias, comércio justo e empreendimentos. Tomou-se a decisão de fazer desta forma, para que essas turmas

não fossem para o ensino médio sem terem tido uma base sobre todos esses conceitos³⁴. No entanto, o objetivo do programa é que esses temas sejam abordados separadamente de forma mais aplicada e completa em cada série do 6º ao 9º ano e que se consiga uma parceria com as escolas Estaduais para atuar no Ensino Médio.

Em dezembro de 2019, visitamos a Escola Municipalizada de Inoã e o Centro de Atenção Integral à Criança CAIC Elomir Silva, a fim de entendermos a percepção dos diferentes agentes públicos (diretores e professores) sobre o Programa.

Uma das diretoras entrevistadas (Diretora R.) nos apresentou uma visão potente do Programa, capaz de desenvolver nos alunos a perspectiva de trabalho em equipe, do pensar a vida em sociedade e um horizonte de futuro profissional, refletindo na socialização dos mesmos dentro e fora da escola. Nas palavras da diretora: “*Eu acho que esse projeto é um projeto de sociedade, não é só um projeto específico para dar conta de uma demanda pontual do município, é um projeto que diz respeito a busca por uma sociedade igualitária de certa forma, e com um perfil diferenciado*”.

No entanto, ainda nessa fase inicial de implantação do projeto, observamos algumas ambiguidades entre as falas de alguns gestores públicos diretamente envolvidos no Mumbuca Futuro. A seguir, apresentamos as falas de duas diretoras de escola: enquanto uma (Diretora R.) apostava no trabalho coletivo, outra (Diretora G.) privilegiava o autoempreendedorismo.

Eu acho que foi um projeto extremamente importante para todo o município, não só para os alunos, mas é uma contribuição, que o nosso prefeito está deixando um legado, para que as futuras gerações tenham possibilidade de ter um futuro diferente do que a cidade, sempre foi vítima, nós sempre fomos considerados uma cidade dormitório, todos tinham que arrumar emprego fora de Maricá, inclusive meus filhos estão nessa situação, tiveram que sair de Maricá, para conseguir um emprego e agora não, nós estamos vendo isso como uma possibilidade de empreendedorismo. Eles vão poder abrir seu próprio negócio, estão aprendendo isso, então isso é fantástico. Isso aí é uma questão de visão mesmo, é uma questão de futuro. (Diretora G, 2019).

Já a diretora R. responde:

[...] Então eles tiveram dinâmicas do tipo: Conhecer o bairro, quais são as demandas desse bairro? De que forma a economia desse bairro está colocada, a partir dos comércios e todas as atividades foram nesse sentido, de saber o que está acontecendo nesse território, reconhecer território, e de que forma a gente planeja ações coletivas para dar conta tanto de uma

³⁴Devido à Pandemia Mundial no ano de 2020, as aulas presenciais foram suspensas logo no início do ano letivo e desta forma, não foi possível alcançar o objetivo do programa para 2020 que era conseguir abranger todo o território municipal.

necessidade que é particular, que é a questão do trabalho, eu não gosto da palavra empreender, mas de se apontar em termos de trabalho, quanto para o bem estar desse grupo aqui, desse território, desse coletivo. [...] a gente teve que se adaptar a uma realidade de construir esses grupos e conseguir trabalhar com eles no contraturno. E no convencimento, por que não é obrigatório. Não tem obrigação de estar aqui. Você precisa estar aqui, porque tem uma relação. E nós começamos, sem nenhuma bolsa. Inicialmente era o trabalho, pelo trabalho. Então isso também fez muito sentido. É importante que a juventude queira fazer as coisas, pelo trabalho coletivo, porquê é legal estar aqui, porquê é bom socializar, antes de qualquer coisa. [...] Eu não posso dizer pra você que a gente já tenha respostas, mas já tem uma percepção deles em relação a esse trabalho coletivo. Toda dinâmica do trabalho, era do trabalho coletivo, e o tempo todo discutindo sobre o que ia ser feito no dia, e o porquê daquilo, e o vínculo disso com a economia solidária, entendeu?". (DIRETORA R., 2019)

O próprio secretário de economia solidária, em 2018, expunha essa ambiguidade ao falar sobre os temas a serem abordados no Mumbuca Futuro:

Vai ser formação em empreendedorismo, agroecologia, artesanato, ajudar o aluno a se desenvolver como cidadão e a pensar com uma mente empreendedora, para ele não ficar dependente, quando sair do ensino médio, a arranjar um subemprego ou um emprego que ele tenha que sobreviver a partir de uma renda baixa. Para que ele possa empreender e tomar as rédeas do próprio futuro, da própria vida. (ZEIDAN, Diego, 2018)

Por mais que entendamos que ao defender o empreendedorismo, esses gestores públicos estejam lutando pela ampliação das alternativas de geração de renda para os jovens, este conceito não deve ser confundido como sendo parte da economia solidária, visto que a ideia de empreendedorismo está ligada ao projeto político-econômico neoliberal e a de economia solidária, a outra forma de fazer economia, com base no associativismo, no coletivo.

Em relação à abordagem desse tema nas aulas, a diretora R. pontua que é o tema do momento, mas que foi trabalhado em uma perspectiva bem mais solidária do que a usual.

Às vezes a gente trabalha com um conceito que não deveria ser bem aquilo[...] a gente sabe que em termos de referencial teórico não pertence, mas que de alguma forma, ele ta impregnado na realidade, em uma sociedade que é capitalista[...] como os conceitos estão muito impregnados aqui, pra eles, da uma ideia do que seria eu pensar no meu trabalho, o que seria um incentivo a esse trabalho (Diretora R., 2019)

Não adianta negar para essa juventude esse universo mercadológico. A gente ta colocado nisso, tanto por conta dos avanços tecnológicos mesmo que a gente acaba desejando cada vez mais estar nesse fluxo, quanto pela própria dinâmica simples do nosso dia-a-dia. (Diretora R., 2019)

A gente precisa entender em que lógica estou colocado (que eu acho que é a grande sacada do projeto) e o que eu quero a partir da aí. Eu vou me manter nessa lógica do cada um por si e Deus por todos ou eu vou pensar em alguma coisa que a gente possa atuar coletivamente e de certa forma seja bom, não só para o coletivo que eu vou atuar, como para o coletivo da sociedade. Só que isso leva tempo. (Diretora R., 2019)

Ainda é muito cedo para se ter respostas sobre o programa, visto que só temos dois anos do início da sua implementação (2018-2019) e nestes dois anos, o programa não foi desenvolvido durante todo o período letivo. Em 2020 quando o Programa estava se estruturando para avançar, ficou suspenso por conta da pandemia do Covid-19, com suas atividades voltadas apenas para a formação interna da equipe.

Além dos gestores, entrevistamos também alguns alunos do 9º ano em duas escolas municipais (Escola Municipalizadas de Inoã e CAIC Elomir Silva), com alunos da faixa etária de 14-16 anos, a fim de entender um pouco sobre a importância do projeto na formação dos mesmos.

Nas duas escolas foi predominante a satisfação dos alunos com o trabalho de campo para entrevistar moradores locais. Os alunos ouvidos das duas escolas, relataram que o foco de suas entrevistas estava em extrair dos comerciantes suas experiências com a atividade, a fim de obterem dicas para abertura de um negócio e também ouvir da população local, sobre as demandas do território de Inoã (saneamento básico, água entre outros) e conhecer o perfil dessa população, com o que trabalham e como descartam seus resíduos.

“A gente perguntou aos comerciantes dicas pra gente se fossemos abrir um comércio... Foi interessante a gente fazer uma coisa desse tipo, para abrir a nossa mente também sobre o que a gente quer realmente fazer, as nossas opções”. (Aluno da Escola Municipalizada de Inoã, 2019).

Sobre as demandas do bairro: *“A maioria tipo, fez cara de estressado, mas falou que faltava saneamento básico”. (Aluno do CAIC, 2019)*

Através das entrevistas realizadas nas duas escolas, embora nem todos os entrevistados tenham sido receptivos aos alunos, pode-se perceber que o projeto tem grande potencial para apresentar aos mesmos outra possibilidade de desenvolvimento. Foi nítida a percepção através das falas dos alunos, de que o trabalho de ir as ruas, conversar com a sociedade e refletir sobre as demandas do território ao qual estão inseridos trouxe satisfação e conhecimento para eles. Foi

plantada uma sementinha para o trabalho coletivo, para se pensar a vida em sociedade.

Foi maneiro, porque a gente começou a conhecer as pessoas... a gente perguntou quase tudo que ela faz durante o dia, com que trabalhava, como jogava o lixo fora, se reciclava [...] Aprendemos a lidar com as pessoas, a enxergar o que passa lá fora, eles meio que montaram a gente um pouco, meio que preparam. [...] Aprendemos a olhar para o próximo, eles ensinaram pra gente, que agente depende um do outro para conseguir viver e tal e se um parasse já modificaria nosso dia inteiro. (Aluno da Escola Municipalizada de Inoã, 2019).

Também observamos que as dinâmicas de grupo, com foco na resolução de um desafio de forma coletiva, também agradaram bastante. “*Os trabalhos abriram nossa mente com determinados assuntos, aprendemos a trabalhar em equipe*”. (Aluno da Escola Municipalizada de Inoã).

Sobre o que fariam após a conclusão do Ensino Médio, os alunos ainda não sabiam muito que fazer, achavam difícil conseguir passar na faculdade. Tivemos uma resposta que abarcava devolver para a sociedade um pouco do investimento público, porém longe dos princípios da Ecosol: “*Eu quero fazer medicina e depois eu quero abrir uma clínica e escolher um dia da semana para ter atendimento ao público*”. (Aluna da Escola Municipalizada de Inoã).

A partir do exposto, entendemos que a educação básica é o melhor instrumento para se mudar a forma de nos relacionarmos com o outro, com o meio ambiente e com o mundo de uma forma geral. Pois como dizia Paulo Freire, “A educação não transforma o mundo. A Educação muda Pessoas. Pessoas Transformam o mundo”, sendo assim, se pensarmos que quando o Programa for totalmente implantado, ele estará presente na formação dos alunos durante quatro anos e caso a prefeitura consiga a parceria com as escolas estaduais, mais três anos de atuação, até que cada cidadão atinja praticamente a maioridade civil. Idade esta, em que se costuma pensar, qual caminho profissional e de vida a seguir. Conseguimos mensurar o grande potencial deste programa, visto que os princípios que se deseja apresentar aos cidadãos estarão acompanhando, esses alunos durante a maior fase de formação dos mesmos.

Sendo assim, acreditamos que de todos os projetos do município, no âmbito da Economia Solidária, abordados neste trabalho, o que possui um maior potencial para uma mudança real de modelo de sociedade é o Programa Mumbuca Futuro, pois não

se trata de um programa pensando em um resultado em curto prazo, a atender uma necessidade básica imediata, como são os programas de transferência de renda e sim, em uma mudança cultural.

Ele possui dois vieses, onde o principal está voltado para a formação do indivíduo e o segundo para a forma com que esse indivíduo vai colocar esses ensinamentos em prática, através da escolha da forma de utilização dos recursos poupados através da participação do programa e que são disponibilizados na conclusão do ensino médio para investir em um empreendimento solidário ou na continuidade da sua educação.

3.2 As políticas de agroecologia e segurança alimentar: A unidade agroecológica manu manuela, as hortas comunitárias e as praças agroecológicas

O município de Maricá também vem se destacando através de iniciativas ligadas a Agroecologia, das quais apontamos neste trabalho: o Programa Hortas Comunitárias, a criação da Unidade Agroecológica, e a Praça Agroecológica.

Todas essas ações agem em consonância com a LEI Nº 2.804, DE 03 DE JULHO DE 2018 que estabelece os componentes municipais do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional — SISAN criado pela lei federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.

No trecho abaixo é estabelecido em lei, a reserva de áreas públicas voltadas para agricultura familiar, conforme ocorre no Programa Hortas Comunitárias:

IV – compete à municipalidade mediante reserva de áreas públicas existentes ou através de desapropriação, garantir um estoque de terras públicas para serem ofertadas em regime de comodato, ou seção de direito de usufruto familiar, para que famílias das classes populares possam exercer a agroecologia, produzindo alimentos saudáveis para a população; (MARICÁ, 2018)

O programa Hortas Comunitárias foi criado com “*o propósito de proteger áreas públicas, através do desenvolvimento de atividades econômicas de base comunitária, promover a qualidade de vida e gerar renda às famílias envolvidas*”. (CODEMAR,2019).

No Edital da CODEMAR 01/2019³⁵ de Chamamento Público para credenciamento no programa, são enumerados os objetivos do programa:

1. Promover a saúde da população, através de ações educativas (ambiental, alimentar e comportamental);
2. Trabalhar de forma prazerosa aspectos ambientais e sociais;
3. Criar vínculos afetivos e solidários entre o grupo envolvido e a comunidade;
4. Promover a segurança alimentar do público alvo e da comunidade local;
5. Gerar trabalho e renda através da produção de alimento sadio (sem defensivos agrícolas) e com um baixo custo, uma vez que o custo do transporte do produto foi reduzido do sistema de produção;
6. Tornar os participantes capazes de gerenciar o empreendimento (Horta Comunitária);
7. Proteger áreas públicas, através do desenvolvimento de atividades econômicas de base comunitária;
8. Estimular a vivência comunitária. (CODEMAR,2019,p.10)

Segundo Teodoro (2020):

O projeto piloto do programa de hortas comunitárias teve início durante a gestão do prefeito Washington Luiz Cardoso Siqueira, conhecido como Washington Quaquá, entre 2015 e 2016. Em 2016, há a formalização de convênio com a Cooperativa de Trabalho em Assessoria a Empresas Sociais de Assentamentos da Reforma Agrária (Cooperar), na incumbência de implantar uma Unidade de Produção Agroecológica, com o propósito de capacitar e estimular os moradores locais a cultivar os próprios alimentos, baseado nos princípios da agroecologia. Esse projeto se iniciou 2016, através da Companhia de Desenvolvimento de Maricá S.A (CODEMAR) em parcerias com a Secretaria de Agricultura, Pesca e Pecuária e a Secretaria de Economia Solidária. Além destas, a Associação dos Moradores do Loteamento Manu Manuela foi protagonista neste processo. Segundo a Codemar (2019): “A Horta Comunitária do Manu Manuela é o primeiro resultado de um projeto que viabiliza a destinação da agricultura em terras públicas não utilizadas”. (TEODORO, 2020,p.95)

Como citado acima, essas ações fazem parte de uma parceria entre a Companhia de Desenvolvimento de Maricá (Codemar); a Secretaria de Economia Solidária; a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca e a Cooperativa de Trabalho em Assessoria a Empresas Sociais de Assentamentos da Reforma Agrária (Cooperar). Cada qual, com uma atribuição diferenciada e complementar em relação ao programa, como descrito abaixo:

V. Responsabilidades dos (Re)credenciados

1. Cultivar pessoalmente a sua área delimitada no Termo de Permissão de Uso de Área Pública, de acordo com as técnicas agroecológicas, o plano de

³⁵Cabe ressaltar que esse não foi o primeiro edital de chamamento para o programa. Devido as desistências de pessoas dos primeiros grupos de permissionários, novas vagas foram abrindo para credenciamento.

- produção e a orientação da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca;
2. Comercializar individual ou coletivamente os produtos colhidos, de acordo com a orientação da Secretaria Municipal de Economia Solidária;
 3. Doar 15% (quinze por cento) do produto colhido na sua área, de acordo com a orientação da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca; [...]
 7. Respeitar a área reservada a cada um para o plantio;
 8. Não utilizar defensivos agrícolas.

VI. Responsabilidades da CODEMAR-SA

1. Disponibilizar da área mediante Termo de Permissão de Uso da Área Pública a título precário; [...]
3. Coordenar e articular o Programa Horta Comunitário, em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca e Secretaria Municipal de Economia Solidária[...];

VII. Responsabilidades da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca

1. Realizar a capacitação dos credenciados para o cultivo agroecológico das Hortas;
2. Disponibilizar pessoal para apoio ao desenvolvimento das Hortas;
3. Acompanhar, orientar, supervisionar, fiscalizar com a CODEMAR as atividades da Horta Comunitária; [...]
6. Orientar para compra governamental PAA - Programa Aquisição de Alimentos e PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar.

VIII. Responsabilidades da Secretaria Municipal de Economia Solidária

1. Estimular a participação popular no Programa Horta Comunitária;
2. Auxiliar os participantes da Horta Comunitária na sua organização para a produção; [...]
4. Apoiar os PERMISSIONÁRIOS no desenvolvimento econômico e social da comunidade e da comercialização da produção agroecológica. (CODEMAR, 2019, p.11-12)

O projeto piloto de Hortas Comunitárias Manu Manuela está localizado na Rua 30, próximo Av.do Canal s/n, São José do Imbassaí, Maricá-RJ. O loteamento abrange uma área de 13.000 m² e conta com 33 permissionários que praticam a agricultura familiar urbana.

Esse projeto possui aproximadamente cinco anos, em que a maioria dos permissionários também são moradores do Loteamento Habitacional Manu Manuela. Dentro desse loteamento existe um coletivo de mulheres, intitulado Associação Amigas do Manu, que tratam de toda questão social do loteamento, onde elas se unem para estarem cuidando da parte dos eventos, rodas de conversas, reivindicação de políticas públicas dentro do loteamento (como saúde, educação, iluminação pública, segurança etc) e receptividade para visitantes.

Figura 12— Coletivo de mulheres amigas do manu



Fonte: Fotos cedidas pela presidente da Associação Thayná Real.

Esse grupo é presidido por Thayná Vila Real, esposa de um permissionário das Hortas do Manu. Eles trabalham juntos aos finais de semanas e horas vagas, diretamente nas terras, e os frutos deste trabalho contribuem na composição da renda familiar. Observem nas figuras abaixo que a Thayná prepara quitutes para venda com os produtos colhidos na sua horta. Ela nos relatou que além de vender os produtos in natura, ela prepara antepastos de berinjela, bolo de aipim, escondidinho de aipim, salada de alho poró, conservas de pimenta entre outros, a depender do que é colhido.

Figura 13— Beneficiamento dos produtos colhidos na horta para venda



Fonte: Fotos cedidas por Thayná Real.

Figura 14— Produtos colhidos na horta para venda e consumo próprio



Fonte: Foto Cedida por Thayná Real

Entrevistamos a Thayná no dia 14 de Março de 2021 a fim de conhecermos um pouco sobre o funcionamento das Hortas Comunitárias e a motivação do grupo. A entrevistada nos relatou que sua motivação foi: *“o novo, a gente inovar com a questão da agroecologia, da alimentação saudável. A gente não tinha esse espaço para poder fazer isso e a gente se viu dentro dessas condições, tendo a permissão da terra que são 400m² para cada família”*.

Perguntada sobre as maiores dificuldades encontradas pelos permissionários, ela nos relatou que durante esse tempo de pandemia, as maiores dificuldades foram

a impossibilidade de marcar reuniões presenciais e sair para comprar mudas e adubos, por conta do risco das aglomerações. Assim cada permissionário está se restringindo ao seu espaço e a sua família.

Thayná relatou que alguns permissionários participaram recentemente de um curso on-line sobre agroecologia ministrado pela Cooperar, que continua atuante na administração da Unidade Agroecológica. Foram dados materiais para capacitação, sementes, livros e terra adubada.

A entrevistada nos relatou que atualmente dos 33 permissionários, apenas cerca de 8 a 12 estão atuando assiduamente em suas hortas. Muitos estão desanimados pela falta de condições de manterem o projeto, comprar mudas, sementes, tempo para manuseio, visto que o custeio do projeto é por conta de cada permissionário. A prefeitura dá uma assistência através das secretarias envolvidas no projeto, mas não é 100% custeado, como ocorre no caso da Unidade Agroecológica que apresentaremos a seguir.

Perguntamos a ela também sobre a regra do edital de permissão, que condiciona a distribuição de 15% da produção para a prefeitura distribuir nas instituições públicas, como por exemplo, abrigos, escolas, hospitais. No entanto, os problemas enfrentados pelos permissionários, como as enchentes, não permitiram uma grande produção para honrar o acordo. Algumas pessoas ainda conseguiram uma produção que permitisse a doação de aipim e beterraba, por exemplo, mas a maioria não chegou nesse nível de volume de colheita.

Thayná relatou que fizeram um aterramento no local, a fim de prevenir um pouco as enchentes e agora estão se estabilizando novamente. A terra é um pouco ácida e por isso eles plantam atualmente outras coisas além de hortaliças, que seriam o objetivo principal do projeto. Ela também expôs que a falta de cobertura do sol ainda é um problema para as plantações deles, mas eles têm conseguido vencer esses pontos de falta de estrutura e considera que hoje sua horta está indo bem.

Figura 15— Thayná e seu esposo Roberto permissionário de um lote do Manu Manuela praticando a agricultura familiar urbana



Fonte: Fotos Cedidas por Thayná Real.

A Unidade Agroecológica foi criada através da celebração do convênio nº 12/2016 firmado entre a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca e a cooperativa de Trabalho em Assessoria a Empresas Sociais em Assentamentos de Reforma Agrária (Cooperar) que tinha como objetivo principal a implantação de uma Unidade de Produção Agroecológica, realização de formação, capacitação e intercâmbios de experiências com foco no desenvolvimento da produção de alimentos agroecológicos.

Dentre os seus objetivos destacamos o fornecimento de capacitação para os permissionários das Hortas Comunitárias e sua produção voltada para a distribuição em instituições públicas como escolas, creches, asilos e hospitais.

Na ocasião da entrevista com a Diretora R. da escola Municipalizada de Inoã, ela nos falou sobre a produção da unidade agroecológica:

Você vê como funciona uma coisa coletiva, solidária, coletiva, sustentável, que é a Horta do Manu Manuela. Você tem que ver a produção daquilo. Eu acho que nem eles imaginavam que ia-se produzir tanto. Tem determinadas colheitas, que eles trazem para a gente distribuir para os alunos, de tanta coisa que é produzida, sabe? Sem agrotóxicos, sem especulação financeira, totalmente sustentável. Mas assim, é uma iniciativa, que a gente nem imagina

como é que pode, uma produção enorme e é uma produção pública, do serviço público, para esse público. Ou seja, é possível trabalhar numa perspectiva solidária. É só uma questão de intencionalidade, de mudança de postura, de incentivo, de desejo para que isso aconteça. Você precisa ver a produção. Várias vezes, não só legumes, verduras, numa escala, que você fica assim, caramba, como conseguiu tudo isso? Caiu uma chuvinha o negócio brota e aí é de todo mundo. (Diretora R. 2019).

A produção na Unidade Agroecológica possui cerca de 0,31 hectares e é organizada em três estratégias de produção, sendo elas em Sistema de Mandala³⁶ com nove círculos, canteiro retos e sistema de Aléias onde ficam os alimentos de produção temporária (anuais). Conforme pode ser verificada nas imagens abaixo.

Figura 16— Colheita na unidade agroecológica do Manu Manuela



Fonte: Clarildo Menezes – Site da Prefeitura de Maricá

Desde a sua implantação, tanto a Unidade agroecológica, quanto as Hortas Comunitárias, passaram por cinco grandes alagamentos, com perda de toda a produção em três deles. Com o aterramento das terras do Manu Manuela, espera-se que se resolva a questão das enchentes. Já em relação às propriedades do solo que influenciam no cultivo de diversas hortaliças ainda não possuímos respostas sobre os avanços dessa questão que impacta tanto a Unidade Agroecológica, que dispõe de mais recursos financeiros e equipe técnica qualificada quanto as hortas comunitárias, cujos permissionários estão aprendendo a lidar com a terra através das capacitações

³⁶“Mandala é uma palavra de origem sânscrita que significa círculo e, universalmente, representa a harmonia e a integração. Pegando carona nessa definição, o sistema mandala possui estrutura circular de plantio e visa diversificar a atividade agrícola. Cada seguimento, nove círculos em média, ajuda o outro a sobreviver.” Fonte: Redação Pensamento Verde, 2014.

oferecidas pela Cooperar e buscando alternativas para superar a falta de recursos próprios para investimento.

A Cooperar, ao longo desses anos de convênio com a prefeitura de Maricá, já realizou:

- A produção de alimentos agroecológicos diversificados e saudáveis somando em média 500 caixas/mês durante o outono e 200 caixas/mês durante a primavera-verão de hortaliças.
 - Oito capacitações em agroecologia, sendo uma em sistemas de irrigação e produção de mudas
 - Uma oficina para coleta e amostra do solo;
 - Três cursos (Gestão em empreendimentos, Mercado institucional com foco no PNAE, Produção e armazenamento de sementes);
 - Uma Oficina de semente crioula;
 - Uma Palestra na empresa Tecnipar Ambiental sobre biodigestor;
 - Uma Palestra sobre quintais produtivos,
 - Dois Intercâmbios, sendo um Projeto de Assentamento Sustentável com base nos princípios da agroecologia em Ribeirão Preto/SP e um em Produtores Agroecológicos/Orgânicos da região serrana do estado do Rio de Janeiro, tendo cada intercâmbio contado com a participação de trinta agricultores;
 - Trinta e uma oficinas nas escolas sobre plantio, colheita e a importância de se consumir alimentos sem uso de agrotóxicos, em escolas municipais.
- (Fonte: COOPERAR², 2021)

A última capacitação oferecida foi aberta à sociedade maricaense, onde alguns membros do projeto hortas comunitárias participaram no início de 2021. Tratou-se de um curso on-line de 40 horas, divididos em 5 módulos de 8 horas cada e um intercâmbio de experiências na Unidade Manu Manuela e Fazenda Ibiaci.

O objetivo do curso foi possibilitar o acesso a conhecimentos básicos para produção de alimentos com princípios agroecológicos na perspectiva urbana e rural. Assim como promover a melhoria da qualidade de vida, segurança e soberania alimentar. Foram distribuídos kits com sementes agroecológicas, livros de agroecologia e adubo orgânico.

Diante dessa questão da dificuldade de acesso a sementes que muitos permissionários das hortas comunitárias passam, acreditamos que uma possível solução seria a criação de um banco de sementes comunitário no município. Essa tecnologia social, que já ocorre em alguns lugares do país, visa promover a sustentabilidade da agricultura familiar por meio do fortalecimento do intercâmbio de variedades de sementes crioulas (livres de alterações genéticas e produtos químicos) e de informações sobre o seu cultivo.

Ela representa uma grande estratégia para sobrevivência dos agricultores familiares, frente à dominação das grandes corporações internacionais que dominam o mercado de sementes, praticando altos preços além de alia-las a um grande consumo de defensores químicos. Elas representam um grande instrumento para o caminho em busca da soberania alimentar e da luta camponesa contra o agronegócio, visto que propiciam além da subsistência dos pequenos agricultores o poder de escolher outras alternativas de produção, não se rendendo ao mercado e não arriscando a sua saúde. (SILVA, 2019).

Pensamos que uma alternativa para a implantação de um banco de sementes em Maricá, poderia ser via o banco comunitário já existente, o Banco Mumbuca, visto que o mesmo já possui uma infraestrutura própria, possui recursos próprios que poderiam subsidiar em um primeiro momento a implantação de um banco de sementes e já atua através dos empréstimos solidários, buscando incentivar o trabalho coletivo e valores como cooperação e solidariedade tão importantes também para a prática agroecológica.

Um banco de sementes comunitário é mantido pelos próprios usuários, que após a sua colheita, devolvem ao banco uma parte de suas sementes, para que outro agricultor também possa se beneficiar. É um movimento cíclico, que pode se tornar um bom instrumento de fortalecimento da subsistência de unidades domésticas e do projeto de soberania alimentar municipal.

As praças Agroecológicas que apresentaremos a seguir, também poderiam futuramente atuar como pontos de trocas de sementes crioulas, sendo uma opção inclusive para ser trabalhada de forma autogestionária.

A primeira Praça Agroecológica criada foi no bairro de Araçatiba, denominada Emilton Santos, em homenagem a um jornalista local. Esta é a praça de referência no Município e tem recebido visita de gestores públicos de municípios vizinhos.

A mesma foi inaugurada em agosto de 2020 contendo 36 canteiros, sendo um deles acessível para cadeirantes. Os canteiros contam com hortaliças, plantas medicinais, ornamentais e aromáticas, irrigadas por um sistema de gotejamento.

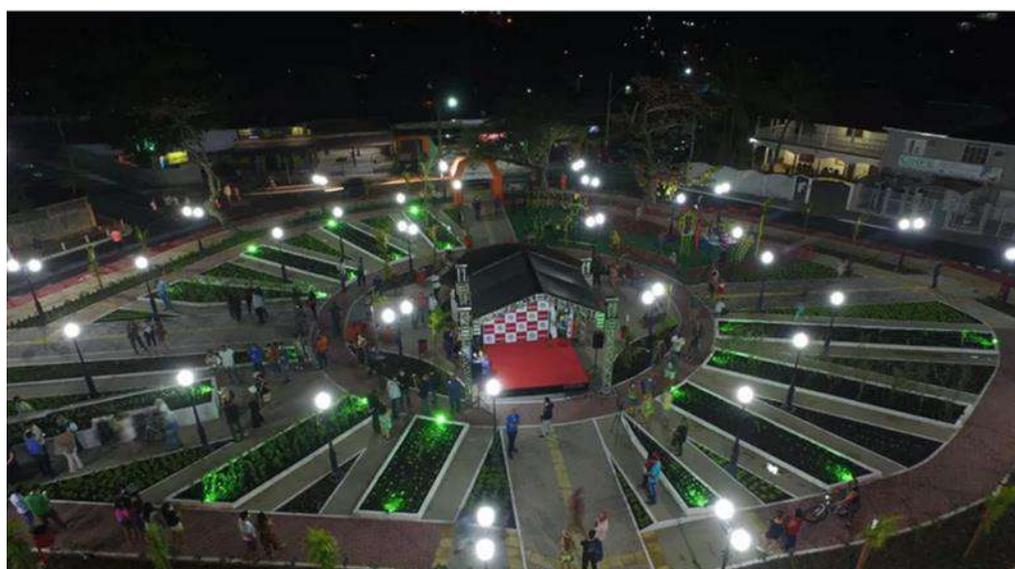
Figura 17— Praça agroecológica em Araçatiba



Fonte: Foto: Vinícius Manhães – Site da Prefeitura de Niterói

A praça conta com uma academia ao ar livre, playground e um quiosque para que técnicos da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca de Maricá distribuam mudas e sementes e forneçam orientações de plantio para todas as idades.

Figura 18— Visão panorâmica da praça agroecológica de Araçatiba



Fonte: Errejota Central de Notícias

No espaço ocorre também o “Sábado Agroecológico”, evento periódico que difunde a agroecologia por meio de palestras oferecidas pelos técnicos. Os temas passam por cuidado das plantas, manejo sem a utilização de agrotóxicos e orientações de controle biológico. Este evento também conta com a realização conjunta da Feira da Agricultura Familiar, que leva aos maricaenses alimentos frescos e livres de agrotóxicos, como ovos, verduras e mel. O último evento realizado (contemplado pela presente pesquisa), foi em 05 de Março de 2022 e contou com 40 expositores.

Figura 19— Feira da agricultura familiar



Feira Livre Solidária em Araçatuba. Foto: Vinícius Manhães

Como as praças não são geridas pelo povo e sim pelo poder público para o povo, não conseguimos identificar um dos principais princípios da Ecosol, que refere-se a autogestão, contudo existe uma coletivização durante o uso do espaço além das perspectivas ligadas a sustentabilidade e a segurança alimentar, visto que qualquer cidadão pode solicitar capacitação sobre o manejo de hortas, para que possam fazer o cultivo em sua residência, contribuindo para a subsistência da família, com acesso alimento de qualidade e sem agrotóxicos.

Nos canteiros da Horta, é possível ter a experiência de lidar com a terra, seja ajudando a plantar ou a colher, como foi o caso dos alunos do Jardim 1 e 2 da Escola Municipal JIM Trenzinho da Esperança, que no dia 29 de Setembro de 2021 ajudaram no plantio de 400 mudas de Hortaliças (Couve e Alface) e aprenderam sobre os

cuidados com a terra e técnicas de adubação na Praça Agroecológica de Guaratiba. Estes alunos em outro momento já haviam realizado a colheita.

Figura 20— Alunos de escola municipal participam do plantio de hortaliças em Guaratiba



Fonte: Marcelo Fabricio – Site da Prefeitura de Maricá

Ademais, a praça exige o exercício contínuo da coletivização, visto que é uma praça pública onde todos devem se empenhar na sua conservação, e conviverem em harmonia, enquanto utilizam concomitante o mesmo espaço.

Isso também tem um grande valor social, visto que as pessoas hoje, pouco convivem fora de seus círculos de amizade, muitas vezes restritos ao campo virtual.

Infelizmente esses valores não conseguem atingir a população em sua totalidade, visto que as plantações já sofreram alguns ataques de vandalismo durante a noite, destruindo alimentos que possuem como destino a distribuição a população.

Figura 21— Colheita de verduras na praça de Guaratiba



Fonte: Clarildo Menezes – Site da Prefeitura de Maricá

Ainda em relação a política de agroecologia, a diretora R. nos relatou que a merenda escolar recebe alimentos da agricultura familiar através de um planejamento dentro do projeto da merenda escolar, e disse estar bastante satisfeita, pois recebem frutas frequentemente, legumes e verdura. Diz que desde que se tornou gestora, nunca enfrentou dificuldades em relação a alimentação dos alunos. Expõe que é bem farta e bem investida. São oferecidos desjejum, colação, almoço e um último lanche bem sortido, com o mínimo de industrializado e com bastante aprovação dos alunos.

3.3 Programa municipal Circuito Maricá de Comércio Justo e Solidário – CMCJS

O Circuito Maricá de Comércio Justo e Solidário (CMCJS) é uma política pública realizada pela Secretaria de Economia Solidária criada com base na Lei Municipal 2.652/2015 que rege a política municipal de economia solidária e tem entre seus objetivos a criação de centros, mercados e feiras de comércio justo e solidário e a promoção da comercialização de empreendimentos de economia solidária.

Segundo o documento, o CMCJS deve ser realizado com base na prática do Comércio Justo e Solidário, como conceituado no Decreto Federal 7.358/2010 que o define como prática comercial diferenciada, pautada nos valores de justiça social e solidariedade realizada pelos empreendimentos econômicos solidários, garantindo assim a inclusão produtiva e o preço justo, compreendendo uma série de eventos realizados no município de Maricá, no formato de feiras livres, onde cada feira deve ser caracterizada e gerenciada como empreendimento de economia solidária de

comercialização, sendo gerida de forma coletiva e autogestionária de acordo com os princípios da Ecosol, devendo priorizar a produção local e artesanal e contribuir para alimentação saudável e soberania alimentar de Maricá.

No entanto, embora o regimento do Programa preveja que as feiras sejam realizadas através dos princípios de Economia Solidária, e que as secretarias de Economia Solidária, Cultura, Turismo, Agricultura, Saúde (Vigilância Sanitária), Educação, Direitos Humanos, Conservação e Transporte (Postura), garantam apoio aos feirantes na gestão do CMCJS, na prática, alguns feirantes relatam que não é assim que acontece e que cada secretaria estaria atuando isoladamente com suas feiras.

Cada Feira tem um dono: A 'Feirarte' é da Secretaria de Turismo, a 'Feira da Agricultura Familiar' é da Secretaria de Agricultura, a 'Expo Mães Amigas de Maricá' é da Secretaria de Cultura e a 'Feira Livre Solidária' que é a única da Secretaria de Economia Solidária. (Sra G. Feirante. Entrevista Concedida em 10/03/22).

Para Sra G. os secretários competem com suas feiras e umas acabam tendo mais recursos que as outras e a Feira Livre e Solidária, que é a Feira de Economia Solidária, sofre com falta de apoio, devido, entre outras questões, da Secretaria ter poucos recursos disponíveis na pasta.

A Feira de Agricultura, quem comanda é o secretário de Agricultura, e ele não quer perder poder entendeu. A Economia Solidária diz autonomia, democracia e autogestão, quando você traz esses princípios, conflita com alguém que quer ser dono, não tem dono, é o que a gente coloca lá em Itaipuaçu, a feira é de nós, se a gente está na lei, se a gente não está infringindo algo que não possa acontecer, é o que o coletivo definir, aí isso que vai ser levado, eu posso não gostar do que o coletivo resolveu, mas é isso que eu vou levar porque o coletivo resolveu. E aí quando você chega nessas outras feiras, tem uma pessoa que coordena, tem uma pessoa que se vê como dona, ou duas pessoas que se veem como donas, e isso acaba sendo um curral eleitoral: eu estou dando espaço para você trabalhar! Na próxima eleição, você tem que me apoiar. Então vira mesmo favores de voto e não de direito. E isso incomoda. Tem um contrassenso, do que é mostrado, do que é falado e do que acontece. (Sra G. Feirante da Feira Livre Solidária. Entrevista Concedida em 10/03/2022).

A Feira Livre Solidária, que é a feira da Secretaria de Economia Solidária, se divide no que os feirantes chamam informalmente de núcleos: Núcleo Centro, Núcleo Cordeirinho e Núcleo Itaipuaçu. Dentre os três, o que estaria um pouco mais consolidado segundo a Sra G, seria o núcleo da feira de Itaipuaçu. Em outras, os princípios de Ecosol não estariam sendo seguidos à risca, como por exemplo, teria o

caso de na feira de Cordeirinho estar ocorrendo a venda de produtos industrializados internacionais. Em Cordeirinho e no Centro a feira acontece uma vez por semana, já em Itaipuaçu ocorre duas vezes (sextas e sábados) e estão buscando atuar aos domingos também com produtos de hortifrúti.

Durante nossa conversa com as feirantes, elas relataram que até a pandemia a prefeitura subsidiava a infraestrutura para as feiras e que no início da Feira Livre Solidária, que acontecia no centro de Maricá, eram cerca de 120 expositores trabalhando, mas que infelizmente não foi feito um trabalho de emancipação desse grupo.

[...] tinham 120 expositores, e não foi trabalhado nenhum processo de emancipação desse grupo, não teve uma mediação para dizer galera, agora precisa pensar nas barracas, como a gente vai pensar? A gente vai tirar um pouco do que é vendido todo dia para armazenar ali um valor, pra esse valor ser coletivo, pra gente... sabe, não criaram ideias e não teve organização e não teve mediação, que era o que a gente precisaria ali naquele momento. Maricá tem uma cultura de que a prefeitura dá tudo, então assim, pra você ter autonomia, que é um dos princípios da economia solidária, para ter menor interferência externa, a gente não sabe fazer em Maricá. (Sra G. Feirante. Entrevista Concedida em 10/03/22).

O núcleo de Itaipuaçu conseguiu comprar algumas barracas, pois foram contemplados pela lei Aldir Blanc³⁷ do governo federal que disponibilizou recursos aos municípios para ações de emergência voltadas para o setor cultural.

Em Itaipuaçu, alguns já tinham suas próprias barracas. E o coletivo conseguiu ser contemplado na Aldir Blanc, fizemos o pedido via secretaria de cultura e compramos tudo de barraca. Porque pensamos assim: Se o feirante não pode ficar na feira mais, a gente pode chamar outra pessoa, porque a barraca é da feira, não é de ninguém. Mas temos ainda uma quantidade pequena, que não contempla todos. (Sra G. Entrevista concedida em 10/03/22.)

As feirantes também relataram que estão em busca de finalizar um novo regimento para o Circuito de Feiras de Economia Solidária, aprovar em Assembleia e conseguir que a prefeitura publique o mesmo. Neste novo documento, uma das mudanças estará na autonomia do coletivo em selecionar os novos feirantes a partir de critérios bem estabelecidos. Foi relatado que os feirantes de Cordeirinho não

³⁷ A lei Aldir Blanc foi criada em 2020 e dispôs sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural no período de calamidade pública causada pela pandemia. O governo federal dispôs de 3 bilhões de reais que foi repassado aos municípios e estados a fim de esses pudessem fornecer apoio ao setor cultural, provendo dentre outras coisas a aquisição de bens e serviços vinculados a atividade cultural, como foi o caso dos feirantes de Itaipuaçu que foram contemplados na seleção feita pela prefeitura de Maricá e adquiriram as barracas.

passaram por nenhum processo seletivo e que são avessos a participar das reuniões do grupo.

Itaipuaçu, aproveitando toda essa bagunça geral que estava no sentido como um todo, começou a fazer um processo de seleção de novos, que não era pra ser feito, pelo regimento não pode ser feito assim e em paralelo a gente está fazendo uma nova proposta de um novo regimento que facilita a entrada e saída de pessoas e não fica vinculado a secretaria, porque para entrar, você ficava vinculado a secretaria, aí quando a secretaria abria, inscrição, então as vezes as pessoas iam saindo da feira, porque tem uma rotatividade muito grande, uma desistência muito grande, porque é cansativo, começa a partir daí, nem sempre, o que você tem, não é a expectativa do que acontece, então assim, as pessoas, começam a sair e dava uma hora que você tinha meia dúzia de pessoas na feira e a prefeitura não abria ingresso para os novos, até porque não era interessante para a prefeitura naquele momento, só ia dar trabalho para a prefeitura, as pessoas indo na secretaria. Mas gente, pra que a gente precisa da secretaria? A gente precisa da secretaria para dizer, esse é o espaço que vocês têm, vocês tem que trabalhar com 30 que é capacidade de carga desse espaço, vocês vão me atualizar cada vez que tiver gente entrando, ou gente saindo. A gente faz todo processo seletivo. Se a gente tiver os critérios muito bem estabelecidos, a gente não precisa, a Z. pode fazer a seleção, você pode fazer a seleção, ela, qualquer pessoa pode fazer, porque os critérios estão ali, você vai olhar aqui, e olhar a inscrição, ficou na duvida, fala com o pessoal, isso que você está dizendo, é tal, tal, tal coisa? Você passou na inscrição, você está aprovado para a economia solidária, ainda considerando, que é um processo de aprendizado, a pessoa não precisa ser um doutor em economia solidária para entrar no trabalho, o trabalho é que envolve economia solidária. (Sra G. Feirante da Feira Livre Solidária. Entrevista Concedida em 10/03/2022).

Diante de toda conversa com as feirantes, podemos inferir que as feiras, um dos pontos-chaves para geração de trabalho e renda via economia solidária, está muito mal amparada pelo poder público. Há uma dificuldade de comunicação entre as secretarias, onde algumas possuem mais recursos que as outras para investir nos eventos e a Secretaria de Economia Solidária mesmo, parece não ter verba aprovada para esse programa. Os recursos municipais voltados para a Ecosol parecem estar voltados preferencialmente para os programas de transferência de renda, tendo pouca atenção aos programas emancipatórios como as feiras.

Acompanhamos também uma rotatividade grande na secretaria de Economia Solidária, já tendo passado por lá nos últimos três anos, 5 secretários, o que dificulta a continuidade dos trabalhos junto à população, em especial aos feirantes. É surpreendente verificar que a feira da Agricultura Familiar, não contempla os feirantes da Economia Solidária e não é gerida em parceria com a Secretaria de Ecosol, visto que os princípios de Soberania Alimentar, Sustentabilidade, Agricultura Familiar,

Gestão coletiva entre outros, que deveriam imperar nesta feira, são princípios da Ecosol.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos apresentar nesse trabalho as potencialidades e as contradições da política municipal de economia solidária implantada em Maricá, em 2013. O grande diferencial dessa política, frente a outras implantadas no país, foi a criação de um banco comunitário na escala municipal, atrelado a uma ampla política de transferência de renda e a uma moeda social local. As quatro gestões consecutivas do Partido dos Trabalhadores permitiram a continuidade e a ampliação dessas ações.

O Banco Comunitário de Maricá é, atualmente, o maior da rede de bancos comunitários do Brasil graças aos vultosos pagamentos de benefícios sociais da prefeitura, que o permitiu atingir uma liquidez de 10 milhões de reais através do retorno de 2% ao banco de tudo que é comercializado em moeda Mumbuca, passando a ter condições financeiras de manter seus funcionários e seus programas de empréstimos e formação com recursos próprios. Isso foi um êxito muito importante dessas gestões.

A Política de Ecosol, em especial o banco, não é oriunda do pleito da população, foi algo entregue pela prefeitura à população, sem que ela saiba da importância disso. Não existe um trabalho de base, de formação consolidado em Economia solidária em Maricá, o que existe, são pequenos trabalhos feitos especialmente pelo banco, que não dão conta de atingir a grande massa populacional.

Com o advento da pandemia, os benefícios sociais de amparo ao trabalhador e ao empregador foram dados via banco, tornando quase 40% da população correntista do banco comunitário. Mas será que a maioria dessas pessoas têm conhecimento da importância de um banco comunitário? Que ao contrário dos outros bancos, ele é um instrumento de desenvolvimento local e que os créditos oferecidos a juros zero são em decorrência do fortalecimento e adesão ao uso da moeda social, vinculada ao banco? As informações levantadas indicam que não. A grande maioria está ali, como estaria em qualquer outro banco comercial, para receber seus benefícios. Todavia, isso não desqualifica a importância do banco e da iniciativa da prefeitura. Está sendo feito um trabalho interessante e de grande valia para a população, mesmo que seja sem a participação integral dela, mas que só terá a sua existência garantida se a população passar a entender, aderir, participar e valorizar. O último balanço do banco já demonstra um início de uma adesão da população ao banco, visto que circulou cerca de 2 milhões de reais, não oriundos de benefícios nos últimos 4 anos.

Nas entrevistas realizadas em 2018 essa questão era uma das preocupações dos gestores públicos, ao afirmarem que a prefeitura governava para o povo, mas não com o povo e que era preciso esse fortalecimento, para que essas iniciativas não ficassem ameaçadas mediante uma troca de governo.

Maricá também possui outra política inovadora, esta, no setor de transporte público, tendo sido o primeiro município com mais de 100 mil habitantes a implantar ônibus gratuito para o acesso da população. Atualmente, todo município é coberto pelos vermelhinhos, denominação popular dos ônibus que operam gratuitamente na cidade. Hoje pode-se dizer que existe uma democracia em termos de mobilidade urbana em Maricá e isso é um marco muito importante, visto que o fortalecimento da economia solidária depende do direito de circular. A Ecosol se sustenta nos fluxos cotidianos de trabalhadores e produtos.

Em relação às políticas educacionais, o Programa Mumbuca Futuro destaca-se ao trazer formação em economia solidária no contra turno escolar. É um projeto ainda em fase inicial, o que dificulta uma análise mais complexa sobre seus efeitos, no entanto, através das entrevistas realizadas com alunos e gestores educacionais, verificamos que se trata de um projeto com bastante potencial para promover uma educação crítica no que tange principalmente as relações de trabalho e consumo da nossa sociedade, além de contribuir também para formação cidadã dos alunos, à medida que busca realizar a mediação de conflitos entre os educandos, trabalhando o conceito de coletividade.

A bolsa a ser dada ao final do ensino médio também é um estímulo interessante para que os alunos perseverem na formação e tenham um recurso para iniciar a fase adulta seja através de um empreendimento solidário, ou através do investimento na continuidade de seus estudos.

Em um momento de cada vez mais sucateamento da educação e negação de direitos, é muito importante a existência de políticas educacionais como esta, que trazem perspectivas além do conteúdo básico de ensino e visam preparar o aluno para a vida adulta. É importante mostrar aos jovens, muitas vezes sem expectativas de futuro, que através da educação e do trabalho conjunto, é possível romper o ciclo de subempregos, baixa escolaridade e fetiche pelo consumo.

No que tange a política municipal de agroecologia, existem muitos desafios relacionados a formação de coletivos de produção e comercialização de alimentos saudáveis. As hortas comunitárias do Manu Manuela, ainda apresentam muitas

limitações para o seu desenvolvimento, tanto no que se refere a qualidade da terra, quanto ao acesso a sementes por parte dos permissionários. Muitos dos atuais permissionários enfrentam inúmeras dificuldades para manter as suas plantações e isso gera impacto também nas feiras solidárias, que poderiam contar com mais ofertas de alimentos saudáveis e agroecológicos.

Essa questão da dificuldade de acesso a sementes, nos fez pensar em uma solução que poderia ser dada através da criação de um banco comunitário de sementes, como expomos no capítulo 3. Trata-se de uma reflexão que foi feita conjuntamente com Marcio dos Santos (colega de curso da autora) nos nossos respectivos trabalhos finais da disciplina do mestrado “Estado, território e economia solidária” ministrado por uma das orientadoras dessa dissertação, a Professora Luciana Corrêa Lago.

Tomamos a liberdade aqui de sugerir a criação de um banco de sementes comunitário através do banco comunitário já existente, como um instrumento de fortalecimento da subsistência de unidades domésticas e do projeto de soberania alimentar municipal. Como o município de Maricá já possui práticas de incentivo a economia popular e solidária, inclusive no campo da agroecologia, acreditamos que seria muito interessante a implantação de um banco de sementes no município.

Desta forma, a união do banco comunitário há um banco de sementes, estaria fortalecendo as ações municipais já existentes de Economia Solidária e de Segurança Alimentar. E se caracterizando também como mais uma política de enfrentamento da pobreza. Seria mais uma forma de atrair a população para conhecer os princípios de Economia Popular e Solidária, e da Soberania Alimentar.

A idéia de criar um banco de sementes através do Banco Mumbuca se dá pelo fato do Banco Mumbuca já possuir uma sede própria, uma liquidez que lhe permite financiar e/ou contribuir para ações de incentivo a economia solidária e por já realizar diversos trabalhos junto à população de incentivo a economia solidária e de dinamização da economia local, como é o caso da criação recente da incubadora de negócios solidários (não abordado nesta pesquisa). Ademais, através da sua carteira de créditos solidários já vem buscando contribuir para a cultura da coletividade junto à população.

O acesso a semente crioula através de banco de sementes é uma ideia que já vem sendo difundida há bastante tempo, mas que ainda não ganhou a popularidade e a adesão devida. Ela representa uma grande estratégia para sobrevivência dos

agricultores familiares, frente à dominação das grandes corporações internacionais que dominam o mercado de sementes, praticando altos preços além de aliá-las a um grande consumo de defensores químicos.

Elas representam um grande instrumento para o caminho em busca da soberania alimentar e da luta camponesa contra o agronegócio, visto que propiciam além da subsistência dos pequenos agricultores o poder de escolher outras alternativas de produção, não se rendendo ao mercado e não arriscando a sua saúde.

Um banco de sementes, em Maricá, traria benefícios desde agricultores a donas de casa, que poderiam ser incentivadas a plantar no seu quintal, em pequenos vasos ou em um terreno baldio. Poderia ser aliado a políticas de diversas secretarias, dentre elas a da saúde, onde o contato com a terra gera imensos benefícios a saúde física e mental, além de algumas espécies terem poderes medicinais e de proteção contra insetos, como por exemplo o mosquito da dengue.

O fortalecimento da Economia Solidária Municipal, poderia ser mais um caminho de mobilização da sociedade, tão necessário como nos alerta FRAÇA FILHO et al.:

A economia Solidária não conseguiu ainda se organizar com suficiente força social e política para exigir mudanças estruturais necessárias na atuação do Estado. Isto é, ela não conseguiu transformar acúmulos e desafios em reivindicações de direitos e serviços estatais permanentes. Assim, uma forte atuação do Estado pressupõe uma sociedade civil igualmente forte e mobilizadora. (FRANÇA FILHO et al., 2005, p. 258)

O incentivo à agricultura contribuiria bastante para geração de trabalho e renda, não só no município de Maricá, como também em municípios vizinhos que poderiam aderir ao programa. O município de Maricá possui extensas áreas de terras “improdutivas” que bem exploradas, poderiam gerar alimento para grandes mercados consumidores vizinhos, como os municípios de Niterói e São Gonçalo.

Desta forma, a implantação de um banco de sementes em Maricá incentivaria o desenvolvimento de diversos temas transversais a Economia Popular e Solidária, o fortalecimento das unidades domésticas e das políticas públicas municipais de Agroecologia.

Já em relação as Feiras, verificamos que existe um longo trabalho a ser feito nesse setor. Observamos que, passados tantos anos desde a criação da Secretaria de Economia Solidária, a mesma ainda não conseguiu contribuir de forma mais efetiva

para a formação e emancipação das feiras. Que uma alternativa tão importante para a geração de trabalho e renda, dando autonomia para o povo e para levar os princípios de Ecosol aos quatro cantos do município, esteja sendo trabalhado pelas secretarias, de forma isolada, com umas feiras tendo mais incentivo e visibilidade que as outras e distante dos princípios de Economia Solidária, como autogestão e comércio justo e solidário.

Por fim, fechamos com o tema do desenvolvimento local, presente na concepção da política de economia solidária de Maricá. Vimos que essa política não se restringiu à perspectiva dominante do desenvolvimento local, que o equipara ao poder de atração de investimentos privados, alocando boa parte do fundo público municipal em programas voltados para a qualidade de vida da população. A Prefeitura criou duas estratégias de desenvolvimento, vistas como complementares para a geração de emprego e renda e aumento da arrecadação: grandes projetos corporativos com impacto ambiental, por um lado, e, por outro, o banco comunitário e a moeda social municipal para dinamizar o comércio local.

Essa dupla estratégia para o desenvolvimento local ainda não gerou grandes impactos na oferta de trabalho para os setores populares. O Programa de Transferência de Renda cumpre um papel central para a garantia das condições mínimas de sobrevivência das famílias, frente ao quadro de desemprego e trabalho precário.

Concluimos esse trabalho verificando que, em relação ao cenário nacional, Maricá está à frente, visto que muitos outros municípios possuem altos recursos financeiros como Maricá, mas não investem em políticas públicas de Economia Solidária ou sociais, como Maricá faz. Alguns estão começando a receber a influência de Maricá agora, como é o caso de Niterói.

No entanto, frente ao que Maricá tem condições de fazer, não apenas por ter recursos financeiros para isso, mas por ter gestores que discursam acreditar na Economia Solidária efetivamente como uma alternativa ao capitalismo voraz a que estamos submetidos, acreditamos que Maricá ainda tenha muito ao que evoluir, no que tange a implementação de suas políticas, visto que a lei de Economia Solidária abre caminhos para que muitas coisas sejam feitas, porém, na execução da política, ainda é preciso ter um olhar mais atento para muitas questões fundamentais para a Ecosol, como por exemplo, a geração de trabalho e renda. É preciso fortalecer as

feiras solidárias e emancipá-las, assim como incentivar a formação de cooperativas de trabalho.

Consideramos importante o fortalecimento dos conselhos e de outros espaços de participação popular na gestão pública, como por exemplo o Fórum de Economia Solidária.

Concluimos esta pesquisa com a percepção de que embora Maricá seja palco de algumas contradições em relação a Política de Economia Solidária e de fragilidades em relação a organização dos trabalhadores, Maricá é potência, visto que a existência de todo esse aparato de políticas sociais, como o transporte público gratuito, é fundamental para a garantia de melhores condições de vida da população e o desenvolvimento da Economia Solidária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. “Mumbuca Futuro: poupança para estudantes da rede municipal” <https://www.marica.rj.gov.br/2019/08/12/lancamento-do-mumbuca-futuro-agita-o-cem-joana-benedicta-rangel/>. Publicado em 12/08/2019. Acessado em 12/10/2019.

AGÊNCIA BRASIL. Decisão do STJ impede obra de resort em Restinga de Maricá no Rio: A ação suspende qualquer empreendimento nesta área. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2021-11/decisao-do-stj-impede-obra-de-resort-em-restinga-de-marica-no-rio>. Acessado em: 09-01-22.

Alunos da Escola Municipalizada de Inoã, Entrevista concedida a Tatiane Benites em 06/12/2019

Alunos do Centro de Atenção Integral à Criança CAIC Elomir Silva. Entrevista concedida a Tatiane Benites - 06/12/2019

Atlas do Desenvolvimento Humano. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/marica_rj. Acessado em: 16/07/19.

BBC Brasil. “O que são as rochas de Charles Darwin, que opõem ambientalistas e projeto de porto no RJ.” Evanildo da Silveira .De São Paulo para a BBC News Brasil 3 setembro 2019. <https://www.bbc.com/portuguese/geral-49525854>. Acessado em:06/03/22.

Brum, Cezar. “Contando a História de Maricá” 2ª Edição Reformulada, Ampliada e Atualizada. Maricá,: Smart Printer, 2016.

CARTAXO, Glaucia. Entrevista concedida a Tatiane Benites. Maricá, 06 de Dezembro de 2019.

Central de notícias Maricá. Disponível em: <https://leisecamarica.com.br/marica-ja-recebeu-r396-milhoes-em-royalties-em-2019/> Acessado em: 16/07/19.

Clientes do Microcrédito Entrevista concedida a Tatiane Benites - Setembro de 2019.

Comerciantes do centro de Maricá. Entrevista concedida a Tatiane Benites - 05/04/2019.

COOPERAR¹. “Unidade Produção Agroecológica Manu Manuela”. Disponível em: <https://cooperar.org.br/unidade-de-producao-agroecologica-manu-manuela>. Acessado em 08/04/2021.

COOPERAR². “Sobre o Projeto Maricá”. Disponível em: <https://cooperar.org.br/sobre-o-projeto-marica/> Acessado em 08/04/2021.

COSTA, Leandra. Renda Básica de Cidadania aumenta valor de benefício e número de usuários. Publicado em 31/05/2019. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/2019/05/31/renda-basica-de-cidadania-aumenta-valor-de-beneficio-e-numero-de-usuarios/>. Acessado em: 01/06/19.

COUBE, RENATA. Entrevista concedida a Tatiane Benites. Maricá, 06 de Dezembro de 2019.

DIÁRIO DO PORTO. “Maricá e RJ assinam acordo por Complexo Industrial de R\$ 13 bi”. 27 de novembro de 2021. <https://diariodoporto.com.br/marica-e-rj-assinam-acordo-por-complexo-de-r-13-bi/>. Acessado em 06/03/22.

DIEESE. Observatório do Trabalho de Maricá: A economia de Maricá entre 2006 e 2016: uma análise das condições do mercado de trabalho. Prefeitura de Maricá, Fevereiro de 2018. Disponível em: <https://redeot.colivre.net/articles/0000/1432/A%20economia%20de%20Maricá%20entre%202006%20e%202016.pdf>. Acessado em 21/11/2019.

Diretora G. Entrevista concedida a Tatiane Benites. Maricá, 06 de Dezembro de 2019.

Diretora G. Centro de Atenção Integral à Criança CAIC Elomir Silva Entrevista concedida a Tatiane Benites - 06/12/2019

Diretora R. Entrevista concedida a Tatiane Benites. Maricá, 06 de Dezembro de 2019.

EPT. “Horários das linhas de ônibus Gratuitas de Maricá”. Disponível em: <https://www.eptmarica.rj.gov.br/index.php/linhas-ept/horarios-ept>. Acessado em 08-01-22

Estatuto Social da Associação Banco Comunitário Popular de Maricá – Banco Mumbuca.

FLICK, Uwe. “Introdução à Pesquisa Qualitativa”. Tradução de Joice Elias Costa, 3ª edição, Porto Alegre, 2009. Pág. 20-49.

FRANÇA FILHO, G. Políticas públicas de economia solidária no Brasil: características, desafios e vocação. In: França Filho et alii (orgs) Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional. UFRGS Editora e EDUFBA, 2006.

Fundação CEPERJ. “Caderno de Estudos Regionais e Metropolitanos: o caso da Metrópole Fluminense”. Ano 1, Número 1, Fevereiro de 2019.

HENRIQUES, Flávio Chedid. “O Conceito de Economia Solidária”. In: Tecnologia participação e território: reflexões a partir da prática extensionista. Organizadores: Felipe Addor e Flávio Chedid Henriques. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

Instituto Periferia Maricá - Banco Mumbuca. Disponível em: <http://www.institutoperiferiamarica.org>. Acessado em: 07/07/2019

EPT - ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS S.A. Disponível em: <https://ept.com.br/>. Acessado em: 15/09/2020

Prefeitura de Maricá. “Prefeitura faz intervenções no condomínio Minha Casa, Minha Vida de Inoã”. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/2021/06/07/prefeitura-faz-intervencoes-no-condominio-minha-casa-minha-vida-de-inoa/>. Acessado em:

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/marica/panorama>. Acessado em 13/07/19.

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Resultados e metas. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acessado em 08/01/22.

Instituto E-dinheiro Maricá. Balanço 2018 a 2021 - TERMOS DE COLABORAÇÃO 02/2017 e 04/2019 Disponível em: <https://institutoedinheiromarica.org/balanco-2018-2021>

JOM. Jornal Oficial de Maricá. Publicado em 28 de Janeiro de 2019. Disponível em: https://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/JOM_927_28-01-2019.pdf

LIMA, Claudia. “Boas práticas em economia solidária no Brasil”. Brasília: CEA; FBES, 2016. – 40 p.; il.

MARICÁ, LEI Nº 2.448, de 26 de junho de 2013. Institui o Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social de Maricá. Disponível em: <http://www.institutobancopalmas.org/wp-content/uploads/lei-moeda-social-mumbuca.pdf>

MARICÁ. LEI Nº 2.652, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015. Institui o Programa Municipal de Economia Popular e Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Sustentável no Município de Maricá. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/leis/> Acessado em 16/07/19.

MARICÁ. LEI Nº 2.804, DE 03 DE JULHO DE 2018. Estabelece os componentes municipais do sistema nacional de segurança alimentar e nutricional — SISAN, criado pela lei federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, e revogação da lei Nº 2.208 DE 16 DE JULHO DE 2007. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/2018/07/11/jom-872/>. Acessado em: 06/03/2021.

MARICÁ. Programa Municipal Circuito Maricá de Comércio Justo e Solidário (CMCJS). Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/feira-livre-solidaria/#regulamento>. Acessado em: 19/11/2019.

MELLO, R. e SILVEIRA, C. Gestão de Iniciativas Sociais - Desenvolvimento Local: significados e principais temas constitutivos. Rio de Janeiro: LTDS/COPPE, 2007 material didático cap. 1

MELLO, Ricardo F. Métodos Participativos e a Pesquisa-Ação para o Desenvolvimento Local. Coppe. 2014.

Natália Sciammarella. Presidente do Banco Mumbuca. Entrevistas concedidas em 14/12/2018 e 03/09/19

Nathan Melo Costa. Funcionário da Secretaria de Economia Solidária. Entrevista concedida a Tatiane Benites, Maricá, 05/04/2019

Neiva, Leonardo. “Nascida há mais de 500 anos, ideia de renda básica para todos ganha força na pandemia”. De São Paulo para a BBC News Brasil. 26/07/2020 14h28. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2020/07/26/nascida-ha-mais-de-500-anos-ideia-de-renda-basica-para-todos-ganha-forca-na-pandemia.htm?cmpid=copiaecola>

NETO, João Joaquim de Melo. Coordenador Geral do Instituto Periferia. Entrevista sobre a estrutura organizacional do Banco Comunitário Popular de Maricá concedida a Tatiane Benites, Maricá. 14/12/18.

PIOVESAN e SUPLICY. “Renda básica de cidadania: Direitos sociais demandam integração social, solidariedade e igualdade, com especial proteção aos mais vulneráveis. Não podem ficar condicionados à caridade”. <https://oglobo.globo.com/opiniao/renda-basica-de-cidadania-18423318>. Publicado em: 07/01/2016. Acessado em:16/09/2019.

Plano Diretor de Maricá. Produto 3. Diagnóstico Técnico. Caderno 1, 2 e 3. Outubro de 2020

PNUD Brasil. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html>. Acessado em 16/01/19.

Prefeitura de Maricá. “O programa passaporte Universitário”. Disponível em: <https://passaporteuniversitario.marica.rj.gov.br/programa>. Acessado em: 02/04/2021.

Prefeitura de Maricá. “Expo Mãe amigas de Maricá reúne famílias e expositores na Praça Central”. 07/10/2019. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/2019/10/07/expo-mae-amigas-de-marica-reune-familias-e-expositores-na-praca-central/> Acessado em: 12/04/2021

Prefeitura de Maricá. “Passaporte: prefeitura entrega 1241 bolsas para universitários”. 27/04/2019. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/2019/03/27/passaporte-prefeitura-entrega-1241-bolsas-para-universitarios/>. Acessado em 02/04/2021.

Prefeitura de Maricá. “Regimento Interno: Programa Municipal Circuito Maricá de Comércio Justo e Solidário (CMCJS)” Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/feira-livre-solidaria/#regulamento>. Acessado em 12/04/2021.

Redação Pensamento Verde. “Agricultura sustentável: Conheça o sistema agrícola mandala”. 17 de março de 2014. Disponível em: <https://www.pensamentoverde.com.br/sustentabilidade/agricultura-sustentavel-conheca-o-sistema-agricola-mandala/>. Acessado em: 08/04/2021

RIBEIRO, L. C. Q.; RIBEIRO, M. G. (orgs.). IBEU: Índice de Bem-estar Urbano. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

Santos, Marcio. “Trabalho escrito sobre a contribuição de autores e ideias discutidas na disciplina em temáticas de interesses” Trabalho Final da Disciplina Estado, território e economia solidária. Professora Luciana Correa Iago. Programa de Pós-Graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social. Outubro de 2019.

SENAES. “Avanços e Desafios para as Políticas Públicas de Economia Solidária no Governo Federal – 2003/2010”. Brasília, Junho de 2012.

SILVA, T.B. “Banco de sementes como um instrumento para o alcance da Soberania Alimentar: Reflexões e sugestões de implantação no município de Maricá”. Trabalho Final da Disciplina Estado, território e economia solidária. Professora Luciana Correa Iago. Programa de Pós-Graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social. Outubro de 2019.

SILVEIRA Caio. “Conexões entre desenvolvimento local, economia solidária e tecnologia social”. Revista Proposta 112, 2006.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto In: Métodos de pesquisa / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira ; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SINGER, Paul. Desemprego: uma solução não capitalista. Revista Teoria e debate, 32º Edição , 1996.

Sra E. Clientes do Microcrédito Entrevista concedida a Tatiane Benites - Setembro de 2019.

Sra G. Feirante da Feira Solidária. Entrevista concedida a Tatiane Benites em 10/03/22.

Sra M. Clientes do Microcrédito Entrevista concedida a Tatiane Benites - Setembro de 2019.

Sra V. Beneficiária do Renda Básica Cidadania. Entrevista concedida a Tatiane Benites- Setembro de 2019

SUPLICY, Eduardo M. Renda Básica e Economia Solidária. Disponível em: <https://www.eduardosuplicy.com.br/renda-basica-e-economia-solidaria>. Acessado em: 10/04/22.

TENENTE, Flávia. “Feira Livre Solidária reúne visitantes e consumidores no Centro” <https://www.marica.rj.gov.br/2019/01/14/feira-livre-solidaria-reune-visitantes-e-consumidores-no-centro/>. Publicado em 14/01/19. Acessado em 20/11/19.

Teodoro, Iânia Agricultura urbana e segurança alimentar e nutricional: Uma análise do programa hortas comunitárias Manu Manuela no município de Maricá/RJ. / Iânia Teodoro. -- Rio de Janeiro, 2020. 155F.

Thayná Vila Real. Entrevista a esposa de permissionário das Hortas Comunitárias Manu Manuela e Presidente da Associação Manu Manuela concedida a Tatiane Benites. Maricá, 14 de Março de 2021.

VERGARA, Sylvia Constant. “Projetos e relatórios de pesquisa em administração”. Editora Atlas, São Paulo, 2ª edição, 1998.

Yin, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre : Bookman, 2001.

ZEIDAN, Diego. Entrevista ao Secretário de economia Solidária concedida a Tatiane Benites, Maricá, 21/05/18.

ZEIDAN, Diego. Entrevista ao Secretário de economia Solidária concedida a Tatiane Benites, Maricá, 21/05/18.

APÊNDICE A- Motivações de pesquisa da autora.

Essa pesquisa nasceu a partir da realização de um trabalho final para a disciplina ministrada pela Professora Luciana Lago e pelo professor Ricardo Mello intitulada “Desenvolvimento Local e Economia Solidária”. Eu havia submetido um outro tema de pesquisa no momento de entrada para o mestrado, mas o entusiasmo da Professora Luciana com a minha pesquisa e o incentivo dos colegas me estimularam a seguir neste caminho.

Eu sou Geógrafa, formada em 2010 pela Faculdade de Formação de Professores da UERJ, possuo duas pós-graduações *latu sensu*, a primeira sobre Dinâmicas Urbano-Ambientais e Gestão do Território, realizada também na FFP/UERJ e a segunda sobre Gestão Executiva de Meio Ambiente realizada na UFRJ.

Desde muito nova sempre tive sensibilidade para as questões sociais, pensei em cursar serviço social, direito e jornalismo, todos com o objetivo de ajudar a reparar injustiças sociais. Entre diversas questões, optei pela Geografia, que julgava uma disciplina de preparo para a vida e acabei apaixonada com a pluralidade do curso, visto que a Geografia é uma ciência composta de muitas outras, fundamental para o entendimento do lugar do Homem no mundo.

Sou de origem humilde, filha de pais separados, moradora de bairro periférico de Niterói, fui criada pelo meu pai e minha avó paterna, contando com a ajuda de toda uma tribo (tias, tios, primos e primas). Não me faltou o essencial, mas também não tive acesso a “luxos”. Pai comerciante, pagava uma escola particular de bairro com muito esforço, as vezes utilizando o crédito “cheque especial” no banco. Aos quatorze anos comecei a trabalhar com meu pai após a escola, aos dezoito trabalhava de dia em um consultório médico para pagar e cursar o pré-vestibular a noite, trabalho o qual permaneci até o meio da faculdade, até que me desliguei para conseguir dar conta de terminar a faculdade dentro dos quatro anos, que era uma questão de honra para mim. Me mantive durante mais dois anos na faculdade com o dinheiro que juntei da rescisão, acrescidos da bolsa de estudos e dos trabalhos aos domingos com meu pai.

Casada há 11 anos com meu primeiro e único namorado, Marcos Vinícius, com quem hoje tenho um filho de um ano, o Lucas. Católica, muito mais pela Fé do que pela presença assídua nas missas dominicais. Contudo, possuo diversos testemunhos de milagres alcançados através de pedidos feitos dentro de encontros

na Igreja Nossa Senhora de Fátima do Largo da Batalha, ao qual faço parte da comunidade.

Sou uma pessoa super família e troco qualquer programa, para estar com ela. Minha consciência de classe e vontade de estudar questões sociais, vem do meu lugar no mundo. Enquanto criança, assisti as dificuldades de meu pai em obter uma casa própria e já adulta querendo casar, possuí as mesmas dificuldades e foi através do Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal, que consegui dar o primeiro passo em busca do meu sonho. Descobri o Programa fazendo a monografia da graduação, sobre as políticas habitacionais em Itaboraí para fazer frente a demanda do COMPERJ.

E a partir daqui consigo explicar porque me apaixonei por Maricá. Todas as três monografias que escrevi antes do mestrado, estavam relacionadas à políticas públicas, a primeira com o tema citado acima, a segunda sobre as políticas habitacionais em Niterói após os desastres das chuvas de 2010 e a terceira sobre a gestão dos resíduos sólidos urbanos em Niterói, com foco na reciclagem onde tive contato com a dura realidade dos trabalhadores de cooperativas de recicláveis. Inclusive o meu projeto de mestrado era voltado para uma pesquisa ação com catadores RSU.

Em todas essas experiências, eu tive muita dificuldade em ter acesso aos gestores públicos. Era muito difícil ter um dado e uma entrevista oficial. As pessoas tinham medo de falar, de se comprometerem.

Em Maricá, eu encontrei um outro cenário e isso me motivou muito. Pela primeira vez a minha pesquisa era bem-vinda. A minha primeira entrevista foi diretamente marcada com o secretário de Economia Solidária que me recebeu muito bem. Isso foi fundamental para estimular a minha pesquisa, acrescida das características peculiares da política de bem-estar urbano de Maricá e Economia Solidária.

A medida que eu ia conhecendo pessoas que estavam como gestores públicos, mas que na prática eram militantes há anos, como a Adriana e a Rose, por exemplo, eu começava a ver muito sentido naquilo tudo e desejava fazer parte. Eu não falei, mas desde a faculdade eu sonhava em trabalhar com gestão urbana, aquele sonho utópico de fazer valer a constituição em relação ao uso e ocupação do solo etc.

Eu comecei a observar motivação por parte dos funcionários da prefeitura ligados a política de Ecosol, a verificar que estávamos vivendo um período de muita

descontinuidade de políticas sociais a nível Federal e Estadual e Maricá vinha na contramão disso tudo. Por mais que todas essas transformações estivessem sendo viabilizadas através de vultuosos aportes de royalties do Petróleo no município, existia algo diferente ali, que eu queria conhecer.

APÊNDICE B- Como foram as minhas entrevistas e como tive acesso aos entrevistados?

As entrevistas realizadas foram semi-estruturadas, onde eu tinha um roteiro inicial para abordar com os entrevistados, porém os deixando à vontade para falar. Com essa metodologia de não fazer perguntas fechadas, eu tive acesso a mais informações do que o planejado inicialmente, pois a maioria dos entrevistados demonstravam motivação ao falar sobre as questões levantadas.

Sobre como tive acesso a cada entrevistado, descrevo abaixo parte da minha trajetória de entrevistas e campo em Maricá:

A entrevista realizada com o Diego Zeidan em Maio de 2018, que na ocasião era o secretário de Economia Solidária, foi agendada através do Messenger do Facebook. Fiz contato me apresentando e explicando o objetivo da pesquisa, que na ocasião era realizar o trabalho da disciplina de “Desenvolvimento Local e Economia Solidária”. Ele muito solícito agendou comigo logo na semana seguinte na Secretaria de Economia Solidária e me passou seu contato pessoal.

Chegando na secretaria para entrevistá-lo, eu conheci o Nathan Mello que era seu assessor, conversamos muito também e criamos um “vínculo colaborativo”, visto que o Nathan também era acadêmico, cursava o doutorado na UFRJ. O Nathan se tornou uma pessoa muito querida, que contribuiu com minha pesquisa em vários momentos e abriu várias portas para mim.

A segunda entrevista foi realizada em dezembro de 2018 com Joaquim Melo, Coordenador Geral do Instituto Periferia e com Natalia Sciammarella, presidente do Banco Mumbuca. Essa entrevista foi um grande presente: eu estava cursando a disciplina “Organização do Trabalho e Autogestão” e escolhi o Banco Mumbuca como tema do meu trabalho final. O Nathan havia me passado o contato da Jaqueline que fazia parte da diretoria do Instituto Periferia Maricá, para agendar uma entrevista com ela, e meu contato foi justamente na semana em que o Joaquim estava em Maricá. Assim, ao invés de uma entrevista com ela, foi agendada uma entrevista com ele. Eu não fazia idéia da riqueza de informações que teria neste dia. Era para ser uma conversa de quinze minutos e levou mais de uma hora. O Joaquim palestrou para mim. Foi uma experiência muito especial. Essa entrevista foi gravada e transcrita.

A terceira entrevista em abril 2019 foi com comerciantes localizados no Centro de Maricá, que aceitam a moeda Social Mumbuca. Neste dia, fomos eu minha colega

de turma Iânia Teodoro que também desenvolveu sua dissertação em Maricá, conversamos com o Cezar Brum, autor de um livro que conta a história do município. Neste dia, aproveitei a ida a Maricá, para procurar o Nathan em busca de atualizações sobre as políticas e fiz algumas entrevistas com os comerciantes.

A quarta entrevista em Setembro de 2019 foi no Banco Mumbuca, onde tive a oportunidade de conversar com os funcionários do banco, com clientes do Microcrédito e com um tutor do Mumbuca Futuro.

A quinta entrevista foi em Dezembro de 2019, com alunos e a direção da escola Municipalizada de Inoã e da CAIC Elomir Silva. Essa entrevista foi viabilizada através do apoio da Bárbara, uma funcionária da Secretaria de Educação, que tive o prazer de conhecer em uma visita que fiz ao município junto aos meus orientadores e outros pesquisadores do SOLTEC/NIDES.

Foram dois campos realizados juntamente a professores do NIDES, em todas os dois o SOLTEC havia sido convidado. Na primeira, fomos recebidos na Companhia de Desenvolvimento de Maricá – CODEMAR, e depois levados até o banco Mumbuca e no Centro Educacional Joana Benedicta Rangel para observar uma aula do Mumbuca Futuro e conhecer um pouco o trabalho dos tutores.

Na segunda ocasião, o Flávio foi convidado para apresentar casos de empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil e na Argentina, no âmbito de formação dos tutores do Programa Mumbuca Futuro. Nesta oportunidade, ele me convidou e eu conheci a Adriana Cardoso que contribuiu bastante com a minha pesquisa. A Adriana não aparece citada em entrevista, mas me concedeu boas conversas sobre as políticas de Ecosol do município e me abriu muitas portas, assim como a Rosemary Gomes, duas queridas que militam na causa da Economia Solidária há décadas.

Através da Rosemary eu participei de uma reunião presencial do Fórum de Economia Solidária de Maricá, algumas reuniões on line e conheci mulheres incríveis que muito contribuíram para minha pesquisa e formação.

A sexta entrevista foi com a Thayná Vila Real, presidente da Associação Amigas do Manú (Coletivo de Mulheres residentes do loteamento Manu Manuela), em Março de 2019. Eu conheci a Thayná em um evento realizado pela prefeitura sobre políticas públicas, nesta ocasião fizemos amizade e passei a acompanhar o trabalho que ela desenvolve junto ao Coletivo Manú Manuela. Desta forma, quando precisei entrevista-lá, o caminho já estava aberto.

Ademais foram realizados contatos constantes com funcionários do Banco e da Secretaria de Economia Solidária. Particpei de Eventos e Seminários, onde tive oportunidade de conversar com funcionários da Companhia de Saneamento de Maricá (SANEMAR), das secretarias de agricultura e de habitação. Eu busquei ter uma noção geral sobre as políticas públicas voltadas para área de Economia Solidaria e de bem estar urbano em Maricá.